



Relatório de **Gestão Integrado** 2025

ANTAQ | AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DIRETORIA COLEGIADA

Frederico Carvalho Dias

Diretor-Geral

Flávia Morais Takafashi

Diretora

Wilson Pereira de Lima Filho

Diretor

Alber Furtado de Vasconcelos Neto

Diretor

Caio César Farias Leôncio

Diretor

CHEFE DE GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Karoline Brasileiro Quirino Lemos

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Morum Xavier

PROCURADOR FEDERAL JUNTO À ANTAQ

Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo

AUDITOR-CHEFE INTERNO

Marcos Mendonça da Silva

CORREGEDORA

Joelma Maria Costa Barbosa

OUVIDORA

Renata Sousa Cordeiro

SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS

Renildo Barros da Silva Júnior

SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO

José Renato Ribas Fialho

SUPERINTENDENTE DE ESG E INOVAÇÃO

Cristina Castro Lucas de Souza

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Joelson Neves Miranda

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS
E PROJETOS HIDROVIÁRIOS

Eduardo Pessoa de Queiroz

SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E
COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

Alexandre Palmieri Florambel

EXPEDIENTE TÉCNICO

SECRETARIA-GERAL

Gerência de Governança,
Gestão e Planejamento

Rafael Galvão de Santana

Gerente

Divisão de Planejamento
e Gestão Estratégica

Marília Patelli Juliani de Souza Lima

Chefe de Divisão

Alanna Nicolle Carvalho de Sousa

Ana Clara Matias Teles

Bruno Ferreira dos Santos

Jadh de Castro Custódio Sá

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Alanna Nicolle Carvalho de Sousa

REVISÃO GRÁFICA

Assessoria de Comunicação e Cerimonial



Expediente baseado no rol de responsáveis da Antaq em 2025, conforme art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 84/2020



BRASÍLIA, DF

Endereço: SEPN – Quadra 514 – Conjunto

“E” - Edifício Antaq

CEP: 70760-545 - Brasília/DF

Fone: +55 (61) 2029-6500

Telefone da Ouvidoria: 0800 644 5001

portal.antaq.gov.br



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Ao apresentar o Relatório de Gestão Integrado de 2025, reafirmo o compromisso da Agência Nacional de Transportes Aquaviários com o desenvolvimento de um setor aquaviário moderno, competitivo e resiliente. Em contexto de crescente complexidade logística, mudanças climáticas e necessidade de expansão sustentável da infraestrutura, orientamos nossa atuação para transformar a regulação em instrumento de geração de valor público.

Ao promover segurança jurídica, reduzir custos transacionais, induzir investimentos privados e elevar padrões de eficiência, transparência e sustentabilidade, a Antaq contribuiu para o aprimoramento do sistema logístico nacional, o fortalecimento da confiança dos agentes de mercado e a ampliação dos benefícios entregues à sociedade brasileira.

O ano de 2025 foi marcado por avanços relevantes na agenda de infraestrutura hidroviária. Concluímos os documentos de planejamento das concessões das hidrovias do Madeira, Paraguai, Hidrovia Verde (Amazonas e Barra Norte), Tapajós e Tocantins. Também realizamos as primeiras audiências públicas de um projeto de concessão hidroviária no Brasil, relativas à Hidrovia do Paraguai, reforçando a transparência, a participação social e a adoção de modelos modernos de gestão do patrimônio público.

No ambiente portuário, destacou-se a realização da primeira concessão de canal de acesso do país, nos portos de Paranaguá e Antonina. O modelo assegura a prestação contínua dos serviços de dragagem e sinalização com recursos privados, reduz gargalos históricos, eleva a eficiência operacional e apresenta potencial de replicação em outros portos estratégicos.

Ainda no setor portuário, a movimentação atingiu novos recordes. Paralelamente, foram lançadas consultas públicas para arrendamentos estratégicos dedicados à movimentação de contêineres, como o Tecon Santos 10 e a área SSB01, no Porto de São Sebastião, que ampliarão a capacidade instalada do país em mais de 4,6 milhões de TEUs por ano.

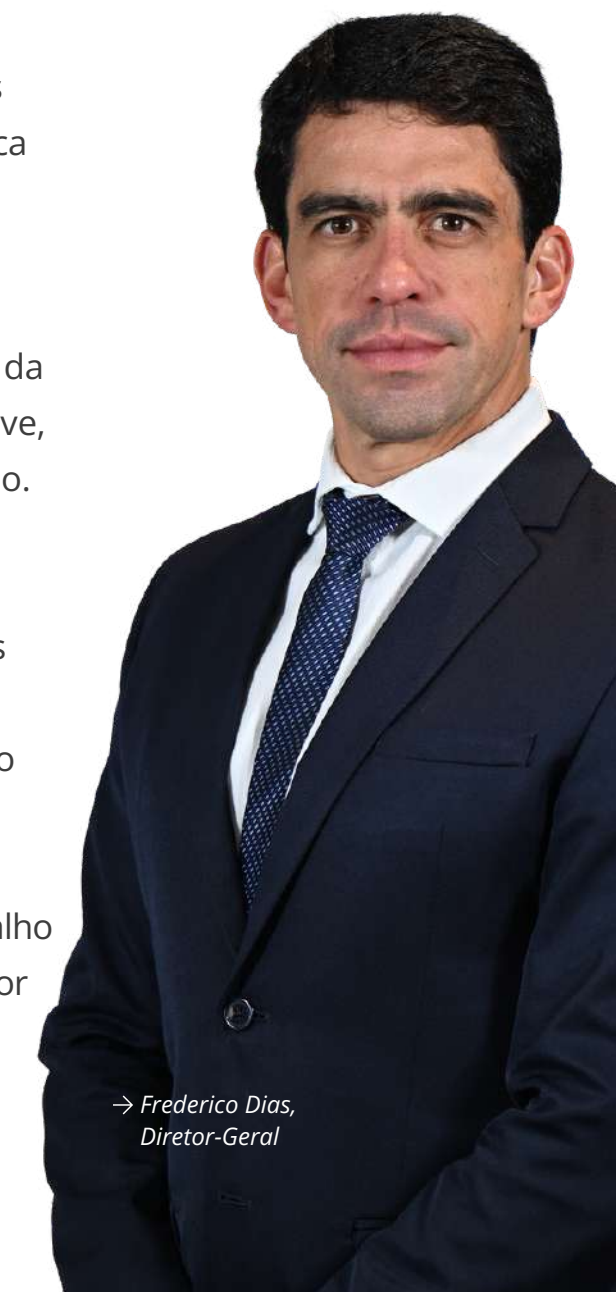
O Grupo Especial de Fiscalização de Contêineres analisou mais de 500 denúncias, subsidiando a edição do Acórdão nº 521/2025, que consolidou entendimentos relevantes e modernizou a sistemática de resolução de controvérsias no âmbito da Agência. Realizamos ainda 240 audiências de conciliação sobre cobrança de sobre-estadia de contêineres, resultando em 176 acordos e economia estimada de R\$ 23 milhões para os usuários. Esse esforço reafirma o papel da Antaq como instância qualificada de mediação de conflitos, capaz de reduzir a judicialização, promover soluções consensuais e gerar ganhos concretos para a sociedade.

Enfrentamos, simultaneamente, o desafio de consolidar as diretrizes do Programa BR do Mar, regulamentado pelo Decreto nº 12.555/2025. A introdução das Empresas Brasileiras de Investimentos na Navegação (EBIN) demandou atualização normativa e aprimoramento dos mecanismos de supervisão, com o objetivo de assegurar concorrência leal, segurança jurídica e sustentabilidade do novo arranjo de estímulo à cabotagem.

No campo das inovações internas, destacou-se a evolução da Plataforma Unificada de Regulação Aquaviária (PROA), voltada à integração das soluções de tecnologia e informação da Agência. Como reflexo do compromisso contínuo com a governança pública, a Antaq manteve, em 2025, o primeiro lugar no ranking de transparência ativa da Controladoria-Geral da União.

Reconheço, contudo, os desafios estruturais que ainda restringem nossa capacidade de resposta, como a redução de quase 30% da força de trabalho nos últimos quatro anos e das limitações orçamentárias, que impactaram o ritmo das entregas. Ainda assim, os resultados de 2025 demonstram que planejamento consistente, governança robusta e diálogo contínuo sustentam entregas relevantes mesmo em contexto adverso.

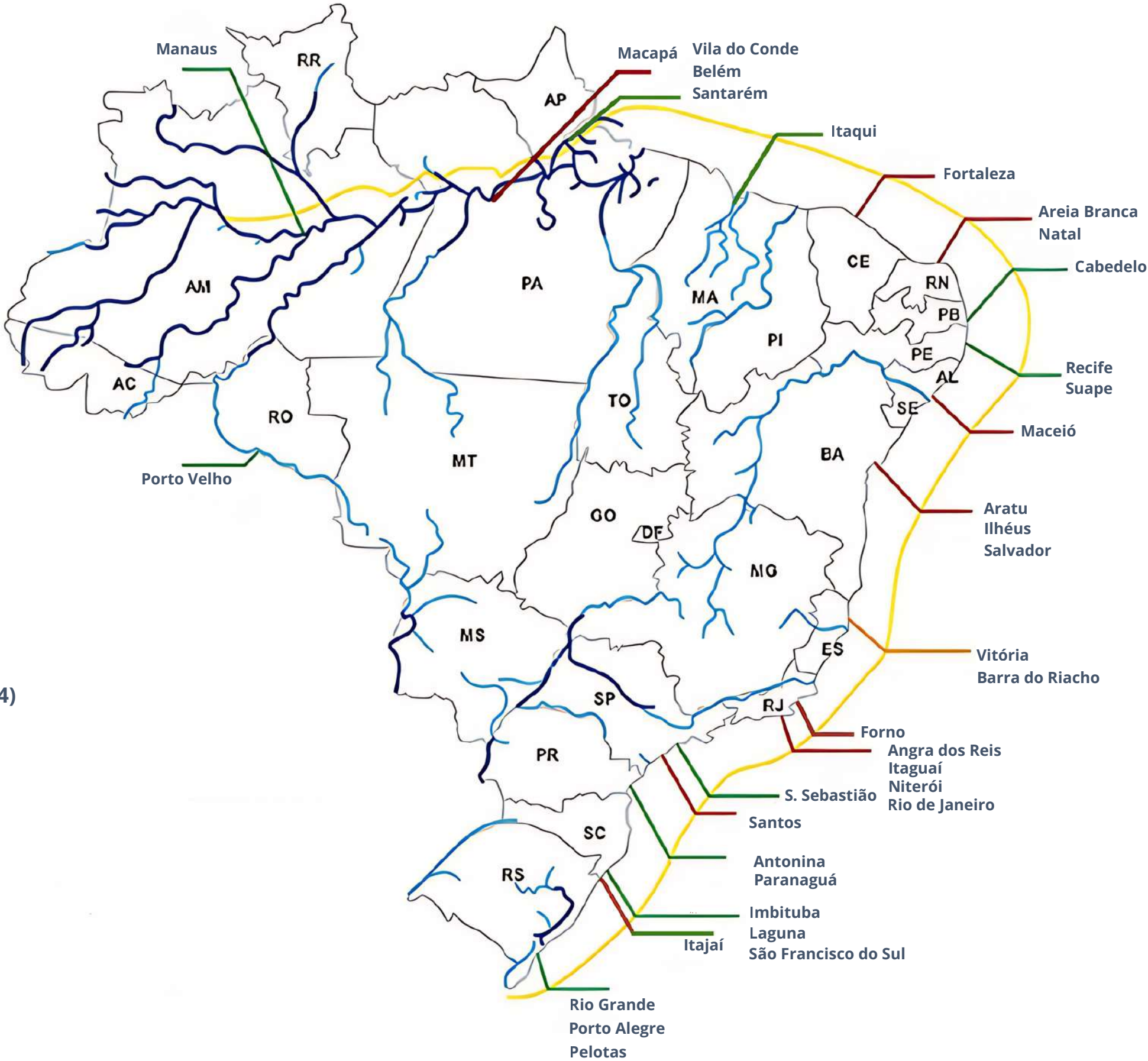
Apresento este Relatório certo de que as entregas aqui registradas não apenas refletem o trabalho realizado, mas também pavimentam um futuro de maior integração, inovação e geração de valor público para o setor aquaviário brasileiro e para a sociedade como um todo.

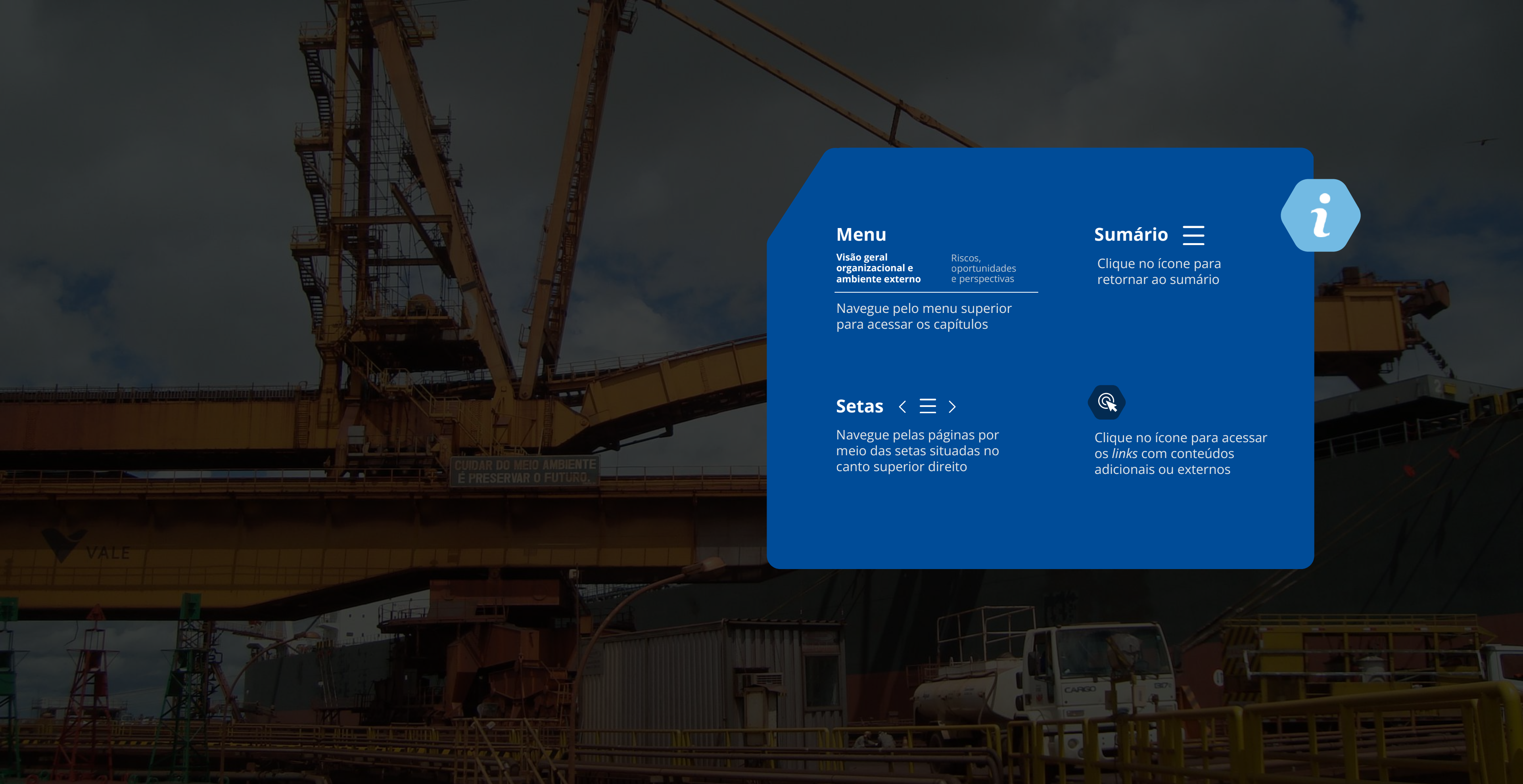


→ Frederico Dias,
Diretor-Geral

ESTRUTURA AQUAVIÁRIA BRASILEIRA

- Sistema Nacional de Viação (1973)
- Vias Economicamente Navegadas (2024)
- Cabotagem
- Portos Organizados
- Portos Organizados Concedidos
- Portos Organizados Delegados





Menu

Visão geral
organizacional e
ambiente externo

Riscos,
oportunidades
e perspectivas

Navegue pelo menu superior
para acessar os capítulos

Setas < ≡ >

Navegue pelas páginas por
meio das setas situadas no
canto superior direito

Sumário ≡

Clique no ícone para
retornar ao sumário



Clique no ícone para acessar
os *links* com conteúdos
adicionais ou externos



SUMÁRIO

1

**VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL E
AMBIENTE EXTERNO**

Sobre a Agência

Implementação de políticas
e programas de governo

Relação com o
ambiente externo

Boas práticas de ESG no
setor aquaviário

Sustentabilidade ambiental
e social na Antaq

Materialidade das
informações

2

**GOVERNANÇA E
ESTRATÉGIA**

Governança a serviço da
estratégia

Principais ações de
supervisão, controle e
correição

Estratégia

3

**GESTÃO DE RISCOS
E INTEGRIDADE**

Gestão de Riscos

Integridade

4

RESULTADOS DE GESTÃO

Nosso desempenho
estratégico

Resultados a partir dos
valores públicos da Cadeia de
Valor

5

NOSSOS RECURSOS

Pessoas: capital humano

Tecnologia da informação

Orçamento e finanças

6

**INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS**

Conformidade Contábil

Situação patrimonial

Resultado patrimonial

Geração líquida de caixa

Resultado orçamentário

Resultado financeiro

Restos a pagar

Visão geral, organizacional e ambiente externo

NESTE CAPÍTULO, mostramos uma visão geral da Agência, bem como o ambiente externo em que atua, proporcionando uma compreensão integrada de seu funcionamento e de sua contribuição para a sociedade.



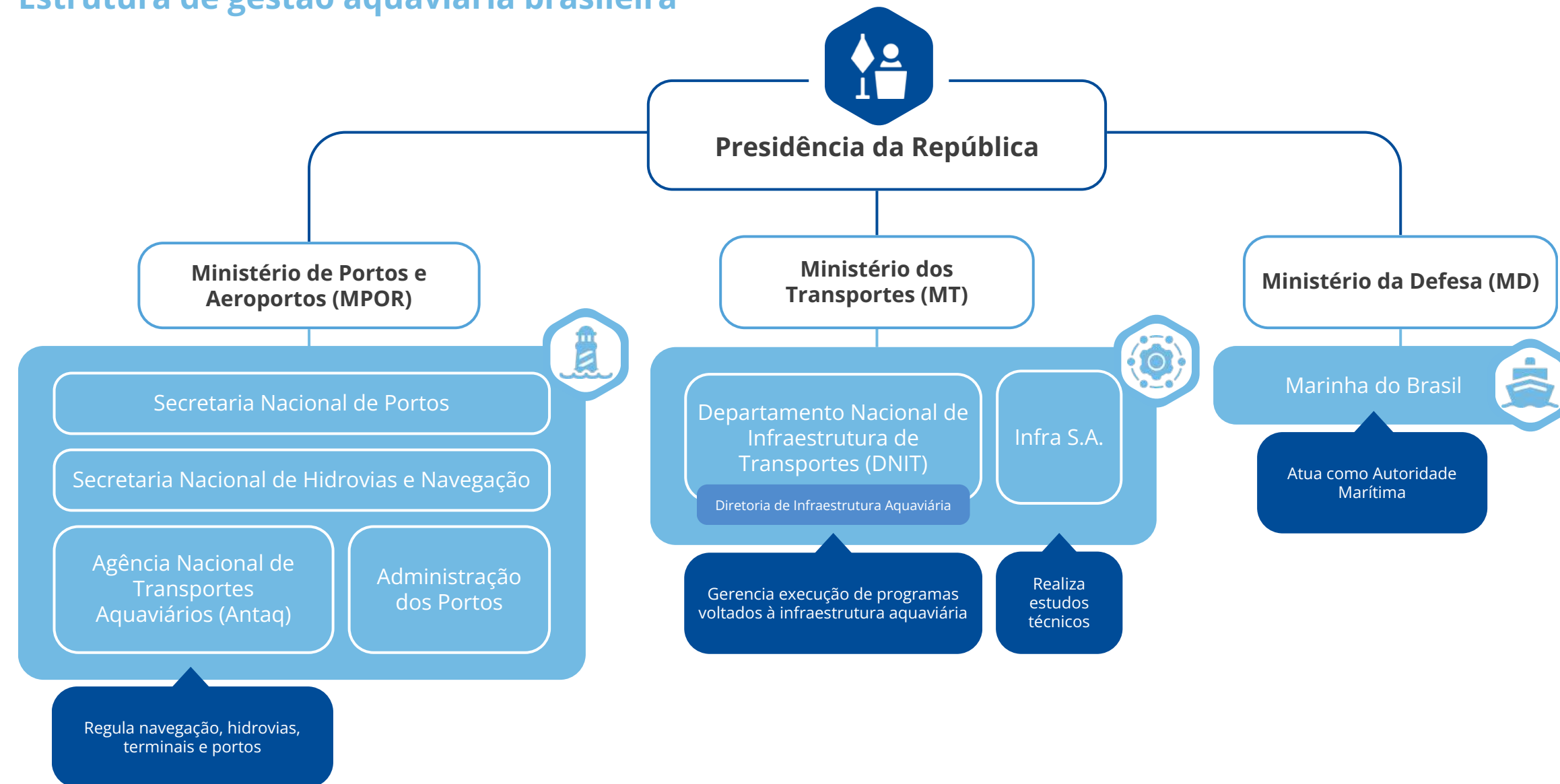
Sobre a Agência

Entre as onze agências reguladoras do Brasil, nós, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), somos a entidade responsável por regular, supervisionar e fiscalizar os serviços de transporte aquaviário e a exploração da infraestrutura portuária e hidroviária no Brasil. Atuamos, ainda, na implementação de políticas formuladas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), ao qual somos vinculados, e na mediação de conflitos de interesses entre entes regulados e usuários, garantindo a movimentação de bens e pessoas com eficiência, segurança, regularidade, pontualidade e modicidade tarifária.

Enquanto autarquia sob regime especial, somos caracterizados pela independência administrativa, pela ausência de subordinação hierárquica, pelo mandato fixo e pela estabilidade de nossos dirigentes, além de dispormos de autonomia funcional, decisória e financeira — aspectos reiterados pela **Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019**, conhecida como Lei das Agências.

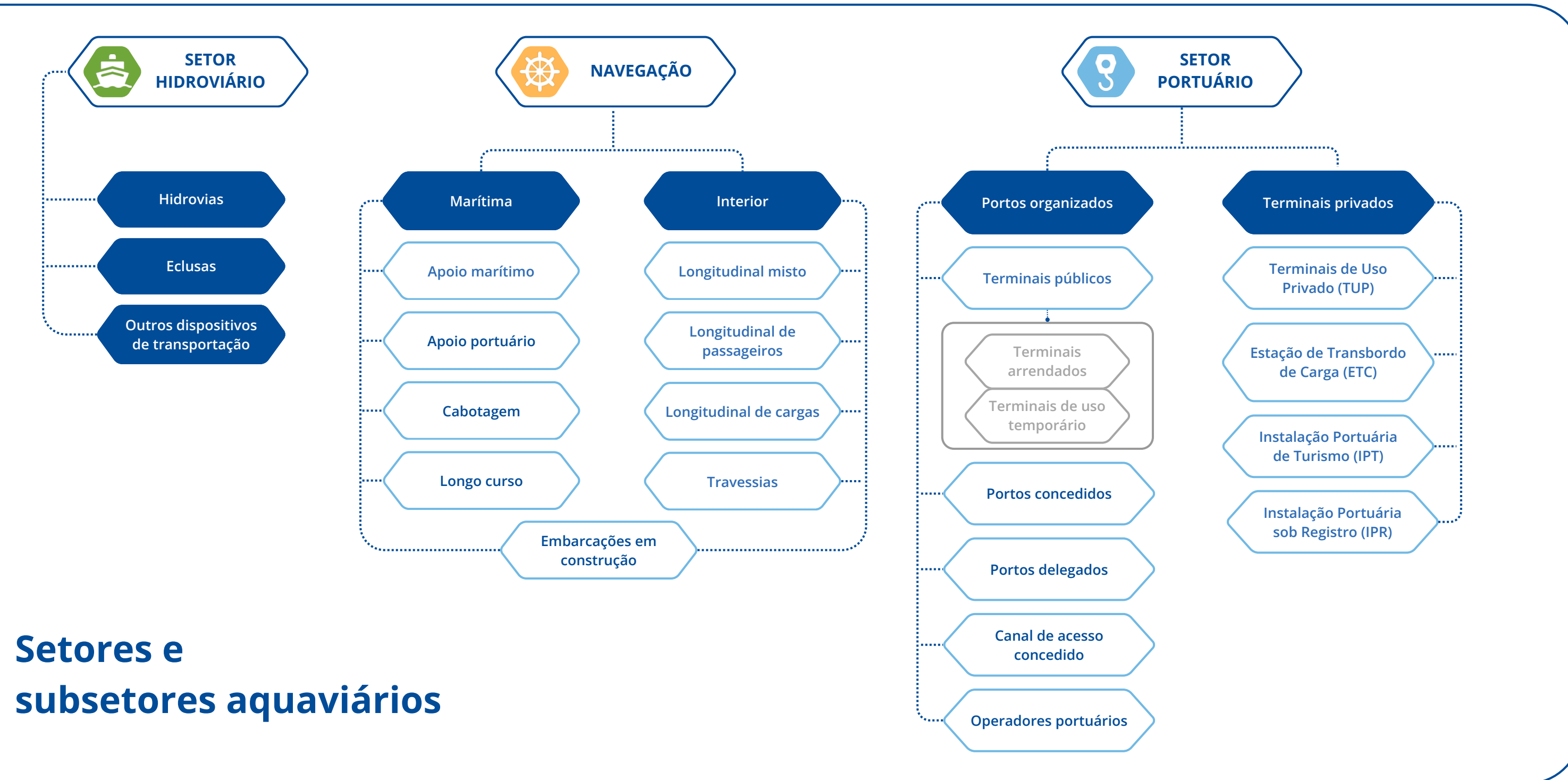
Ademais, desempenhamos papel estratégico no fortalecimento da governança do setor aquaviário, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da logística nacional, para a ampliação da competitividade do comércio exterior e para a integração dos modais de transporte. Pautados pelos princípios da legalidade, transparência, eficiência e interesse público, buscamos continuamente o aprimoramento regulatório e institucional, em benefício da sociedade brasileira.

Estrutura de gestão aquaviária brasileira



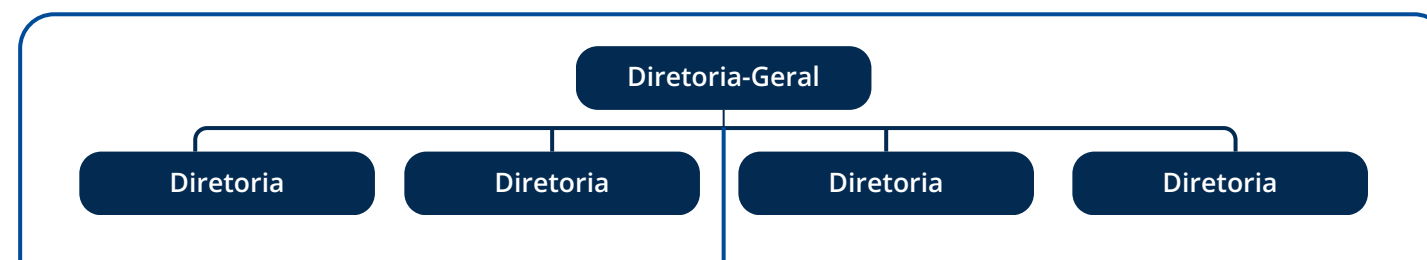
Nos termos da **Lei nº 10.233, de 2001**, que dispõe sobre nossa criação e competências, somos encarregados de, dentre outras atribuições, promover estudos, exercer poder normativo, celebrar atos de outorga, de transferência e de extinção de direito, bem como contratos de concessão para a

exploração dos portos organizados marítimos, fluviais e lacustres e da infraestrutura hidroviária. Também promovemos e julgamos licitações e representamos o país junto a organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados relacionados ao setor aquaviário.

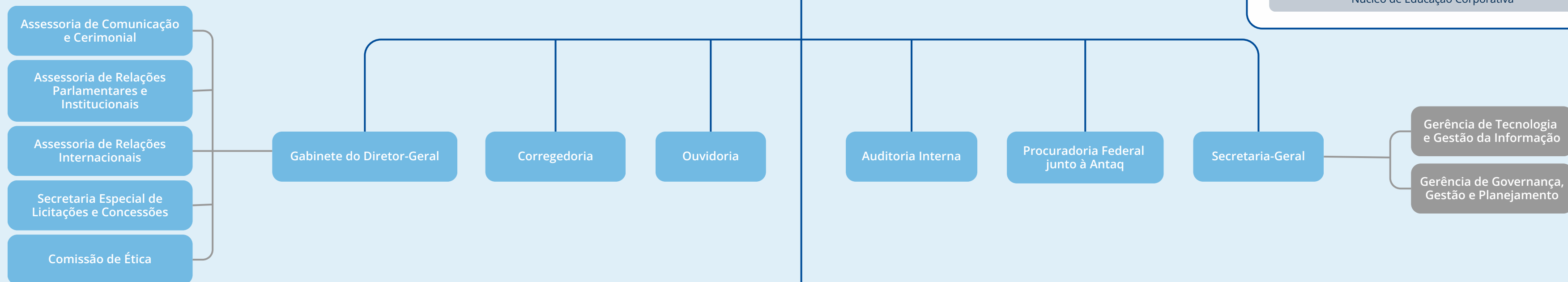


Estrutura organizacional

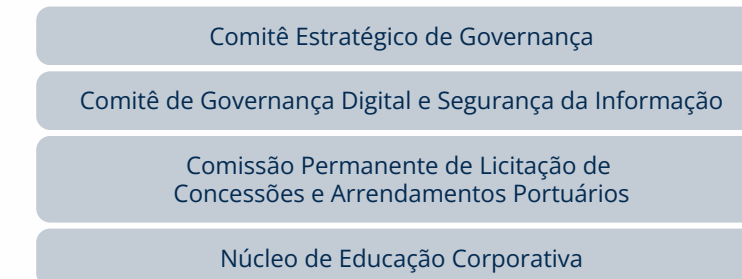
Diretoria Colegiada



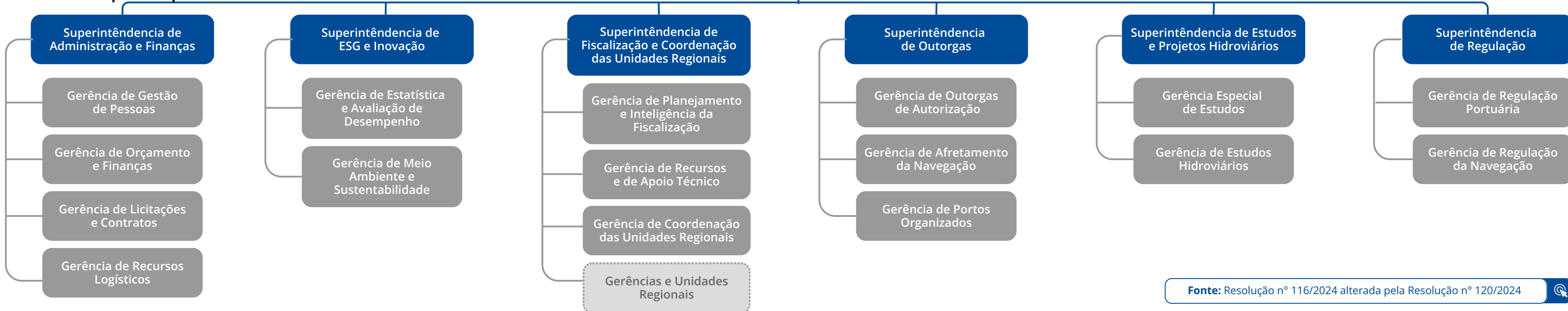
Unidades de assistência direta e imediata à Diretoria



Colegiados de apoio ao processo decisório



Unidades de apoio ao processo decisório



Fonte: Resolução nº 116/2024 alterada pela Resolução nº 120/2024



Diretoria Colegiada



FREDERICO DIAS

Diretor-Geral

Mandato: 28/08/2025 a 18/02/2030

Graduado em Engenharia Civil e Direito, possui pós-graduação em Controle da Regulação de Infraestrutura e em Auditoria e Controle Governamental. Com experiência em controle da infraestrutura e da regulação, atuou na Controladoria-Geral da União e no Tribunal de Contas da União.



CAIO FARIAS LEÔNICO

Diretor

Mandato: 14/12/2022 a 13/12/2027

Pós-graduado em direito tributário e especializado em direito empresarial, integrou a comissão de juristas do Senado Federal. Tendo mais de dez anos de atividade profissional perante vários tribunais do país, atuou em casos de comércio exterior por portos brasileiros e arrendamentos.



WILSON LIMA FILHO

Diretor

Mandato: 14/12/2022 a 18/02/2027

Doutor em Ciências Navais, o Vice-Almirante atuou na Marinha do Brasil por 45 anos. Foi Diretor de Portos e Costas, chefe do estado-maior do Comando de Operações Navais e Capitão dos Portos de Alagoas e do Rio de Janeiro, além de Presidente do Tribunal Marítimo.



ALBER VASCONCELOS

Diretor

Mandato: 14/12/2022 a 13/12/2026

Servidor público federal do Ministério da Economia, é mestre em engenharia hidráulica e ambiental. Atuou como em setores finalísticos da Antaq e também exerceu cargos na Secretaria de Portos - como o de diretor de gestão de riscos e custos e diretor de gestão e modernização portuária.



FLÁVIA TAKAFASHI

Diretora

Mandato: 21/07/2021 a 18/02/2026

Primeira mulher indicada pela Presidência da República a ocupar o cargo, é mestre em Direito das Relações Internacionais e da Integração da América Latina. Servidora de carreira, foi diretora em departamento do antigo Ministério da Infraestrutura.

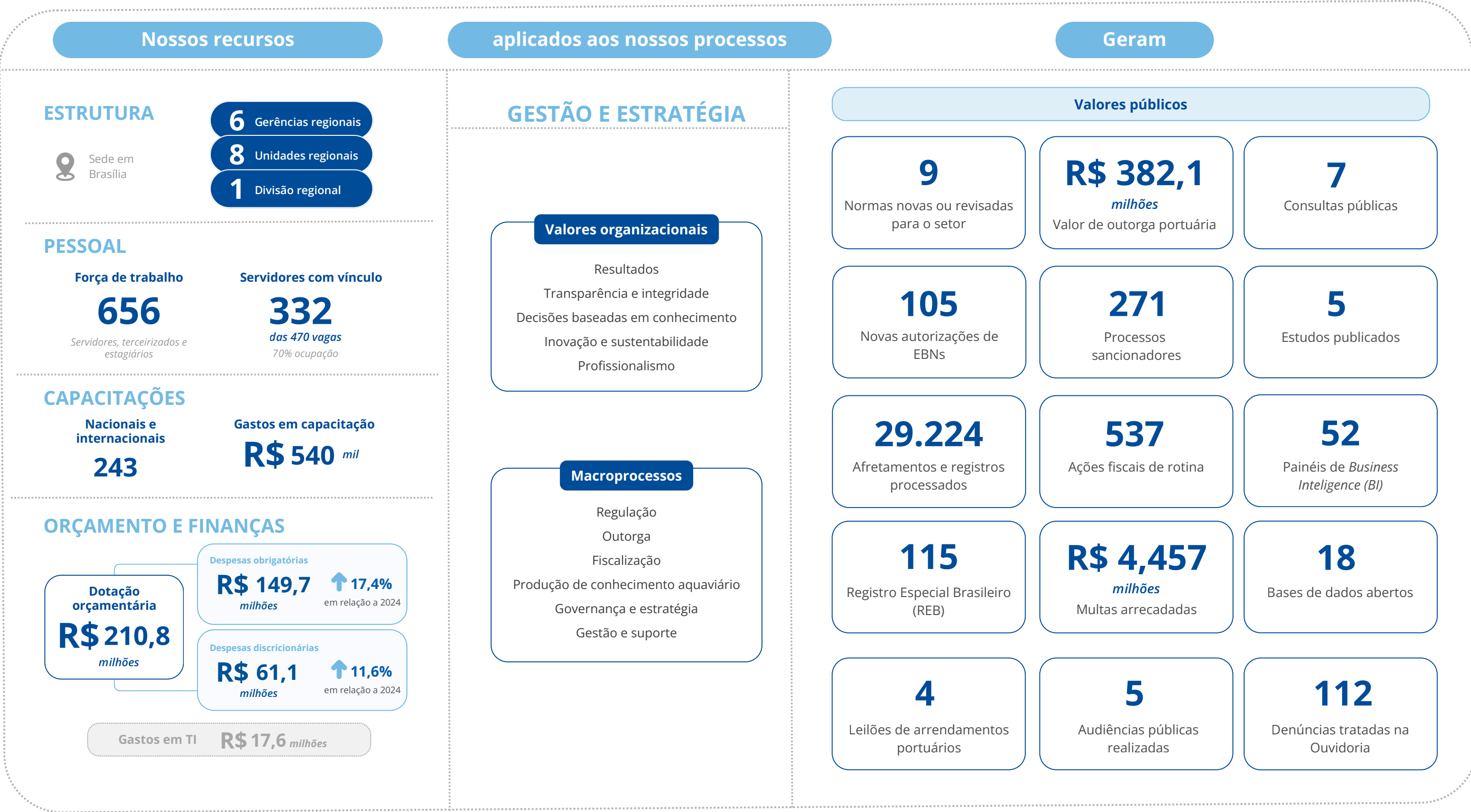
ATRIBUIÇÕES DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Antaq, sendo responsável pela definição das diretrizes estratégicas, pela tomada de decisões regulatórias e pela apreciação de matérias de natureza normativa, administrativa e sancionatória. É composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores, que atuam de forma colegiada nas Reuniões de Diretoria.

[Acesse as pautas de reunião](#)


Conforme requisitos e procedimentos estabelecidos em legislação, os membros da Diretoria Colegiada são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para período de exercício com prazo determinado, vedada a recondução automática, reforçando a independência decisória da Agência. O Diretor-Geral, além de participar das deliberações colegiadas, detém competências privativas de natureza administrativa e de gestão, tais como a supervisão do funcionamento da autarquia em todos os seus setores e a representação institucional da Antaq.

Modelo de negócios



Áreas de atuação

A Antaq possui abrangência de atuação nacional, portanto, a fim de fiscalizar a prestação de serviços de transporte aquaviário, de apoio marítimo e de apoio portuário e a exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, institui-se gerências e unidades regionais, além de postos avançados em diversas localidades do país.

As gerências regionais são diretamente subordinadas à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), enquanto as unidades regionais são subordinadas técnica, administrativa e operacionalmente às respectivas Gerências Regionais de jurisdição.

A Resolução Antaq nº 1.173, de 1º de outubro de 2008, criou e aprovou o regulamento para o funcionamento dessas partes organizacionais da Agência. O Acórdão nº 367/2025-Antaq atualizou os postos avançados.

Sede em Brasília

6 Gerências Regionais

1 Divisão Regional

8 Unidades Regionais

4 Postos Avançados



No mapa, cada cor indica a região sob coordenação de uma Gerência Regional, com apoio das Unidades Regionais, conforme jurisdição delimitada em normativo.

Atualmente contamos com 4 postos avançados: Cabedelo (PB), Paranaguá (PR), Aratu (BA) e Itajaí (SC)

Base normativa de atuação da Antaq



Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001



Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e cria a Antaq

Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002



Regulamenta a Lei nº 10.233, de 2001.

Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013



Conhecida como Lei dos Portos, confere à Antaq a condução dos procedimentos licitatórios de áreas e instalações localizadas dentro dos portos organizados

Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013



Regulamenta a Lei dos Portos e detalha como a Antaq deve regular, supervisionar e fiscalizar a exploração portuária

Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019



Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, dispondo sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador

Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997



Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995



Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal

Decreto nº 12.555, de 16 de julho de 2025



Dispõe sobre as regras, os critérios e os procedimentos o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar

Lei nº 13.848, de 25 de junho 2019



Conhecida como a Lei das Agências Reguladoras, dispõe sobre a gestão, organização, processo decisório e controle social

Políticas e programas de governo

Como executora de planos, políticas e programas federais, especialmente oriundos do MPOR, a Auxilia na implementação das seguintes políticas públicas:

Clique no título dos instrumentos para acessar os normativos 

POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES

Estabelece princípios, objetivos e diretrizes para orientar o planejamento, a gestão e a execução das ações do setor de transportes, abrangendo todos os modais. Seu foco é promover um sistema de transportes eficiente, seguro, integrado e sustentável

PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA (PNL)

Um dos principais instrumentos que o Poder Público dispõe para planejar, no longo prazo, a infraestrutura de transportes, estabelecendo a visão de futuro, as necessidades e oportunidades de infraestrutura de transporte para o Brasil até 2035

PLANEJAMENTO INTEGRADO DE TRANSPORTES (PIT)

Contempla um conjunto de instrumentos — Plano Nacional de Logística, Planos Setoriais dos subsistemas (rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário), Plano Geral de Parcerias e Plano Geral de Ações Públicas — que definem diretrizes, metas e ações para orientar investimentos

PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS (PPI)

Define os projetos prioritários para o País e prioriza arrendamentos e desestatizações portuárias, dos quais a Antaq é responsável pelos procedimentos de leilão, bem como pela estruturação de parcerias com a iniciativa privada para a concessão de infraestrutura hidroviária

PLANO PLURIANUAL (PPA) 2024-2027

A Antaq integra o programa finalístico “3105- Portos e Transportes Aquaviários”, cujo objetivo geral é “promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e do transporte aquaviário”

PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRANSPORTE POR CABOTAGEM

Conhecido como BR do Mar, intenciona ampliar e modernizar o uso da cabotagem (transporte de cargas por via marítima entre portos brasileiros), aumentando a oferta e melhorando a qualidade desse transporte

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e determina a utilização racional e múltipla dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável

POLÍTICA NACIONAL PARA OS RECURSOS DO MAR

Promove a integração do mar territorial e plataforma continental ao espaço brasileiro e a exploração racional dos oceanos. Também cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que articula ações federais na Zona Costeira, e que promulgou a Agenda Ambiental Portuária em 1998

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Determina as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis

PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM PORTUÁRIA E HIDROVIÁRIA II

No âmbito do Programa, a Antaq é a autoridade reguladora e fiscalizadora técnica dos serviços de dragagem e de sua eficiência operacional e de gestão, assegurando a navegabilidade, a profundidade adequada dos canais e o cumprimento de segurança e a continuidade dos serviços

Relação com ambiente externo

Relação com a sociedade

Nossa Ouvidoria atua como instância de controle e participação social, responsável por acolher, tratar e responder às manifestações da sociedade relacionadas aos serviços prestados pela Agência e ao setor aquaviário — parte essencial do cumprimento de nossa missão institucional. As manifestações — incluindo reclamações, denúncias, elogios, sugestões e pedidos de informação — são recebidas por meio do [Sistema Fala.BR](#), em conformidade com a [Lei nº 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação – LAI) e com a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

Desempenhamos papel central na gestão da transparência ativa e passiva, promovendo a divulgação proativa de informações no [Portal da Antaq](#) e assegurando o adequado atendimento aos pedidos de acesso à informação. Em 2025, mantivemos a 1ª posição no ranking de transparência ativa da CGU, com o cumprimento integral dos 49 critérios avaliados.

Em 2025, tivemos um crescimento de aproximadamente 9,4% no número de manifestações recebidas em relação ao ano anterior (de 1.307 em 2024 para 1.430), com tempo médio de resposta de 10,5 dias. Podemos destacar o expressivo aumento das sugestões (de 10 para 269), bem como das reclamações, que saltaram de 262 para 833 em 2025 (crescimento de 218%). Também registramos o crescimento das demandas recepcionadas pela Ouvidoria e encaminhadas para nossa área de fiscalização: de 254 em 2024 para 963 em 2025, crescimento de 279%, em grande medida pelas demandas relacionadas à logística de contêineres, tratadas pelo Grupo Especializado de Fiscalização de Contêineres (GEF Contêineres).

Observamos uma queda acentuada nas solicitações em 2025 (de 326 para apenas 5), um aumento nas sugestões (de 10 para 269) e uma redução nas denúncias (de 519 para 112). Esses movimentos indicam que os cidadãos estão compreendendo melhor a natureza de suas demandas, permitindo que a Agência aplique o procedimento adequado a cada caso — seja corrigindo falhas na prestação de serviços ou investigando irregularidades graves.

Painel da Lei de Acesso à Informação

Dados referentes à Antaq

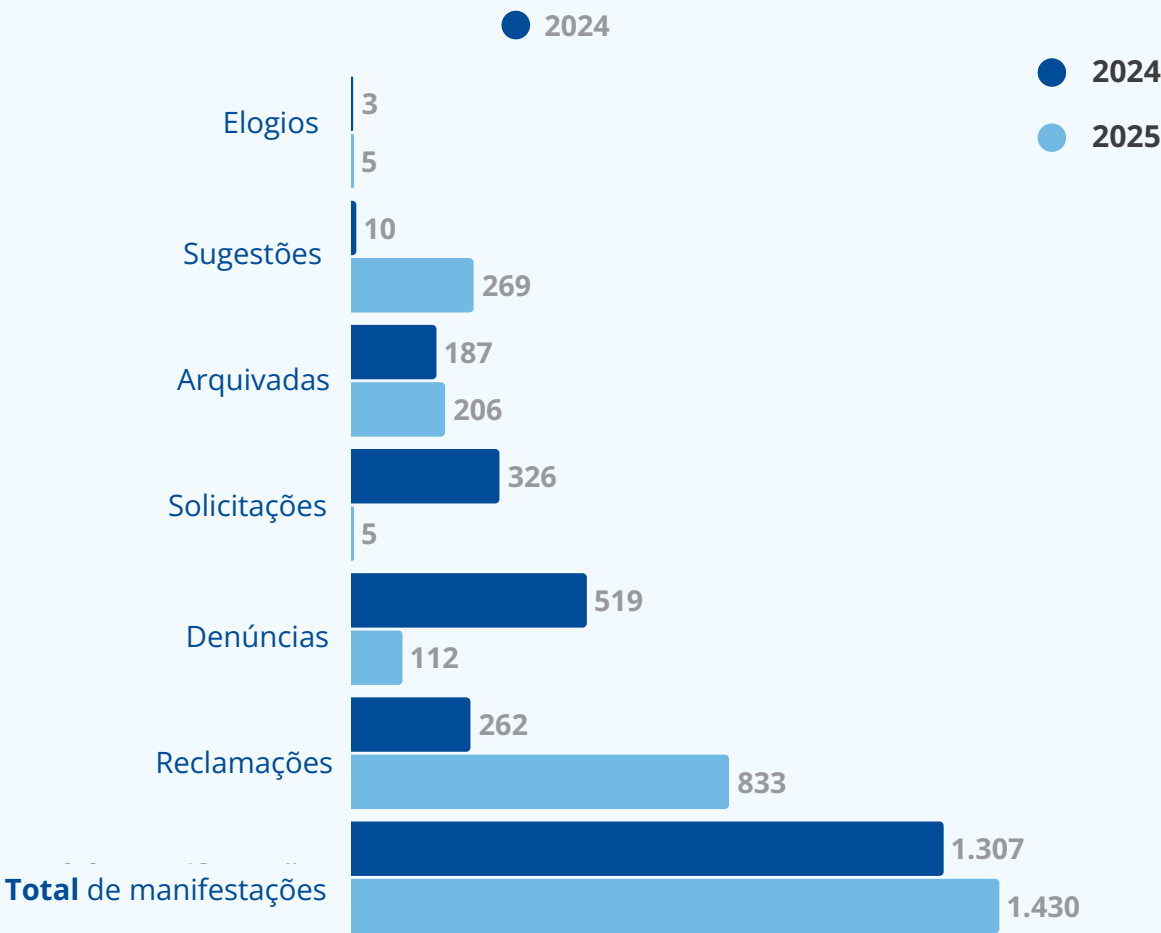
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025



STATUS DOS PEDIDOS



MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS



Com vistas à modernização do atendimento, passamos a utilizar, desde 2021, o QR Code como ferramenta de acesso rápido aos nossos canais de comunicação. A partir de 2024, passamos a utilizar a Plataforma Omnichannel, que integra e organiza todos os canais de atendimento, tornando o registro das manifestações mais eficiente, transparente e conveniente para os usuários. Esse sistema conta ainda com o apoio da IARA, inteligência artificial integrada à nossa página na internet, o que contribui para aprimorar a orientação e o direcionamento das demandas. A redução drástica das solicitações (de 326 para apenas 5) e a estabilidade nos arquivamentos (de 187 para 206) evidenciam a assertividade do atendimento inicial impulsionadas por essas ferramentas orientadoras.

Em 2025, atualizamos a **Carta de Serviços** com base nas contribuições dos usuários e fortalecemos nossa atuação conciliadora, com a implementação da nova rede de acolhimento voltada ao suporte e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade, com foco em casos de assédio e discriminação. Promovemos a atualização do arcabouço normativo da Ouvidoria, com a revisão do **Manual de Conduta dos Colaboradores (4ª edição)** e a atualização da **Portaria nº 3/2025/OUV/Antaq**, em conformidade com a **Resolução Antaq nº 116/2024**, que incorporou às competências da Ouvidoria temas relacionados enfrentamento do assédio moral e sexual, da discriminação e à promoção da comunicação não violenta.

Transparência ativa

Reconhecemos que a transparência é o alicerce da confiança nas agências reguladoras. Por esse motivo, estruturamos nossa comunicação com a sociedade em três frentes principais: a transparência ativa (disponibilização espontânea de dados em nosso portal), a transparência passiva (apresentado na página anterior) e a política de dados abertos.

Desde 2022, coordenamos esforços integrados em todas as nossas áreas para que a promoção da transparência não seja apenas uma obrigação legal, mas um valor essencial em nossa cultura organizacional.

Por isso, a Ouvidoria desempenha papel central na gestão da transparência ativa e passiva, promovendo a divulgação proativa de informações no [Portal da Ouvidoria](#) 

Em 2025, mantivemos, pelo quarto ano consecutivo, a **1ª posição no ranking nacional do Painel da LAI**. Cumprimos integralmente os 49 critérios avaliados pela Controladoria-Geral da União (CGU), reafirmando nosso compromisso com a transparência passiva (ao responder ao cidadão) e a transparência ativa (ao expor seus indicadores), garantindo que a participação social seja o motor da excelência nos serviços prestados à sociedade brasileira.

Dados abertos

Gerimos a transparência de nossos dados como um ativo estratégico para a sociedade, em atendimento ao [Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#), e em consonância com o [Plano de Dados Abertos \(PDA\) ciclo 2023-2025](#), aprovado pelo [Acórdão nº 431/2023](#), permitindo que o cidadão e o mercado desenvolvam suas próprias ferramentas e análises a partir de nossas bases.

Até o início de 2025, já disponibilizávamos bases fundamentais para o setor aquaviário, como as de Afretamento, Estatístico Aquaviário (EA), Instalações Portuárias e Processos Sancionadores. No entanto, com o [PDA 2023-2025](#), assumimos o compromisso de expandir esse horizonte, prevendo a abertura de 13 novas bases de dados, que se somam às 5 já existentes.

Ao longo do exercício de 2025, realizamos ajustes e melhorias tanto em bases-legado quanto nas previstas no novo plano, assegurando que a informação chegue ao usuário com qualidade e integridade. Disponibilizamos 11 novas bases de dados previstas no [PDA 2023-2025](#). Com isso, alcançamos o marco de 18 bases abertas em nosso portal, resultado que materializa nosso esforço contínuo em democratizar o acesso à informação técnica e gerencial.



Dentre as novas frentes de abertura que monitoramos e atualizamos em 2025, destacam-se:



Operação e mercado

Outorgas da Navegação, Situação dos Portos em Tempo Real, Frota e Empresas Autorizadas

Gestão e governança

Compras e Contratações, Gestão Orçamentária e Financeira, e nosso Plano de Integridade

Logística e infraestrutura

Vias Economicamente Navegadas e Linhas de Travessia

A atualização das bases ocorre de forma automática. Assim que nossos sistemas internos são alterados, as modificações são refletidas nas bases disponíveis no [Portal de Dados Abertos](#)

conforme frequências pré-definidas, garantindo que o cidadão e os agentes do setor tenham sempre à disposição a versão mais atualizada e fidedigna das informações da Agência

Proteção de dados pessoais

Ao longo de 2025, aprofundamos a consolidação de uma cultura institucional de privacidade e proteção de dados.

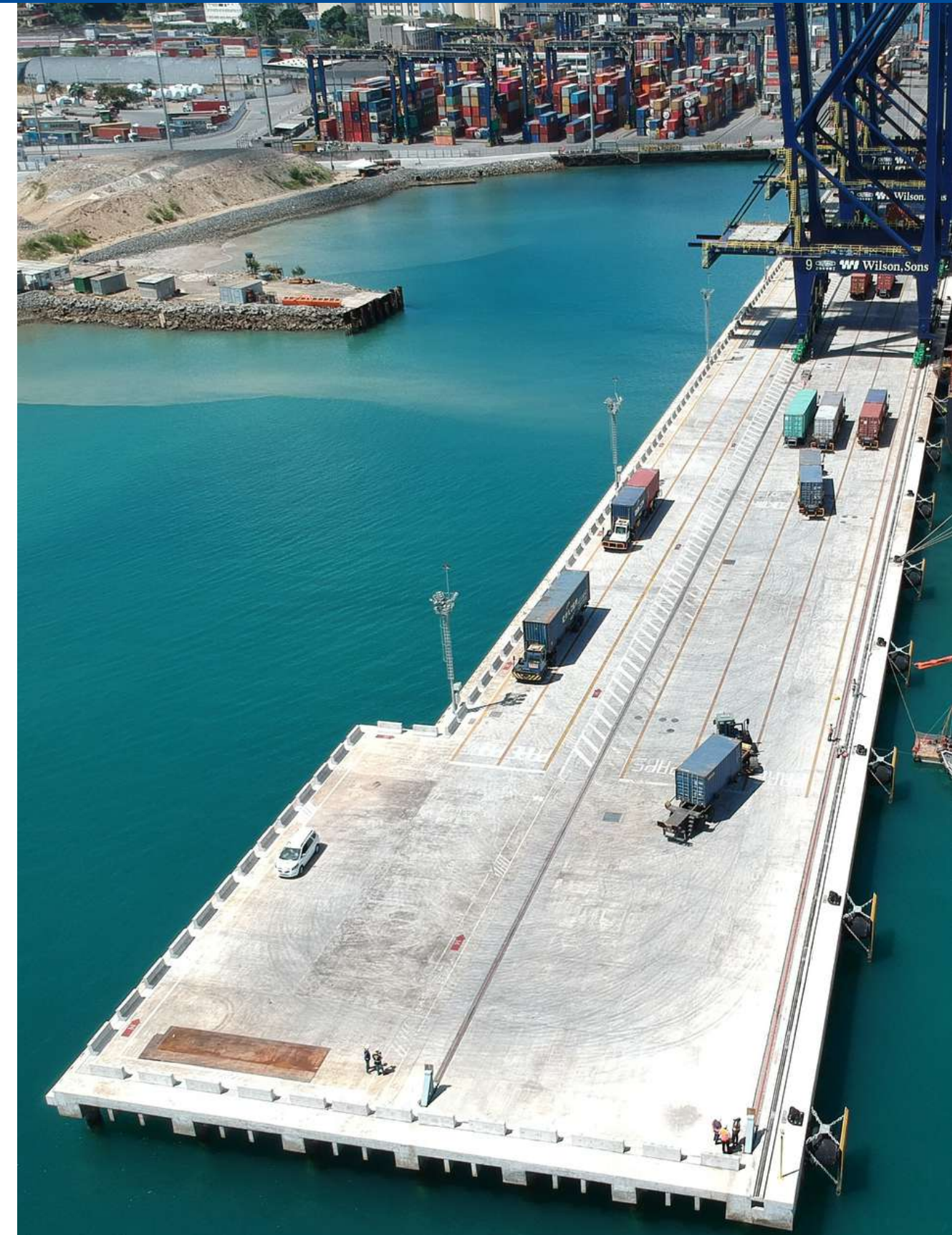
A conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é tratada como um processo contínuo e estratégico, que envolve mitigação de riscos, fortalecimento da confiança pública e adoção de controles internos robustos.

Mantivemos um fluxo permanente de orientações e recomendações técnicas ao nosso corpo funcional, tendo como ferramenta central o [Repositório de Gestão de Conhecimento da LGPD](#) que atua como referência institucional para padronização de condutas. Realizamos ainda o acompanhamento sistemático das iniciativas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ajustando continuamente nossos normativos internos às atualizações regulatórias do país.

Um marco relevante foi a articulação de tratativas com a ANPD para celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), destinado ao intercâmbio de informações e à realização de ações educativas voltadas aos desafios de proteção de dados no setor aquaviário. O plano de trabalho está concluído, e a assinatura do ACT está prevista para o primeiro trimestre de 2026, posicionando a Antaq como referência setorial em privacidade e proteção de dados.

Com a implementação de novos controles e iniciativas de conformidade, estimamos um avanço consistente no nível de adequação da Agência à LGPD, reafirmando nosso compromisso com o *compliance* digital e com o tratamento ético, seguro e responsável dos dados utilizados em nossas operações regulatórias.

→ Terminal de Contêineres
(Tecon) em Salvador (BA)



Articulação internacional

Em 2025, ampliamos de maneira significativa nosso protagonismo regulatório no cenário internacional, fortalecendo nossa cooperação com organismos multilaterais, autoridades estrangeiras e instituições de referência global. Lideramos a implementação da Associação dos Reguladores da Mobilidade e dos Transportes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (ARMT), com a criação e assinatura do Estatuto em fevereiro e a aprovação do Regulamento Interno em outubro, em Lisboa. A ARMT foi concebida para promover intercâmbio de informações, capacitações e boas práticas, harmonização regulatória e produção conjunta de estudos, reunindo, além da Antaq, instituições reguladoras de Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde. Em paralelo, ampliamos a rede de parceiros estratégicos por meio de negociações com a Autoridade Portuária Nacional de Camarões e a Autoridade Marítima e Portuária de Singapura.

Intensificamos nossa participação em fóruns multilaterais — Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Marítima Internacional (IMO), BRICS, MERCOSUL, Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e Associação Mundial para a Infraestrutura de Transportes Aquaviários (PIANC) — alinhando posições técnicas com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e demais órgãos federais, especialmente em temas como governança de hidrovias compartilhadas, transição energética, descarbonização de operações portuárias e mecanismos internacionais de sustentabilidade.



Organização Marítima Internacional (IMO)

A IMO é uma agência especializada das Nações Unidas e autoridade global para definição de padrões de segurança, proteção e desempenho ambiental do transporte marítimo internacional. O Brasil, como Estado-membro da IMO, possui representação permanente – de competência da Marinha do Brasil, cuja estrutura de governança engloba a Comissão Coordenadora dos Assuntos da IMO (CCA-IMO).

A CCA-IMO é o órgão de assessoramento com o propósito de analisar os temas atinentes à IMO, formular as posições adotadas pelo Brasil e propor medidas a serem implementadas em extensão nacional, decorrentes dos comprometimentos assumidos pelo país perante a Organização. A Antaq, por seu turno, fornece subsídios aos debates e comparece às suas reuniões, conforme **Decreto nº 11.773, de 9 de novembro de 2023**, que nos incluiu na CCA-IMO na condição de convidada permanente nas reuniões, sem direito a voto.

A gestão dos assuntos da CCA-IMO na Antaq é realizada via Grupo Técnico (GT), o qual compete à Assessoria Relações Internacionais (ARINT) sua coordenação e conta com integrantes de várias setoriais técnicas da Agência.

Na IMO, em 2025 participamos de reuniões em Brasília, Rio de Janeiro e Londres - incluindo a 83ª sessão do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho (MEPC 83) e a 34ª Assembleia da Organização.

48 processos da
IMO analisados
pela Antaq

Entre os temas de maior relevância, sobressai nosso acompanhamento da reeleição do Brasil para o Conselho da IMO, além da participação nas discussões relativas à adoção formal das emendas ao Anexo VI da Convenção MARPOL, bem como no avanço das tratativas preliminares sobre os aspectos operacionais do Fundo *Net-Zero*, dos esquemas de certificação de combustíveis sustentáveis (*Sustainable Fuel Certification Schemes – SFCS*) e das normas de reporte do Sistema de Coleta de Dados (*Data Collection System – DCS*), no âmbito das sessões do MEPC.

Antaq participa da Assembleia da IMO que reconduz Brasil ao Conselho



Antaq no mundo

As missões internacionais consistem em comitivas oficiais ao exterior, categorizadas em três tipos: **compromisso institucional, capacitações internacionais e eventos complementares**

30

Missões
Internacionais

10

Capacitações
Internacionais

12

Servidores
capacitados no
exterior

13

Países



No âmbito da PIANC, coordenamos as atividades no plano nacional, conduzimos a reestruturação da PIANC Brasil e realizamos sua primeira Assembleia Geral, além de avançarmos nos preparativos da *PIANC America 2026*, a ser sediada pelo Brasil. Lideramos ainda a participação brasileira na *Smart Rivers 2025*, nos Estados Unidos, onde o país se destacou como a terceira maior delegação em número de artigos apresentados, reforçando nossa autoridade técnica internacional.

Aprofundamos cooperações com instituições de referência, como: Fundação ValenciaPort; Centro de Treinamento Portuário de Antuérpia/Flandres (Antwerp and Flanders Port Training Center – APEC); Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (*United States Army Corps of Engineers* – USACE); *Women’s International Shipping & Trading Association* (WISTA); e Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT).

Com a Agência Alemã de Cooperação Internacional no Brasil (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* – GIZ), concluímos dois instrumentos de cooperação, incluindo a execução do estudo intitulado “Diagnóstico das ações realizadas pelos Portos Públicos e Terminais de Uso Privado para fortalecer a relação Porto–Cidade, no âmbito do Apoio ao Brasil na Implementação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PROADAPTA).

Dificuldades enfrentadas e expectativas para 2026

A execução da agenda internacional intensa trouxe desafios importantes em 2025, em especial, a elevada demanda e a complexidade, caracterizada pela realização simultânea de fóruns, negociações e processos técnicos. Soma-se a esse contexto a necessidade de articulação interinstitucional permanente, sobretudo com o MRE e outros órgãos da administração pública, para o alinhamento de posições técnicas e institucionais em temas estratégicos. Ademais, as limitações operacionais e de recursos, diante do volume de missões internacionais, iniciativas de cooperação e atividades de acompanhamento técnico junto a organismos multilaterais, exigiram rigorosa priorização e constante otimização dos esforços da equipe.

Para 2026, buscaremos consolidar os avanços obtidos anteriormente, com a formalização dos memorandos de entendimento atualmente em negociação, o fortalecimento da atuação da ARMT e da Seção Nacional da PIANC, bem como a realização da PIANC *America* 2026 no Brasil. Pretendemos, ainda, ampliar nossa participação nos debates internacionais relacionados à descarbonização, à adaptação às mudanças climáticas, à digitalização e à governança de hidrovias.

Esperamos, por fim, expandir as oportunidades de capacitação internacional para os servidores e reforçar o protagonismo institucional no cenário regulatório e marítimo-portuário internacional.

Articulação governamental e relações institucionais

No exercício de 2025, fortalecemos de maneira significativa nossa presença institucional no debate público e legislativo, garantindo que decisões que impactam o setor aquaviário fossem pautadas por evidências técnicas, transparência e alinhamento às políticas de Estado.



Nossa atuação junto ao Congresso Nacional e às assembleias legislativas estaduais buscou assegurar previsibilidade regulatória, coerência normativa e a defesa de um arcabouço regulatório estável, moderno e aderente às melhores práticas.

A interlocução com o Poder Legislativo permaneceu ativa ao longo do ano, consolidando a Antaq como referência técnica em temas estratégicos para o setor de transportes aquaviários. Em 2025, contratamos a plataforma INTELIGOV de monitoramento e gerenciamento de dados dos Poderes Executivos e Legislativos com assinatura trimestral a custo anual de R\$16.700,00.

No campo da transparência e da *accountability*, atendemos com rigor aos mecanismos de controle parlamentar. Todos os documentos foram elaborados com base em dados precisos e atualizados, assegurando a disposição de insumos confiáveis. Também oferecemos subsídios técnicos essenciais para que as proposições legislativas fossem compatíveis com a lógica regulatória do setor e com padrões internacionais.

O fluxo contínuo de comunicação interna permitiu que todas as áreas operassem com uma visão clara do ambiente político-regulatório, antecipando tendências normativas, mitigando riscos e fortalecendo a unidade interpretativa da Agência.

A atuação integrada reforça o papel da Antaq como instituição técnica de Estado, capaz de dialogar com diferentes instâncias, qualificar o debate público e assegurar que a regulação do setor aquaviário permaneça orientada ao interesse público.

Instrumentos de cooperação técnica

Os acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres constituem mecanismos essenciais para o fortalecimento de nossas capacidades institucionais. Por meio dessas parcerias estratégicas com órgãos públicos, instituições acadêmicas e entidades especializadas, ampliamos nossa capacidade técnica, modernizamos processos regulatórios e promovemos a harmonização das práticas do setor aquaviário com padrões nacionais e internacionais de excelência.

Cada acordo é estruturado observando as competências e atribuições específicas de cada partícipe, assegurando sinergia operacional e eficiência no desenvolvimento de estudos, troca de informações, capacitações e atividades conjuntas de regulação, fiscalização, sustentabilidade e inovação. Essas parcerias reforçam não apenas a qualidade técnica das decisões da Agência, mas também a governança regulatória, ao promover cooperação interinstitucional e compartilhamento de boas práticas.

Ao lado, apresentamos os principais acordos celebrados em 2025, que desempenharam papel estratégico no aprimoramento técnico-regulatório do setor aquaviário.

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2025/DG que formaliza parceria essencial para melhorar as atividades de inteligência da fiscalização dos participantes, contribuindo para a produção de conhecimento de inteligência fiscalizatória mais assertivo.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)

Acordo de cooperação técnica nº 12/2025 para possibilitar à Antaq, a utilização, via webservice, do banco de dados da OAB, integrando a consulta aos sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais, a fim de evitar que advogados impedidos de exercer a profissão possam, indevidamente, representar jurisdicionados.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT)

Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2025 para o desenvolvimento do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do setor aquaviário. A iniciativa visa mapear o perfil de emissões no transporte marítimo, portuário e na navegação fluvial, promovendo o intercâmbio de dados estatísticos e a produção de pesquisas científicas para subsidiar a regulação ambiental.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

Acórdão de Cooperação Técnica nº 13/2025 com a finalidade de identificar e analisar os principais riscos globais envolvendo o setor portuário que podem impactar a economia, a sociedade, o meio ambiente e o próprio ecossistema portuário.

COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS (CONPORTOS)

Acordo de Cooperação Técnica nº 4/2025 com a finalidade de estabelecer ações básicas de cooperação técnica na área de segurança portuária, especialmente no que se refere aos procedimentos de auditorias e inspeções nas instalações portuárias.

INSTITUTO DE PRATICAGEM DO BRASIL (IBP)

Protocolo de Intenções (**Acórdão nº 502/2025**) celebrado com a finalidade de promover o intercâmbio de dados, informações e conhecimentos, além do uso não oneroso e sem exclusividade da infraestrutura do IBP.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

Memorando de Entendimento (**Acórdão nº 60/2025**) celebrado com a finalidade de estruturar o Painel do Inventário de Emissão de GEE do Setor Aquaviário e o Mapeamento do Ecossistema Aquaviário.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

Acordo de cooperação técnica nº 3/2025 celebrado com a finalidade de avaliar e propor soluções em energia renovável e confiável para portos organizados e privados brasileiros.

Boas práticas de ESG no setor aquaviário

A Antaq foi a primeira agência reguladora federal a ter uma unidade voltada exclusivamente para a área de sustentabilidade e fomos precursores na criação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), servindo inclusive de exemplo para outras agências reguladoras.

No exercício de 2025, com o propósito de aprimorarmos as boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) no âmbito do setor aquaviário, direcionadas ao público externo, apresentamos a Pesquisa de Fortalecimento da Relação Porto-Cidade para a Promoção da Resiliência Climática e Sustentabilidade. O estudo, que resultou em um diagnóstico nacional e em relatório final, evidencia avanços significativos na agenda de sustentabilidade dos portos organizados brasileiros e revela um cenário promissor frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Saiba mais sobre o levantamento Porto-Cidade



Também disseminamos boas práticas ESG durante o XXXII CooperaPortos, realizado em Itajaí e Navegantes/SC, evento que promoveu debates sobre sustentabilidade portuária e alinhamento à **Agenda 2030** reunindo representantes dos setores público e privado para troca de experiências.

PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DO PACTO GLOBAL



ESTIMULAR
práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego



ASSUMIR
práticas que adotem uma abordagem preventiva aos desafios ambientais



DESENVOLVER
iniciativas e práticas para promover maior responsabilidade ambiental



INCENTIVAR
o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Desde 2024, incluímos a categoria “Gênero e Diversidade” no Prêmio Antaq, voltada à valorização de iniciativas que promovam igualdade de gênero e redução de desigualdades entre os agentes do setor

Buscamos promover a dimensão social da agenda ESG no setor aquaviário, disseminando informações e estimulando a adoção de práticas relacionadas à **diversidade, equidade e inclusão** no âmbito do setor aquaviário.

Entre 6 de dezembro de 2024 e 21 de fevereiro de 2025, realizamos a 2ª Pesquisa sobre Equidade de Gênero no Setor Aquaviário (PEG), tendo como públicos-alvo autoridades portuárias, arrendatários de portos organizados, órgãos gestores de mão de obra portuária (OGMO), terminais autorizados e empresas brasileiras de navegação (EBN).

Durante a reunião do Comitê-Geral de Diversidade e Equidade no Setor Aquaviário, publicamos a 2ª PEG, em parceria com a WISTA Brazil.

Acesse os resultados da 2ª PEG



17,8%

Mulheres na força de
trabalho **PORTUÁRIA**

PRESENÇA
FEMININA EM
DIFERENTES
POSIÇÕES



25% GERÊNCIA

40% ADMINISTRATIVO

10% OPERACIONAL

15% DIREÇÃO

8,4% CONSELHOS DE
AUTORIDADES
PORTUÁRIAS

Antaq na escola

O projeto “Antaq na escola” é viabilizado por meio de um termo de cooperação técnica celebrado junto à Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE) para que os estudantes da 3ª série dos cursos técnicos das escolas estaduais de educação profissional possam estagiar na Unidade Regional de Fortaleza (UREFT). A iniciativa, que a princípio tem vigência até 2027, tem como objetivo transmitir aos alunos informações sobre o sistema portuário na visão dos órgãos e dos agentes públicos que atuam no porto e o conhecimento de como ocorre a gestão das atividades portuárias, e despertar os estudantes para as oportunidades de carreira profissional existentes no setor.

Em maio de 2025 realizamos a 6ª edição do “Antaq na escola” com o tema “Capacitação Profissional e os Desafios Atuais da Logística Portuária”. O evento, que aconteceu no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), promoveu o diálogo entre cerca de 140 estudantes do Curso Técnico Profissionalizante em Portos e os principais atores da logística portuária no Ceará, com palestras e apresentações, além visita às áreas estratégicas do Complexo.

Entre outras instituições, tivemos o apoio da Companhia Docas do Ceará (CDC), da Marinha do Brasil, da Polícia Federal, da Receita Federal, da Anvisa, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Agricultura e Pecuária.

[Para saber mais sobre a 6ª edição do Antaq na escola](#)

[Acesse o termo de cooperação com a Seduc/CE](#)


→
Alunos da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Maria Ângela da Silveira Borges, no estado do Ceará, durante palestra do projeto “Antaq na escola” no Complexo Industrial e Portuário do Pecém



Criação da Revista Blue Research

No ano de 2025, criamos a revista científica Blue Research, uma plataforma essencial para a divulgação de pesquisas e estudos científicos de alta qualidade, abordando temas relevantes para a sustentabilidade, governança e desenvolvimento do transporte aquaviário. Além de ser um instrumento de consolidação das melhores práticas globais e de inovação tecnológica ao setor.

Aprovada pelo **Acórdão nº 160/2025-Antaq**, a iniciativa contribui ativamente para a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2021-2030), iniciativa global da ONU voltada para a promoção da conservação e do uso sustentável dos oceanos.

A revista já conta com quatro publicações, incluindo artigos condecorados durante o Prêmio Antaq entre os anos de 2022 e 2024. Essas edições foram necessárias para a garantia do ISSN (*International Standard Serial Number*), um código internacional

usado para identificar publicações seriadas, como periódicos científicos, jornais e anuários. A Blue Research está registrada sob o ISSN 2966-3520.

Além disso, em agosto, foi veiculada uma edição especial somente com textos produzidos por mulheres, reunindo nove artigos inéditos de 12 autoridades no setor portuário.


[Conheça a Blue Research](#)


Sustentabilidade ambiental e social na Antaq

Pensando no eixo ESG institucionalmente, em 2025 procuramos integrar eficiência administrativa, responsabilidade socioambiental e integridade.

Dimensão da governança

Em 2025, atualizamos a [Portaria nº 3/2025/OUV](#), modernizando a nossa Ouvidoria para atuar no enfrentamento ao assédio e à discriminação, alinhando-nos ao Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD) – [Portaria DG Antaq nº 543/2025](#), em consonância com o Programa Federal, fortalecendo a promoção de ambientes de trabalho mais seguros, inclusivos e respeitosos, e aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), reforçando o compromisso institucional com critérios socioambientais estabelecidos pelo Governo Federal.

Com a revisão normativa, a Ouvidoria passa a contar com diretrizes mais claras para prevenção, apuração responsável e encaminhamento adequado das ocorrências, assegurando confidencialidade, proteção às partes envolvidas e observância ao devido processo.

Além disso, em atenção às recomendações de auditoria (Relatório nº 02/2024), iniciamos a elaboração de um novo Ato Normativo para padronizar o controle patrimonial no país.

Dimensão social - equidade, saúde e capital humano

Nesse exercício, avançamos na regulamentação da reserva de 30% dos cargos e funções comissionadas para pessoas negras, em consonância com o [Decreto nº 11.443, de 2023](#), para assegurarmos uma liderança mais plural e representativa.

Ainda, como parte do fortalecimento e promoção da equidade de gênero, promovemos a capacitação de 10 servidoras em liderança feminina, realizado pela Bazeggio Consultoria, em consonância com os princípios de diversidade, inclusão e desenvolvimento de pessoas na Agência.

Complementarmente, utilizamos o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) como ferramenta estratégica de resiliência frente ao déficit de servidores. Articulamos um calendário intenso de conscientização, com ações como: Setembro Amarelo (saúde mental), Outubro Rosa (saúde da mulher) e Novembro Azul (saúde do homem) e Dezembro Vermelho (conscientização e prevenção do HIV/AIDS) no intuito de ampliar o debate interno sobre prevenção e bem-estar.

A campanha anual de vacinação contra o vírus da influenza (gripe), promovida em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, atendeu antecipadamente 133 pessoas em 2025 na Antaq, intensificando a proteção e o cuidado com a saúde coletiva.

De igual modo, realizamos a Campanha de Doação de Sangue em conjunto com a Hemoclínica de Brasília, mobilizando 20

doadores e reafirmando o compromisso institucional com a solidariedade e a responsabilidade social.

Dimensão ambiental

Em nossa gestão de recursos logísticos, priorizamos a racionalização de gastos e o monitoramento analítico.

redução de **17,74%** nas despesas somadas de energia e água em relação a 2024

Recursos

Energia elétrica: registramos uma queda de 21,84% (de R\$ 678 mil para R\$ 530 mil), revertendo a tendência de alta anterior.

Água e esgoto: identificamos uma elevação de 15,76%, atrelada ao retorno das atividades presenciais e reajustes tarifários. Em resposta, a Gerência de Recursos Logísticos (GRL) já implementou rotinas de monitoramento contínuo para promover o uso consciente e mitigar impactos financeiros.

Modernização logística: manifestamos formalmente interesse em aderir ao modelo de Almoxarifado Virtual (MGI). Com essa inovação, eliminaremos estoques físicos, reduziremos o tempo de atendimento às unidades e desoneraremos nossas equipes de tarefas operacionais, permitindo foco em atividades estratégicas.

Gestão patrimonial consciente: demos destino adequado a 1.293 bens patrimoniais, distribuídos da seguinte forma: 884 bens na Sede, sendo 487 bens móveis e 397 bens de informática, além de 409 bens distribuídos entre as Unidades Regionais, otimizando nosso espaço físico e reduzindo custos de manutenção.

Materialidade das informações

O processo de construção deste relatório foi orientado pela priorização dos temas que influenciam nossa capacidade de produzir e entregar valor público à sociedade, em consonância com o disposto no art. 15 da Lei nº 13.848, de 2019, e com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), a **Instrução Normativa - TCU nº 84, de 22 de abril de 2020** e a **Decisão Normativa - TCU nº 198, de 23 de março de 2022**, assegurando a aderência do relatório às diretrizes atualmente vigentes.

Em especial, observamos o §5º do art. 8º da **Instrução Normativa do TCU nº 84**, que prevê a possibilidade de unificação dos relatórios de atividades e de gestão, desde que atendidos, de forma integrada, os objetivos de prestação de contas e de transparência da atuação institucional.

Os resultados de gestão foram organizados a partir dos valores públicos gerados pelos macroprocessos finalísticos de nossa

cadeia de valor e dos objetivos estratégicos de nosso planejamento estratégico, de modo a evidenciar o papel que desempenhamos no setor de transportes aquaviários. Adotamos essa abordagem para que, de forma estruturada, apresentássemos os principais valores públicos entregues à sociedade, bem como os esforços empreendidos para o cumprimento da missão e visão institucional e para o fortalecimento de nossa atuação regulatória.

Governança e estratégia

NESTE CAPÍTULO, apontamos a governança e a estratégia como base de nossa atuação institucional, orientando a transformação de recursos, capacidades e relacionamentos em valor público para o setor aquaviário brasileiro. Nesse contexto, a estratégia para o ciclo 2025–2028, delineada no Plano Estratégico Institucional (PEI) e operacionalizada a partir do Plano de Gestão Anual (PGA) 2025 por meio do método OKR (*Objectives and Key Results* - Objetivos e Resultados-Chave), que materializa esse compromisso ao integrar governança e desempenho, com foco em resultados e clareza sobre objetivos, direção e contribuição das unidades.



Base normativa de governança

Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017



Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016



Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.

Decreto 12.198, de 24 de setembro de 2024



Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto nº 12.572, de agosto de 2025



Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação no âmbito da administração pública federal.

Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020



Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020



Dispõe sobre o Sistema de Ouvidoria e institui os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública federal

Governança a serviço da estratégia

Nossa governança organizacional é estruturada por instâncias colegiadas responsáveis pelo apoio à tomada de decisão estratégica, à gestão de riscos e ao monitoramento do desempenho institucional. Esse arranjo é composto Comitê Estratégico de Governança (CEG) e por dois comitês permanentes: o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI) e o Núcleo de Educação Corporativa (NEC), instituídos e regulamentados por normativos próprios.

Entre as principais entregas dos colegiados, destacam-se o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2025–2028, a carteira de iniciativas estratégicas do quadriênio 2025-2028, o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão e o Modelo de Gestão Estratégica 2025–2028 – 2ª edição.

COMITÊ ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA

Instituído pela Portaria nº 277/2019-DG/Antaq, o CEG atua no monitoramento do Plano Estratégico Institucional e do Plano de Gestão Anual, na priorização de projetos estratégicos e na gestão da integridade, dos riscos e dos controles internos. Em 2025, o CEG realizou 3 extraordinárias e 10 ordinárias.

13
reuniões

Acompanhe o Comitê Estratégico de Governança da Antaq



COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Quanto à governança de tecnologia da informação e comunicações (TIC), o CGDSI, instituído pela Portaria nº 364/2021-DG/Antaq, tem o objetivo de deliberar sobre os assuntos relacionados ao governo digital, ao uso de recursos de tecnologia da informação e à segurança da informação no âmbito desta Agência Reguladora.

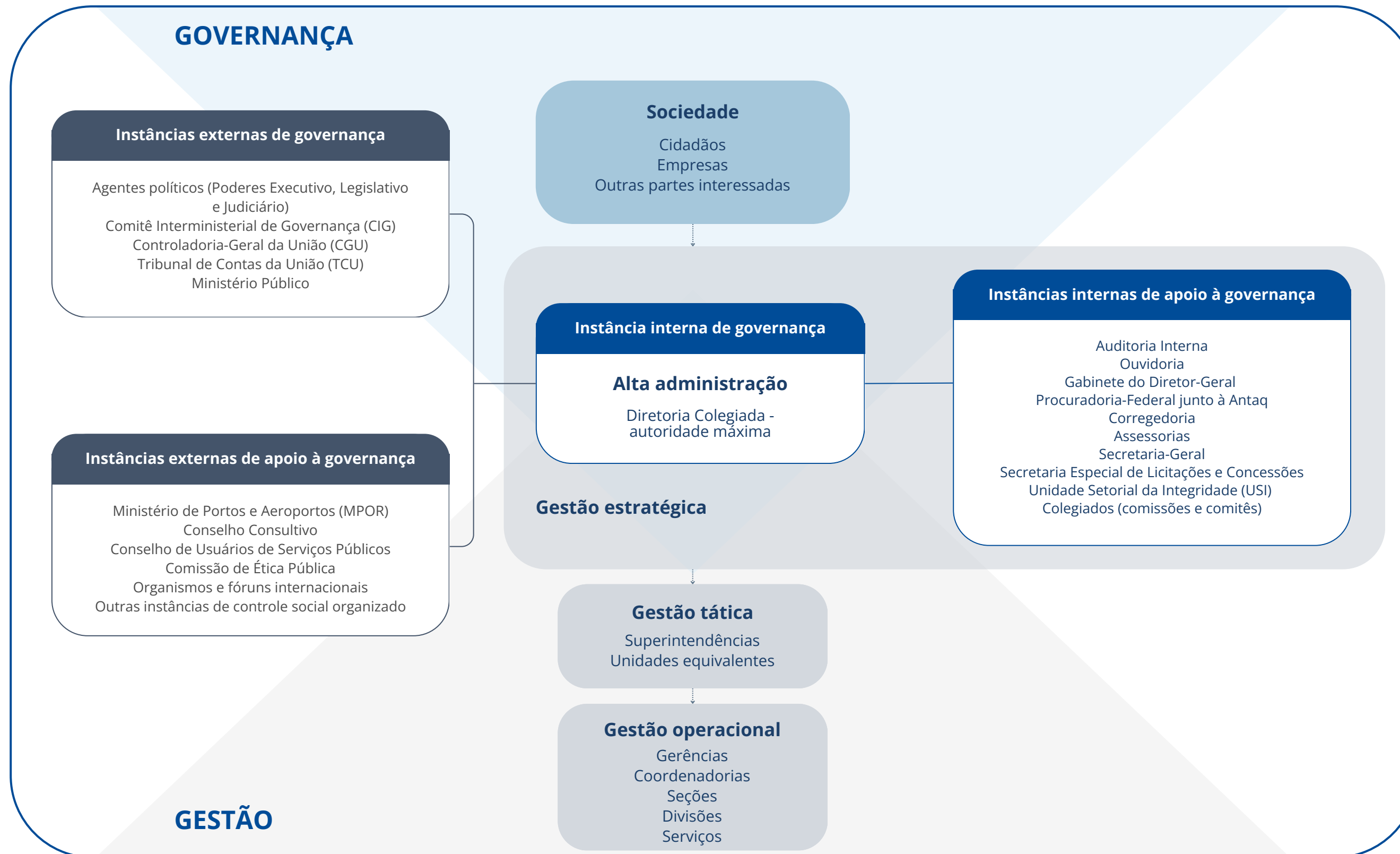
3
reuniões

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Instituído pela Portaria DG nº 132/2019/Antaq, é responsável por planejar, implementar e avaliar ações educacionais no âmbito da Agência, a difusão do conhecimento institucional, a implantação de soluções de educação a distância (EaD), com vistas ao fortalecimento do aprendizado organizacional. No exercício de 2025, o NEC não realizou reuniões.

**Não
houve
reuniões**

Modelo de governança



No **controle externo**, há os órgãos de controle, e na estrutura externa de apoio à governança é composta principalmente pelo MPOR e pelo Conselho dos Usuários de Serviço Público, que representam o controle social organizado, em conformidade com o disposto no [Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020](#).

Nas **instâncias internas de apoio à governança**, além dos comitês, contamos com unidades organizacionais que exercem função de suporte à decisão, contribuindo para o assessoramento técnico, jurídico e estratégico da alta administração. Destaque para a Auditoria Interna da Antaq (AUD) que se vincula normativamente à Diretoria Colegiada e, funcionalmente, à Diretoria-Geral. É supervisionada técnica e normativamente pela Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A Auditoria Interna desempenha papel relevante no fortalecimento da governança, integridade e gestão de riscos, ao avaliar a efetividade dos controles internos implementados pelos gestores, contribuindo para o aprimoramento contínuo da administração.

Principais ações de supervisão, controle e de correição

Auditoria interna

Em 2025, nossa Auditoria Interna reafirmou seu compromisso com a conformidade e o aprimoramento dos controles institucionais, executando integralmente o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT 2025). As 5 auditorias programadas foram concluídas e seus resultados subsidiaram o fortalecimento da governança e a mitigação de riscos em áreas críticas.

Até 22 de dezembro de 2025, nossa Auditoria Interna monitorou **279 processos no Tribunal de Contas da União (TCU)**, dos quais 32 instaurados no exercício. Ao longo do ano a Corte de Contas nos encaminhou 88 notificações, restando 2 notificações a serem respondidas, dentro dos prazos estipulados pelo TCU.

A Auditoria Interna também acompanhou **30 demandas apresentadas pela Controladoria-Geral da União (CGU)** por meio do sistema e-CGU. Atualmente, 2 demandas seguem pendentes, aguardando respostas das unidades técnicas responsáveis.

Ações de Auditoria

previstas no PAINT 2025

AUDITORIA 1/2025

SGE e SAF

Avaliar o processo de elaboração das informações contábeis, patrimoniais e financeiras relativas ao Relatório de Gestão do exercício de 2024, objetivando a emissão do Parecer de Auditoria Interna, em atendimento ao Decreto 3.591, art. 15, § 6º e à IN 05/2021, art. 15

AUDITORIA 2/2025

SESGI

Avaliar os controles e a efetividade do Sistema de Desempenho Portuário (SDPv2)

AUDITORIA 3/2025

SGE (GGGP)

Avaliar a supervisão das atividades desenvolvidas no âmbito da governança, gestão, planejamento organizacional, riscos e integridade

AUDITORIA 4/2025

SAF e SRG

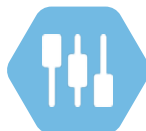
Avaliar o acompanhamento e controle das receitas provenientes das outorgas sob responsabilidade da Antaq, inclusive quanto à sua arrecadação e utilização

AUDITORIA 5/2025

SFC

Avaliar os critérios de aplicação de penalidades e emissão de notificações utilizados pelas Unidades e Gerências Regionais.

No que se refere à maturidade institucional, destacamos importantes avanços alcançados pela Auditoria Interna em 2025.



EVOLUÇÃO DE MATURIDADE (IA-CM)

Consolidamos o atendimento integral ao Nível 2 do modelo internacional de maturidade, com a aprovação do nosso [Plano de Negócios da Auditoria Interna](#) (aprovado pelo [Acórdão nº 242-2025-Antaq](#)). Atualmente, já trilhamos as ações necessárias para o Nível 3, embora o pleno sucesso dependa do suporte de instâncias transversais à nossa gestão exclusiva.

QUALIDADE E GOVERNANÇA

Realizamos nossa primeira avaliação interna do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), em estrita observância à [Portaria CGU nº 2.823/2024](#).

PLANEJAMENTO E TRANSPARÊNCIA

Elaboramos o [RAINT 2024](#) e o [PAINT 2026](#), reafirmando nosso zelo pela prestação de contas e pelo planejamento técnico das atividades de controle.

Apesar dos avanços em auditoria, nossa atuação foi impactada por três desafios estruturais críticos:



Capacidade operacional diminuta

A redução do quadro de servidores foi o desafio primordial, limitando nossa força de trabalho diante da complexidade das demandas.

Restrições orçamentárias

O contingenciamento financeiro impactou diretamente o apoio técnico (estagiários de nível superior) e restringiu o investimento em capacitações especializadas, essenciais para a agregação de valor às entregas da Agência.

Retenção de talentos

A atual estrutura da área dificulta a manutenção e atração de novos quadros, configurando um risco alto de perda de capital intelectual e de descontinuidade de atividades essenciais.

Para saber mais sobre a Auditoria Interna da Antaq



Para 2026, projetamos o fortalecimento de nossa auditoria interna, focada em:



Fortalecimento da equipe

Buscamos a recomposição do quadro funcional com perfis técnicos adequados a auditorias de alta complexidade.

Estruturação e valorização

Esperamos avançar na estruturação dos cargos da unidade, garantindo que o investimento em treinamento se reverta em benefícios duradouros para a Antaq.

Auditoria digital e IA

Priorizaremos a capacitação em Inteligência Artificial aplicada à Auditoria Governamental. Já em articulação com a CGU, essa iniciativa visa compensar o quadro reduzido por meio do ganho de eficiência analítica e automação de processos, elevando a precisão do nosso monitoramento.

→ Porto de Santos (SP)



Corregedoria

Em 2025, mantivemos nosso compromisso com a integridade e a eficiência administrativa na Agência, fortalecendo as ações de supervisão e correição. Nossa Corregedoria, como unidade integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, atuou rigorosamente na condução de procedimentos disciplinares e de responsabilização de entes privados, observando as diretrizes da [Lei nº 8.112, de 1990](#), e as orientações da Controladoria-Geral da União.

Ao longo do exercício, priorizamos a resolutividade dos processos correcionais e o fomento à cultura de integridade. Entre as principais entregas, destacamos:

Investigações Preliminares Sumárias (IPS)

5

- 2 processos concluídos
- 2 processos concluídos e arquivados
- 1 Termo de Ajustamento de Conduta celebrado

Processos Administrativos Disciplinares (PAD)

3

- 1 PAD julgado, que resultou em uma demissão
- 2 PADs sumários julgados, que resultaram em duas demissões



JULGAMENTOS E PENALIDADES

Concluímos o julgamento de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que resultou em demissão, além da instauração e julgamento de dois PADs Sumários (motivados por abandono de cargo e inassiduidade habitual), ambos culminando na penalidade de demissão.

AÇÕES PREVENTIVAS E CONSENSUAIS

Celebramos um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) fundamentado no descumprimento de deveres éticos e de moralidade administrativa, reforçando o caráter educativo da correição. No campo investigativo, concluímos e arquivamos duas Investigações Preliminares Sumárias (IPS).

CAPACITAÇÃO

Realizamos o primeiro Workshop sobre temas correcionais da Antaq, iniciativa fundamental para disseminar boas práticas e fortalecer a conformidade interna.

Apesar dos avanços, nossa gestão enfrentou desafios críticos em 2025, especialmente no que tange à força de trabalho. Durante cerca de oito meses, a unidade operou com déficit severo de pessoal, contando apenas com a Corregedora Substituta como servidora efetiva.

Essa limitação de recursos humanos refletiu-se na dificuldade de compor comissões disciplinares e designar defensores dativos com servidores de outras áreas da Agência. Além disso, identificamos a necessidade de aprimorar a interação entre as áreas da Antaq para otimizar o fluxo de informações, essencial para a realização de juízos de admissibilidade mais céleres e eficazes.

Para o próximo exercício, nossa meta estratégica é elevar o patamar de excelência da área. Planejamos avançar do nível 1 para o nível 3 no Modelo de Maturidade Correcional (CRG-MM) 3.0 da CGU, consolidando processos mais robustos, transparentes e alinhados aos melhores padrões de governança pública.

Para saber mais sobre a Corregedoria da Antaq





→ Porto de Fortaleza (CE)

Estratégia

Diante das competências que nos são atribuídas pela legislação vigente e pelo ordenamento regulatório do setor aquaviário brasileiro, reafirmamos nosso compromisso de contribuir, de forma contínua e crescente, para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura logística nacional e para o fortalecimento da competitividade e da multimodalidade no país.

Nossa atuação orienta-se pela promoção de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária que sejam eficientes, seguros, sustentáveis e voltados ao interesse público. Para isso, buscamos o aprimoramento permanente da regulação, da fiscalização, de nossas outorgas, de nossa base de conhecimento e das práticas de governança, de modo a elevar a qualidade das entregas do Estado à sociedade e estimular um ambiente econômico dinâmico, transparente e previsível.

O referencial estratégico a seguir, aprovado pela [Deliberação DG nº 120-2024](#), busca fortalecer nosso papel como indutores de eficiência, integridade, inovação e sustentabilidade no setor aquaviário brasileiro, em consonância com os princípios constitucionais e com as diretrizes de políticas públicas aplicáveis.



Referencial estratégico

Negócio

O que fazemos?

Regulamos as atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários, assegurando a observância do interesse público e o adequado funcionamento do setor.

Missão

Por que existimos?

Promovemos o desenvolvimento sustentável do setor de transportes aquaviários, beneficiando a sociedade através da regulação eficiente, fiscalização responsiva, outorgas estratégicas e estudos inovadores.

Visão

O que queremos?

Ser uma Agência efetiva, independente e inovadora em sua atuação por um setor aquaviário eficiente, seguro e sustentável.



→ Porto de Santos (SP)

Valores organizacionais

Quais princípios pautam nossa atuação?

- **Resultados:** buscamos resultados que assegurem o cumprimento da missão e a excelência da imagem institucional.
- **Transparência e integridade:** comunicamos nossas ações e decisões de forma objetiva e transparente e promovemos a escuta ativa do mercado regulado.
- **Decisões baseadas em conhecimento:** valorizamos o conhecimento como alicerce de nossa atuação, com atualizações constantes em prol da excelência técnica e de gestão. Utilizamos o conhecimento para introduzir inovações, tanto na execução de políticas públicas quanto em nossos procedimentos internos.
- **Inovação e sustentabilidade:** buscamos soluções e abordagens inovadoras para melhorar o setor aquaviário, contribuindo para desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.
- **Profissionalismo:** atuamos de forma técnica, competente, responsável, imparcial, coerente, objetiva e comprometida com a missão institucional.

Plano Estratégico Institucional 2025-2028

O Plano Estratégico Institucional (PEI) é o instrumento por meio do qual explicitamos nossos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados. Em observância ao art. 4º da [Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 24/2020](#), no PEI 2025-2028, procuramos consolidar a conexão entre os objetivos estratégicos e os compromissos governamentais assumidos no [Plano Plurianual \(PPA 2024-2027\)](#), na [Estratégia Federal de Desenvolvimento \(EFD 2020-2031\)](#), na [Política Nacional de Transportes](#), no [Plano Nacional de Logística 2035](#), bem como na [Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social \(Endes\)](#) e nos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

Esse arranjo promove uma conexão direta entre a estratégia organizacional e a entrega de valor público, assegurando que os esforços de gestão contribuam para os compromissos pactuados pelo Estado.

Os objetivos estratégicos representam as conquistas almejadas para o cumprimento de nossa missão institucional e para o alcance da visão de futuro para o quadriênio 2025-2028, desdobrados em metas e resultados a serem alcançados.

[Acesse o PEI 2025-2028 na íntegra](#)



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Promover a transição para um setor aquaviário mais sustentável

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Garantir a regulação efetiva do setor aquaviário, participando ativamente da formulação de políticas públicas de transportes e logística

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

Ampliar a participação do modal aquaviário na matriz de transportes, promovendo a integração e a competitividade da infraestrutura logística

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

Promover o desenvolvimento da navegação interior na região amazônica

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

Aprimorar o modelo de governança com foco em resultados

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

Fomentar cultura organizacional de inovação

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

Racionalizar os processos de trabalho e os sistemas por meio da transformação digital e da integração

Como planejamos nossa estratégia

Para o quadriênio 2025–2028, adotamos uma nova estratégia de governança e gestão, integrando a metodologia de Objetivos e Resultados-Chave (OKR). Essa decisão, alinhada ao nosso **Programa de Gestão e Desempenho (PGD 2.0)**, busca aprimorar nosso alinhamento interno e consolidar uma cultura organizacional voltada para agilidade, transparência e engajamento institucional.

Estruturamos nosso planejamento a partir de três perguntas fundamentais: onde estamos, aonde queremos chegar e como chegaremos lá? Essas diretrizes orientam nossas ferramentas de gestão, distribuídas em três níveis organizacionais interdependentes:



NÍVEL ESTRATÉGICO

Neste nível, estabelecemos o PEI 2025–2028 como o guia principal da Agência, em consonância com o art. 2º do [Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#). Com uma vigência de quatro anos e aprovação da nossa Diretoria Colegiada, o plano define nossos direcionadores, objetivos estratégicos e os resultados-chave estratégicos (KRs). Sua estrutura foi desenhada para alinhar nossas iniciativas prioritárias, reduzir riscos e elevar a probabilidade de alcançarmos nossa visão de futuro.



NÍVEL TÁTICO

No patamar tático, detalhamos os resultados-chave estratégicos (PEI 2025-2028) por meio dos Planos de Gestão Anuais (PGAs), em consonância com o [Decreto nº 9.739, de 2019](#), e a Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020. Os resultados-chave táticos dispostos nos PGAs do quadriênio 2025-2028 desdobram as metas do PEI, o que nos permite direcionar a atuação de cada unidade organizacional com precisão ao longo de cada exercício, revisando constantemente as metas e o alinhamento dos planos institucionais.



NÍVEL OPERACIONAL

Para colocar nossa estratégia em prática, utilizamos a carteira de entregas estratégicas, dispostas no [Painel de Iniciativas Estratégicas](#). Nele, apresentamos os desdobramentos dos objetivos estratégicos até o nível operacional, apresentando o cronograma e a evolução dos projetos e iniciativas estratégicas do quadriênio.

Sinteticamente, evoluímos para um modelo de monitoramento focado em resultados mensuráveis, posto que a principal função dos resultados-chave é tornar os objetivos estratégicos quantificáveis, permitindo o monitoramento e a avaliação do alcance dos objetivos.

Ao final de 2028, avaliaremos o sucesso de nosso PEI 2025-2028 com base no cumprimento das metas estabelecidas – e constantemente revisadas – em nossos KRs estratégicos.

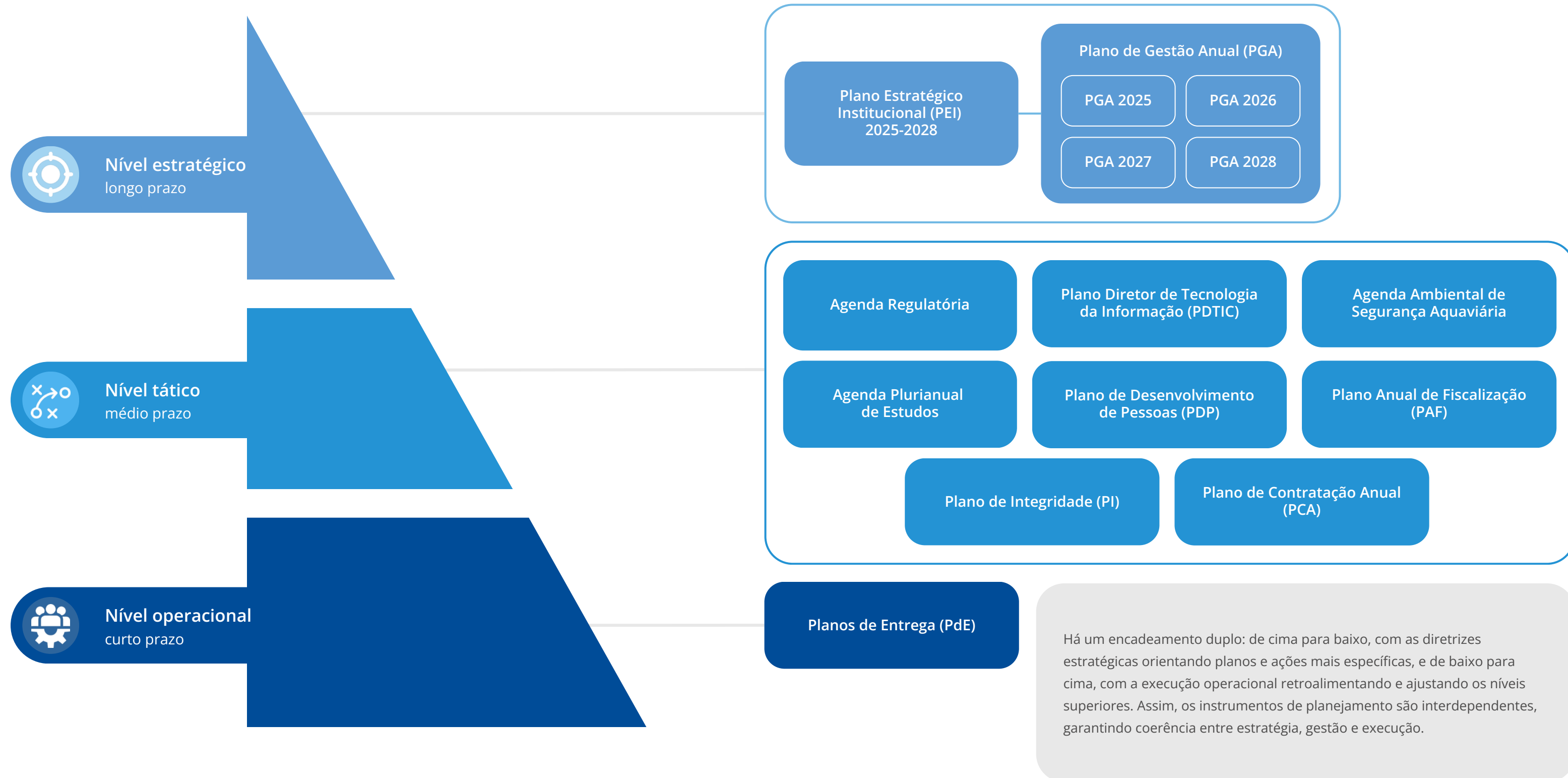
Alinhamento das agendas e dos planos institucionais

Como principal instrumento de planejamento da Antaq, o PEI 2025-2028 funciona como uma bússola para os demais instrumentos de gestão e planejamento institucional e o método OKR fomenta o alinhamento das agendas institucionais e a sinergia entre as áreas.

Esse alinhamento não representa uma escolha de nossa gestão, mas um imperativo legal que fortalece a integração e a coesão operacional da Agência.



Encadeamento dos instrumentos institucionais



Como geramos valor?

Criar valor público consiste em fornecer produtos e resultados oriundos das atividades de uma organização que atendam, de maneira eficaz e útil, às necessidades ou demandas de interesse público. Esse processo deve gerar mudanças significativas na sociedade ou em grupos específicos reconhecidos como legítimos beneficiários de bens e serviços públicos, estabelecido pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

Nesse cenário, geramos valor público através da regulação, supervisão e fiscalização dos serviços de transporte aquaviário e da infraestrutura portuária e hidroviária. Trabalhamos diariamente para transformar nossa atuação em benefícios concretos para o país, concentrando nossos esforços em:

PROVER CONFIANÇA, PREVISIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA

Fortalecemos o ambiente regulatório ao estabelecermos regras claras e previsíveis. Por meio da elaboração e do monitoramento da nossa Agenda Regulatória, aliada a análises de impacto e consultas públicas, garantimos que a sociedade e os agentes regulados compreendam antecipadamente nossas prioridades e os fundamentos de nossas decisões



MITIGAR FALHAS DE MERCADO E REDUZIR ASSIMETRIAS

Atuamos para equilibrar o setor aquaviário ao disseminarmos estudos setoriais, dados abertos e indicadores de desempenho. Com essa transparência, permitimos que usuários, operadores e formuladores de políticas públicas tomem decisões mais informadas e seguras



PROMOVER SERVIÇOS EFICIENTES, SEGUROS E SUSTENTÁVEIS

Zelamos pelo desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Por meio da nossa normatização e fiscalização, asseguramos padrões elevados de segurança e qualidade na prestação dos serviços e na operação das instalações portuárias, utilizando indicadores de desempenho para estimular a melhoria contínua do setor



DISSEMINAR CONHECIMENTO AQUAVIÁRIO

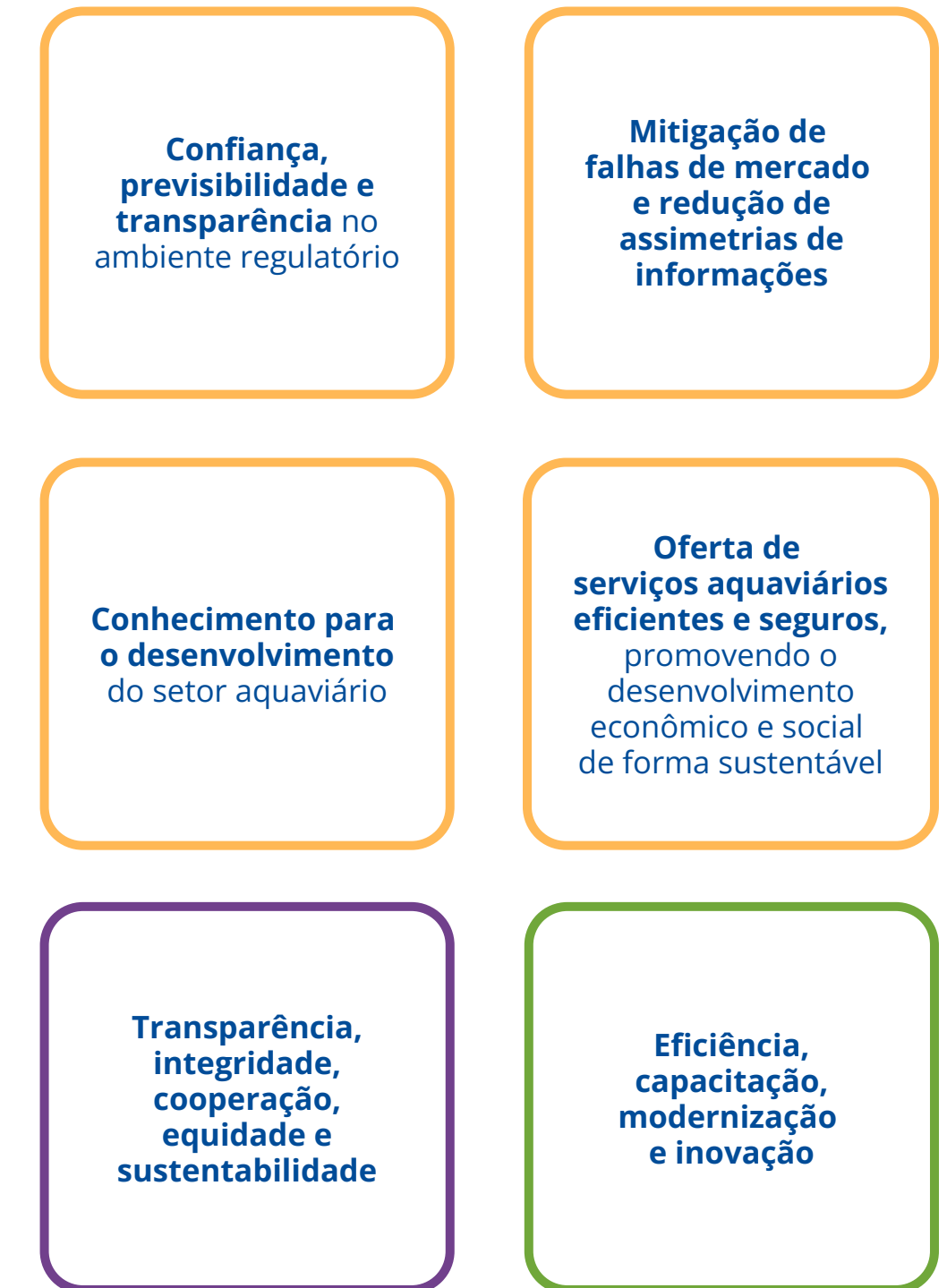
Produzimos e compartilhamos inteligência setorial para subsidiar decisões governamentais, orientar o mercado regulado e ampliar a compreensão da sociedade sobre a importância e o funcionamento do sistema aquaviário nacional



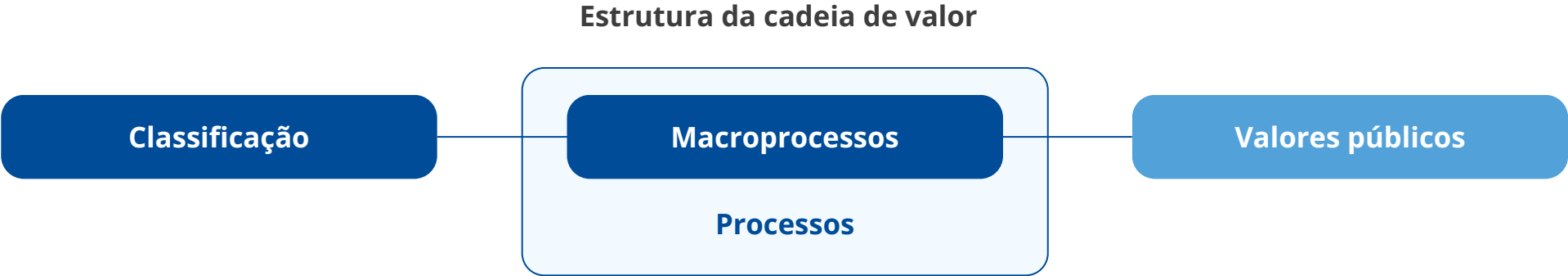
Cadeia de valor



Valores públicos gerados



Nossa cadeia de valor reflete, de forma integrada, como nossa atuação coordenada contribui para a geração de valor público no setor aquaviário. Por meio desta representação estruturada, organizamos o conjunto de atividades que desempenhamos — desde a formulação regulatória e a fiscalização até o monitoramento do desempenho setorial e a gestão de concessões e arrendamentos — sem perder de vista os processos de apoio que viabilizam cada uma dessas entregas.



Ao percorrermos cada etapa dessa cadeia, demonstramos como transformamos nossas ações institucionais em resultados concretos para a sociedade. Nosso foco é garantir que cada processo interno culmine na promoção da eficiência, segurança, sustentabilidade e competitividade do transporte aquaviário brasileiro, reafirmando nosso papel como indutores do desenvolvimento nacional.

Macroprocessos finalísticos (o coração do nosso negócio)

Os macroprocessos finalísticos correspondem aos processos associados às atividades-fim de nossa organização, também conhecidos como core business ou processos primários, diretamente relacionados à missão institucional e ao propósito de existir da Agência. No caso da Antaq, os macroprocessos finalísticos compreendem as atividades de regulação, outorga, fiscalização e produção de conhecimento aquaviário, por meio das quais a Agência atua diretamente sobre o setor regulado e gera valor público para a sociedade. Representam as atividades-fim da Agência (regulação, outorga, fiscalização e produção de conhecimento), por meio das quais atuamos diretamente sobre o setor regulado e geramos valor público para a sociedade.

Macroprocesso de governança e estratégia

Reúne os processos transversais responsáveis pelo direcionamento, monitoramento e avaliação dos macroprocessos finalísticos e dos macroprocessos de gestão e suporte. Esse conjunto de processos considera os interesses, as necessidades e os direitos das partes interessadas e da sociedade, regulando as interações entre a Agência, os agentes regulados e o governo. Este grupo de processos garante que nossa atuação seja pautada pelo equilíbrio dos interesses.

Macroprocesso de gestão e suporte

Engloba os processos transversais e multitemáticos que influenciam diretamente nossa capacidade operacional para executar os macroprocessos finalísticos e de governança. Esse grupo abrange, entre outros, os processos de orçamento, finanças, contabilidade e custos, tecnologia da informação, gestão do conhecimento e da informação, administração e logística, que são atividades normatizadas, coordenadas e supervisionadas por órgãos centrais e apoiadas por diferentes sistemas de informação.

Gestão de riscos e integridade

NESTE CAPÍTULO, destacamos que, em um ambiente regulatório cada vez mais complexo, a gestão de riscos e a integridade são elementos essenciais para assegurar a qualidade, a confiabilidade e a legitimidade da atuação institucional. Enquanto a gestão de riscos permite lidar de forma estruturada com incertezas, antecipando vulnerabilidades e fortalecendo a resiliência dos processos, a integridade orienta a conduta ética e garante a observância de princípios como legalidade, imparcialidade, transparência e responsabilidade. Integradas à gestão estratégica, essas práticas reforçam a governança pública.



Gestão de riscos

Entendemos que a sistematização da gestão de riscos é uma estratégia essencial para aprimorar nossa capacidade de lidar com incertezas. Além de promover a transparência, essa abordagem garante a aplicação eficiente e eficaz de nossos recursos, reforçando a confiança da sociedade em nossa atuação institucional.

Em termos gerais, o Gerenciamento de Riscos é um instrumento de apoio gerencial por meio do qual se identificam eventos com potencial impacto negativo sobre as atividades, entregas, projetos ou processos críticos da Antaq e que, portanto, possam ser tratados de forma apropriada e tempestiva, de modo a não prejudicar o atingimento dos objetivos estratégicos e institucionais.

No âmbito da Antaq, a estruturação do gerenciamento de riscos ocorreu por meio da aprovação da **Política de Gestão de Riscos e Integridade**, Portaria nº 71/2018-DG/Antaq, que estabeleceu as diretrizes, objetivos e resultados a serem alcançados por meio da implementação da referida técnica. Em 2019, a Agência elaborou a Metodologia de Gestão de Riscos e Integridade da Antaq, por meio da **Portaria nº 446/2019-DG/Antaq**, com o objetivo estruturar as etapas necessárias à operacionalização da Gestão de Riscos, alinhada às diretrizes dispostas na Política de Gestão de Riscos, com base no modelo COSO/ERM e na norma ISO 31000:2018.

No final de 2025, a Divisão de Riscos e Integridade (DRI) propôs ao Comitê Estratégico de Governança (CEG) uma nova Política de

Gestão de Riscos. Considerando o amadurecimento da cultura de riscos na organização, é natural que práticas mais robustas sejam incorporadas e disseminadas. Logo, a política deve acompanhar essa evolução, prevendo novos papéis, responsabilidades, ferramentas e metodologias.

A revisão da supracitada política busca fortalecer os mecanismos de governança, integridade e melhoria da gestão institucional, por meio de uma maior integração com o Plano de Integridade, os planos estratégicos e operacionais, e os instrumentos de controle interno e *compliance*.

O ano de 2025 foi marcado principalmente pela implantação do Sistema G-Riscos, desenvolvido no intuito de aprimorar a gestão das informações e o processo de gerenciamento de riscos, facilitando as etapas de identificação, análise e avaliação dos riscos, bem como o acompanhamento da implementação dos controles mitigatórios.

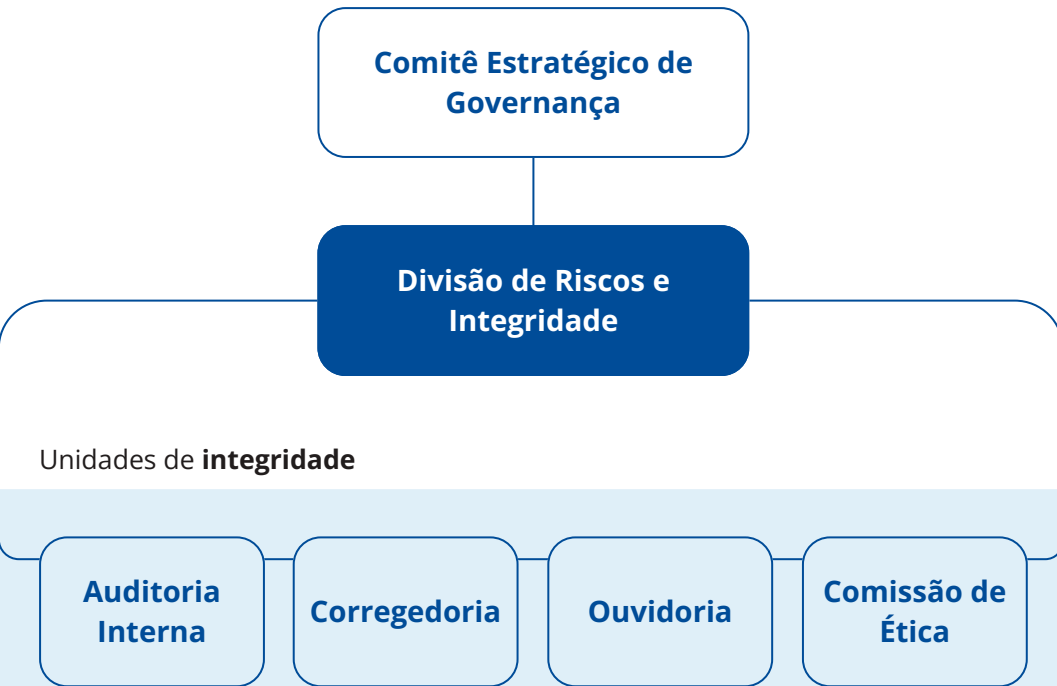
Avançamos na capacitação de nossos gestores de riscos das unidades organizacionais na utilização do novo sistema G-Riscos por meio do curso "Metodologia de gestão de riscos e operacionalização do sistema G-Riscos", com uma abordagem prática e focada na disseminação da cultura de gestão de riscos.

Para o próximo ciclo, nossa meta é aprofundar a integração entre a gestão de riscos e o planejamento estratégico. Conforme

previsto em nosso **PGA 2025**, daremos prioridade à integração da gestão de riscos estratégicos e de projetos aos sistemas G-Riscos, assegurando que nossas entregas essenciais sejam sustentadas por uma análise técnica e contínua das vulnerabilidades.

[Para saber mais sobre nossa gestão de riscos](#)


Estrutura de riscos e integridade da Antaq



Integridade

A integridade é o alicerce da nossa governança. Em 2025, nosso Programa de Integridade, atualizado pela [Portaria DG nº 515/2024](#), se desenvolveu como uma ferramenta destinada à execução de ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

O Plano de Integridade 2025-2026 possui como inovação o alinhamento ao PEI 2025-2028. Nosso instrumento de integridade foi construído de modo que todas as ações e medidas de integridade propostas estejam atreladas a pelo menos um resultado-chave operacional em busca de maior eficácia no direcionamento dos esforços e em estrita observância ao planejamento macro da entidade.

Destacam-se, entre algumas das ações previstas no Plano:

- A regulamentação no âmbito desta Agência Reguladora, do [Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023](#), que dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da Administração Pública Federal.
- A reformulação da política de acesso físico às dependências da Antaq, bem como sobre acessos aos sistemas informatizados, serviços, materiais, movimentação e desligamento de pessoal;

- Alteração da norma que dispõe sobre conflito de interesses no âmbito da Agência, propondo-se a atualização do fluxo processual para a recepção, distribuição, análise e parecer sobre as eventuais consultas sobre a existência de conflito de interesses e sobre os pedidos de autorização para o exercício de atividades privadas; e
- O aprimoramento dos canais e adequação dos fluxos processuais para recepção de denúncias de assédio e discriminação.

Em 2025, a CGU, por meio da [Portaria Normativa CGU nº 234, de 6 de novembro de 2025](#), estabeleceu um novo Referencial Técnico de Integridade Pública Organizacional, consolidando diretrizes, competências e estruturas mínimas obrigatórias para todos os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, incluindo as **autarquias em regime especial**, como é o caso da Antaq.

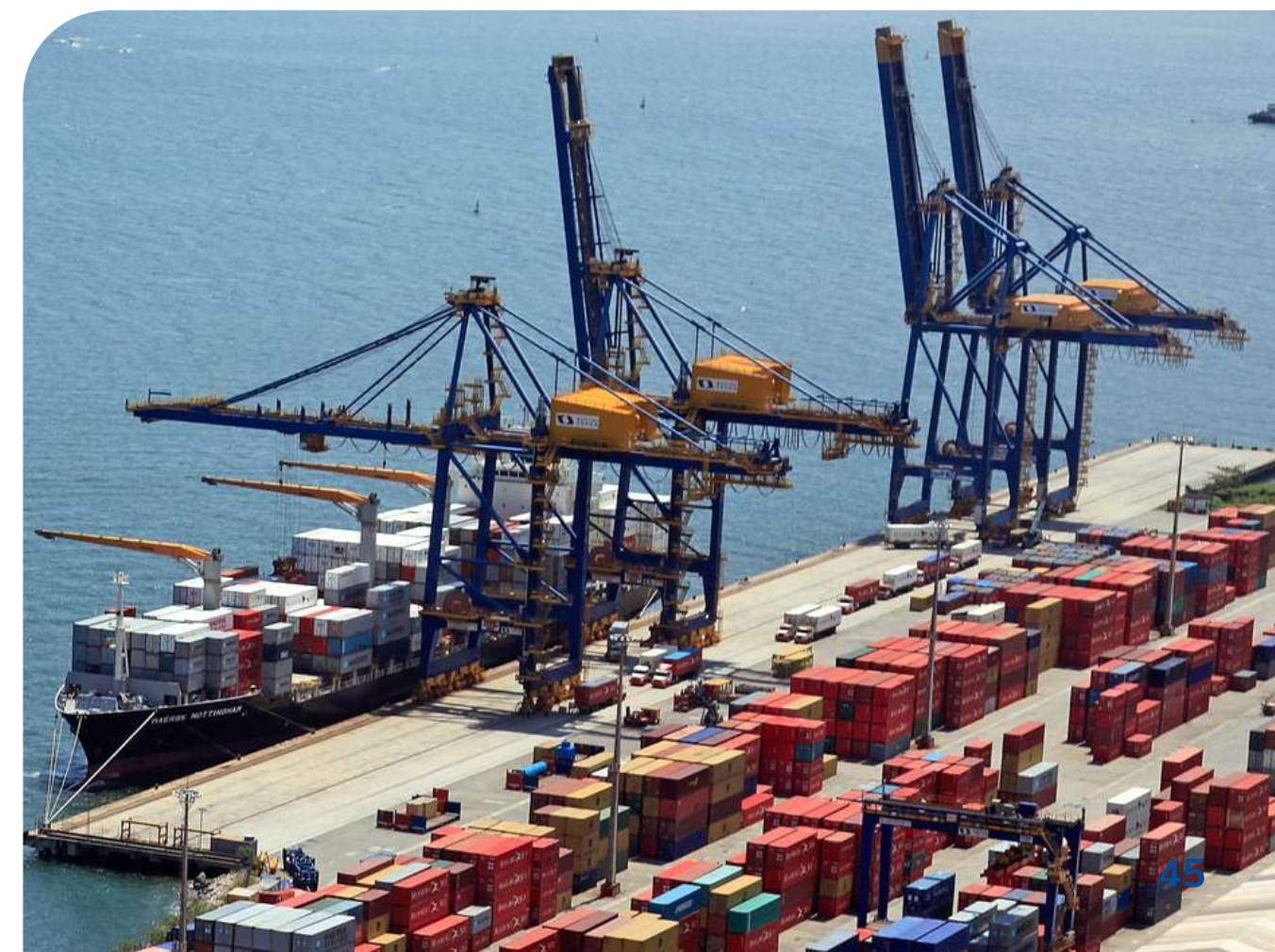
Dentre as novas competências formalizadas pela Portaria Normativa CGU Nº 234/2025, destacam-se as seguintes temáticas:

- Integridade nas Contratações e na Gestão de Contratos;
- Questões Públicas Emergentes;
- Cooperação com órgãos e entidades externas;
- Realização de autoavaliações de maturidade;
- Promoção de práticas de integridade pelas pessoas jurídicas com as quais a Antaq se relacione;
- Coordenação de Instância Colegiada de Apoio à Gestão da Integridade;

- Promoção de treinamentos e capacitações na temática de integridade;
- Elaboração do Plano Operacional de Integridade; e
- Emissão do Relatório Anual de Integridade (RAI).

Assim, dada a atual estrutura da DRI, que além da integridade também é responsável pela gestão de riscos da Agência, e conta com apenas um servidor efetivo, o cenário mostra-se ainda mais desafiador para o ano de 2026, considerando as diversas novas competências estipuladas pelo citado referencial de integridade.

Conheça nosso Programa de Integridade



Apesar das limitações, fortalecemos nosso monitoramento institucional, com destaque para:



Monitoramento transparente

Desenvolvemos e implementamos o novo Painel de BI sobre o monitoramento do Plano de Integridade, permitindo o acompanhamento em tempo real das metas do **Plano de Integridade 2025-2026**, revisado em 2025.

Maturidade institucional

Iniciamos o percurso para elevar nossa maturidade, visando atingir o Nível 3 do Modelo de Maturidade em Integridade Pública da CGU até o final do ciclo estratégico.

Prevenção e controle

Estabelecemos rotinas para a avaliação de controles preventivos contra fraude e corrupção, assegurando que o Plano de Integridade seja uma ferramenta viva e eficaz na mitigação de riscos éticos.

Ao longo de 2025, concluímos com êxito 11 das 17 ações previstas em nosso Plano de Integridade 2025-2026, alinhado ao nosso PEI 2025-2028 e ao PGA 2025. Entre as entregas que reforçam nosso compromisso com uma gestão ética e profissional, destacamos:

A integridade é o alicerce da nossa governança

Entregas

- Revisão do Plano de Integridade 2025-2026 [KR 5.3.1.4]
- Desenvolvimento do **Painel do Plano de Integridade** [KR 5.3.4.5]
- Instituição da política e protocolo de acolhimento para vítimas de assédio e discriminação, instituída pela **Portaria-DG Antaq nº 543/2025** [KR 5.3.2.11]
- Apoiador institucional do **Pacto Brasil** pela integridade empresarial [KR 5.3.7.1]
- Definição do perfil profissional desejável, aprovado pelo **Acórdão nº 47/ 2025**, conforme o disposto no art. 24 do **Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021** [KR 5.3.5.2]
- Definição do Termo de Conduta e Confidencialidade, a ser submetido à assinatura de estagiários e terceirizados, quando do ingresso funcional na Antaq [KR 5.3.4.5]
- Atualização do rito de verificação ao processo de nomeação em cargos e funções comissionadas, com critérios de elegibilidade, observando os critérios gerais e específicos previstos nos art. 15 a art. 19 do **Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021** [KR 5.3.5.1]
- Repositório de integridade [KR 5.3.2.3]
- Avaliação do 1º trimestre de 2025 sobre a execução do Plano de Integridade 2025-2026 [KR 5.3.3.2]
- Avaliação do 2º trimestre de 2025 sobre a execução do Plano de Integridade 2025-2026 [KR 5.3.3.3]
- Avaliação do 3º trimestre de 2025 sobre a execução do Plano de Integridade 2025-2026 [KR 5.3.3.4]



Resultados de gestão

NESTE CAPÍTULO, demonstramos nosso desempenho institucional em 2025 para a geração de valor público estruturado a partir de duas dimensões complementares:

- Iniciativas estratégicas: consolidamos aqui os resultados e entregas vinculados aos nossos objetivos estratégicos, que buscam inovar e aprimorar nossa atuação, com foco na evolução e modernização da Agência.
- Valores públicos de nossa cadeia de valor: reportamos os valores públicos gerados pelos macroprocessos de nossa cadeia de valor, evidenciando como a mobilização de recursos e as entregas resultantes desses grandes processos se traduzem em benefícios diretos ao setor aquaviário e à sociedade brasileira.





Desempenho estratégico da Antaq em 2025

A partir da execução do nosso **PGA 2025**, consolidamos a arquitetura de planejamento necessária para fortalecer a atuação regulatória e aperfeiçoar os mecanismos de governança do setor aquaviário. Esse período foi dedicado à estruturação das bases técnicas, metodológicas e operacionais que sustentam a realização de nossos objetivos estratégicos, alinhados ao Plano Plurianual 2024–2027 e às políticas nacionais de desenvolvimento, logística e modernização do Estado.

Nossos objetivos estratégicos, dispostos no nosso mapa estratégico 2025-2028, refletem áreas essenciais para o fortalecimento da capacidade estatal na regulação dos serviços de transporte aquaviário e da exploração da infraestrutura, incluindo: a transição para um setor mais sustentável e resiliente, o aprimoramento da regulação e da governança, a ampliação da participação do modal aquaviário na matriz de transportes, o desenvolvimento da navegação interior—com atenção especial a região amazônica—, além do aperfeiçoamento da gestão interna, da cultura de inovação e da transformação digital que sustentam nossas entregas.



→ Porto de São Sebastião (SP)

O monitoramento sistemático de nossas iniciativas estratégicas nos permitiu identificar oportunidades de aprimoramento, fortalecer a integração entre unidades organizacionais e elevar a precisão das informações utilizadas na tomada de decisão. Nesse contexto, avançamos na harmonização de fluxos de trabalho, no detalhamento da cadeia de valor, na qualificação de sistemas e na construção de metodologias que garantirão entregas mais robustas nos próximos ciclos.

Os resultados apresentados a seguir refletem esse movimento de consolidação técnica e aprimoramento institucional. Eles evidenciam nossa atuação na estruturação de fundamentos regulatórios, tecnológicos e metodológicos necessários para a execução plena de nossos compromissos estratégicos até o final de 2028. Com esse conjunto de avanços, reafirmamos nosso compromisso com uma gestão pública orientada por evidências, eficiência e geração de valor público, fortalecendo as condições para que o setor aquaviário brasileiro avance de forma sustentável, integrada e competitiva.

A seguir, detalhamos os principais resultados relacionados à nossa estratégia, obtidos durante o exercício de 2025, o primeiro ano do ciclo estratégico 2025-2028



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

PROMOVER A TRANSIÇÃO para um setor aquaviário mais sustentável e resiliente

Entendemos que a sustentabilidade não é apenas uma diretriz ambiental, mas um pilar essencial para a longevidade e a competitividade do setor aquaviário brasileiro. Para nós, promover essa transição significa induzir o desenvolvimento econômico em harmonia com o meio ambiente, utilizando a inovação tecnológica como motor para a eficiência energética e a redução de emissões.

Atuamos para fortalecer uma regulação ambiental que estimule a adoção de tecnologias limpas e soluções resilientes, garantindo que o crescimento do setor ocorra de forma responsável.

PRINCIPAIS ENTREGAS E RESULTADOS

Parceria estratégica Antaq-ABNT: celebramos o **Memorando de Entendimento (MOU) com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**. Com esta iniciativa, estabelecemos uma cooperação técnica fundamental voltada à criação da prática recomendada de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Setor Aquaviário, com o intuito de assegurarmos que o futuro monitoramento de emissões pela Agência esteja rigorosamente alinhado às normas internacionais e às melhores práticas técnicas, provendo dados confiáveis para a formulação de políticas de descarbonização no setor.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

GARANTIR A REGULAMENTAÇÃO DO SETOR, participando ativamente na formulação de políticas públicas de transportes e logística

Trabalhamos para fortalecer a atuação coordenada do Estado diante dos desafios atuais e futuros do setor aquaviário.

Entendemos que a complexidade do mercado e a integração dos modais de transporte exigem de nós uma atuação que transcenda a simples aplicação normativa; por isso, contribuímos de forma qualificada para a formulação de políticas públicas eficazes e alinhadas ao planejamento governamental.

Nossa participação ativa nesse processo assegura que a regulamentação setorial esteja fundamentada em evidências e em nossa sólida experiência regulatória. Com isso, promovemos segurança jurídica, inovação e competitividade, impulsionando o desenvolvimento sustentável do sistema nacional de transportes e logística.

PRINCIPAIS ENTREGAS E RESULTADOS

- **Programa Navegue Simples:** avançamos na implementação desta iniciativa conjunta com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) focada em reduzir o tempo de tramitação processual e simplificar as autorizações de Terminais de Uso Privado (TUPs).
- **Modernização de sistemas:** concluímos a etapa crucial de definição dos requisitos para o novo sistema informatizado que operacionalizará o programa.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO MODAL AQUAVIÁRIO NA MATRIZ DE TRANSPORTES, promovendo a integração e a competitividade da infraestrutura logística

Atuamos de forma estratégica para que o modal aquaviário ocupe um lugar de destaque na matriz de transportes brasileira. Alinhados ao Plano Nacional de Logística (PNL 2035), reconhecemos que a dependência excessiva do modal rodoviário limita o crescimento econômico; por isso, trabalhamos para oferecer soluções que promovam eficiência e a redução das emissões de gases de efeito estufa, garantindo uma logística mais sustentável e competitiva para o país.

PRINCIPAIS ENTREGAS E RESULTADOS

- **Avanço no planejamento hidroviário:** concluímos os documentos de planejamento das concessões das hidrovias do Madeira, Paraguai, Hidrovia Verde (Amazonas e Barra Norte), Tapajós e Tocantins. Esse conjunto de estudos é fundamental para viabilizar os investimentos à modernização desses corredores logísticos.
- **Destaque para a Hidrovia do Paraguai:** finalizamos o Relatório de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e os demais documentos da concessão da Hidrovia do Paraguai. Encaminhamos o material para deliberação da nossa Diretoria Colegiada, cumprindo etapa decisiva para a concretização deste projeto.
- **Integração multimodal:** com os estudos, há uma maior integração entre os modais, buscando reduzir os gargalos logísticos e potencializar o escoamento de safras e mercadorias por vias navegáveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR, com foco na Região Amazônica

Reconhecemos a Região Amazônica como um pilar estratégico para a integração nacional. Com mais de 16 mil quilômetros de vias navegáveis, os rios são as "rodovias" que conectam pessoas e mercados onde a infraestrutura terrestre é limitada. Atuamos para converter esse potencial em realidade, buscando a redução de custos logísticos, o aumento da segurança e a geração de benefícios diretos para a economia local.

Nossa meta é promover um salto qualitativo na regulação regional. Para isso, aprimoramos nossa governança, fomentamos a inovação tecnológica e fortalecemos a cooperação entre os diversos stakeholders, garantindo que a modernização da infraestrutura resulte em crescimento sustentável e melhor atendimento às comunidades locais.

PRINCIPAIS ENTREGAS E RESULTADOS

- **Escuta ativa dos usuários:** estabelecemos as bases metodológicas para a nossa Pesquisa de Satisfação dos Usuários na região. Concluímos a definição do universo da pesquisa, a seleção da amostra e a estruturação do questionário técnico.
- **Base para decisões estratégicas:** com essa metodologia, garantimos que nossas futuras ações regulatórias na Amazônia sejam pautadas pelas reais necessidades de quem utiliza o transporte aquaviário, assegurando maior precisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- **Governança regional:** consolidamos critérios que nos permitem monitorar o impacto social e econômico da navegação interior, alinhando nossa atuação ao PNL 2035 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

APRIMORAR MODELO DE GOVERNANÇA
com foco em resultados

Implementamos um modelo de governança orientado a resultados que integra, de forma sistêmica, nosso planejamento estratégico, a gestão orçamentária e o acompanhamento de desempenho. Nossa meta é alinhar cada processo de negócio às prioridades da Agência, assegurando que os recursos públicos sejam convertidos em entregas de alto valor para a sociedade com a máxima eficiência.

Trabalhamos na harmonização de nossos fluxos de trabalho e na padronização de processos para elevar nossa capacidade de entrega e fortalecer a gestão de riscos. Esse aprimoramento envolve o estabelecimento de métricas claras, o reforço da transparência e da integridade, além do incentivo à participação ativa de nossos colaboradores e de uma articulação estratégica contínua com a sociedade e outras instituições.

PRINCIPAIS ENTREGAS E RESULTADOS

- **Detalhamento da cadeia de valor:** avançamos na maturidade da nossa gestão por processos ao identificarmos os processos de 4º nível da nossa Cadeia de Valor.
- **Eficiência operacional:** com esse detalhamento, garantimos uma visão minuciosa de nossas atividades organizacionais, permitindo identificar gargalos, reduzir custos operacionais e padronizar entregas em todas as unidades da Agência.
- **Cultura de desempenho:** a consolidação deste mapeamento serve como base para o monitoramento de metas mais precisas, conectando o trabalho do dia a dia aos resultados estratégicos que apresentamos neste relatório.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

FOMENTAR CULTURA organizacional de inovação

Com o objetivo de promover a atualização contínua dos servidores da Agência, incorporamos ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas ações de capacitação voltadas ao desenvolvimento de competências específicas nas áreas de regulação, tecnologia, gestão e inovação.

Adicionalmente, iniciamos outras entregas estratégicas para o fortalecimento da cultura de inovação, destacando-se a elaboração de uma proposta de inventário de competências e a concepção de uma premiação anual, prevista para realização no primeiro trimestre de 2026.

PRINCIPAIS ENTREGAS E RESULTADOS

Os resultados associados a esse objetivo são esperados a partir de 2026, considerando o caráter estruturante das iniciativas implementadas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

RACIONALIZAR OS PROCESSOS DE TRABALHO por meio de transformação digital e sistemas integrados

Em um cenário que exige alta produtividade e agilidade na tomada de decisões, priorizamos a transformação digital como o motor da nossa eficiência. Incorporamos a tecnologia e o desenvolvimento humano de forma estruturada para otimizar nossos processos internos. Entendemos que, diante da limitação de recursos, integrar sistemas e capacitar nossos servidores é o caminho para maximizar o retorno dos investimentos e garantir entregas de qualidade à sociedade.

Trabalhamos para implementar soluções que consolidem nossos dados institucionais, reduzindo custos e qualificando as informações que subsidiam nossas decisões. Paralelamente, investimos no desenvolvimento de competências da nossa força de trabalho, assegurando que nossos colaboradores dominem as novas ferramentas e apliquem soluções inovadoras aos desafios do negócio.

PRINCIPAIS ENTREGAS E RESULTADOS

- **Modernização com o PROA:** entregamos a Mesa de Trabalho do PROA (Plataforma Unificada de Regulação Aquaviária), um avanço fundamental para integrarmos nossas soluções de tecnologia e informação e otimizarmos nossa gestão operacional.
- **Refinamento de módulos estratégicos:** concluímos a identificação e o refinamento dos requisitos de seis módulos essenciais, que abrangem áreas críticas como:
 - Portos Organizados e Instalações Portuárias;
 - Outorgas Eletrônicas e Cadastro Portuário;
 - Reuniões da Diretoria Colegiada;
 - Cadastro de Embarcações e Afretamentos (Navegação Interior e Marítima).

Balanço anual do planejamento estratégico

2025

16%

de atingimento alcançado em 2025

26%

de atingimento esperado em 2025

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1

Tornar o setor aquaviário sustentável e resiliente

2

Garantir a regulamentação do setor

3

Ampliar o uso do transporte aquaviário

4

Impulsionar a navegação interior na Amazônia

5

Fortalecer a governança orientada a resultados

6

Fomentar cultura de inovação

7

Digitalizar e integrar processos

50

ENTREGAS PREVISTAS

37

ENTREGAS PREVISTAS

112

ENTREGAS PREVISTAS

59

ENTREGAS PREVISTAS

103

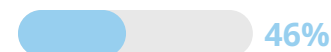
ENTREGAS PREVISTAS

7

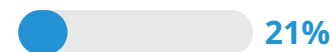
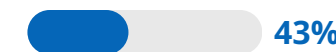
ENTREGAS PREVISTAS

191

ENTREGAS PREVISTAS


REALIZADO
do total previsto para 2025

REALIZADO
do total previsto para 2025

REALIZADO
do total previsto para 2025

REALIZADO
do total previsto para 2025

REALIZADO
do total previsto para 2025

REALIZADO
do total previsto para 2025

REALIZADO
do total previsto para 2025

→ Fachada da sede da Antaq
em Brasília (DF)



Resultados a partir dos valores públicos da Cadeia de Valor

Para demonstrar como nossas atividades geram valor público, organizamos os resultados deste capítulo com base nos macroprocessos finalísticos da Agência. Esse arranjo permite visualizar, de forma direta, como cada processo organizacional contribui para impactos concretos no setor aquaviário e na sociedade.

Nossos macroprocessos finalísticos — regulação, outorga, fiscalização e produção de conhecimento — representam o núcleo de nossa missão institucional e traduzem o propósito que orienta nossa atuação. Por meio deles, entregamos valor público que se materializa em maior previsibilidade e transparência regulatória, mitigação de falhas de mercado, oferta de serviços mais eficientes e seguros e geração de conhecimento estratégico para o desenvolvimento do setor.

Ao apresentar os resultados da gestão dessa forma, reforçamos nosso compromisso com a transparência e com uma atuação orientada a resultados, permitindo que a sociedade compreenda claramente o que fazemos, por que fazemos e como nossas atividades fortalecem o setor aquaviário e ampliam benefícios públicos de maneira consistente e duradoura.

A seguir, detalhamos os principais resultados obtidos durante o exercício de 2025 conforme cadeia de valor →

VALOR PÚBLICO

Confiança, previsibilidade e transparência no ambiente regulatório

Geramos este valor público ao consolidar um marco regulatório claro, estável e acessível, capaz de reduzir incertezas e fortalecer a segurança jurídica, elementos essenciais para a credibilidade do setor aquaviário. A transparência das nossas ações permite que agentes regulados e a sociedade compreendam os fundamentos técnicos e regulatórios das decisões adotadas, reforçando a confiança institucional e contribuindo para a estabilidade do ambiente regulatório.

Esse valor decorre diretamente da produção de normas e decisões ancoradas em evidências e fundamentos técnicos,

da adoção de processos regulatórios participativos e da ampla divulgação de informações. Com isso, possibilitamos que os agentes do setor antecipem impactos, planejem suas atividades e atuem com base em critérios previsíveis e consistentes, reduzindo assimetrias de informação e fortalecendo a legitimidade do processo regulatório.

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados, estruturados de forma a evidenciar como esses esforços se traduzem em maior confiança, previsibilidade e transparência no exercício da função regulatória da Agência.

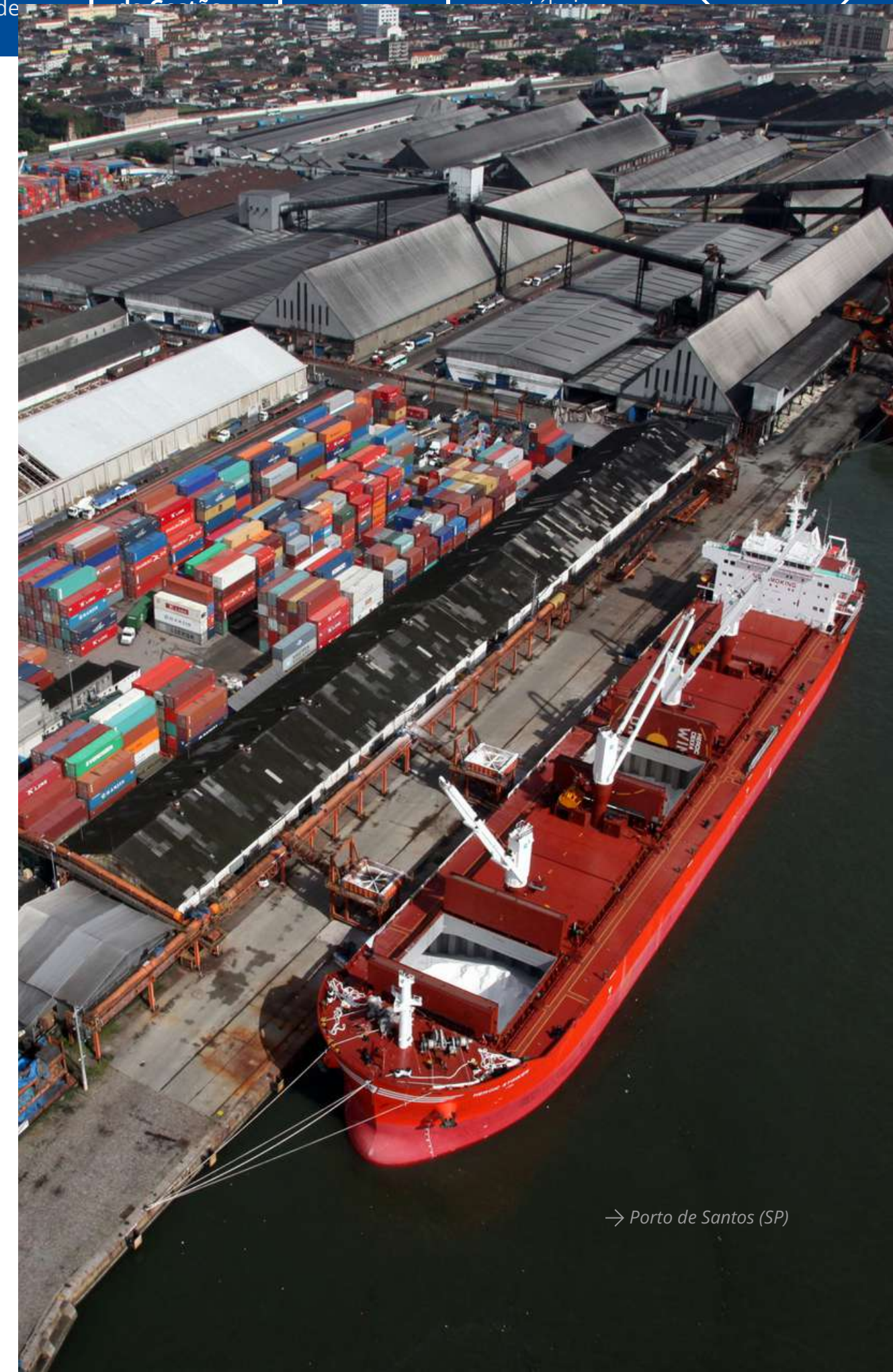
Transparência e previsibilidade no processo normativo

Promovemos transparência e confiança ao estruturar um marco regulatório claro, estável e acessível, reduzindo incertezas e fortalecendo a segurança jurídica no setor aquaviário. Atuamos para que a regulamentação seja legítima, alinhada ao interesse público e capaz de reforçar a confiança dos agentes regulados e da sociedade.

A Agenda Regulatória (AR) é nosso principal instrumento de governança, tornando públicas as prioridades normativas e os critérios de seleção dos temas, o que aumenta a previsibilidade, a imparcialidade e a participação social.

Sua construção é participativa, envolvendo unidades da Agência, entidades públicas e privadas e a sociedade civil, garantindo alinhamento às necessidades do setor. A divulgação periódica da AR e de suas atualizações oferece conhecimento prévio das ações planejadas, reduzindo incertezas e fortalecendo a estabilidade institucional.

Durante sua execução, asseguramos transparência ao divulgar etapas do processo normativo — estudos técnicos, análises de impacto, minutas e consultas ou audiências públicas. Essas ações permitem acompanhamento contínuo, ampliam a participação social e reforçam a rastreabilidade das decisões, contribuindo para um ambiente regulatório mais confiável e previsível.



→ Porto de Santos (SP)

Atualização da Agenda Regulatória 2025-2028

Em 2025, demonstramos nossa capacidade de adaptação e diálogo ao revisarmos nossa Agenda Regulatória (AR) 2025-2028. O portfólio expandiu de 18 para **21 temas estratégicos**, refletindo as contribuições colhidas junto ao setor público, privado e à sociedade civil. A distribuição dos 21 temas regulatórios teve o objetivo de assegurar uma cobertura abrangente do setor.

Ainda, estabelecemos um fluxo de trabalho previsível para o mercado, escalonando o início dos temas ao longo do ciclo. O escalonamento também possibilita melhor alocação de recursos internos, assegurando análises técnicas mais aprofundadas, ampliação do diálogo institucional e maior maturidade das propostas normativas antes da deliberação final.

Essa estruturação reafirma o papel da AR como nossa bússola de transparência, orientando regulados e cidadãos sobre o que esperar de nossa atuação normativa, além de garantir o monitoramento contínuo de cada entrega.

Monitoramento da Agenda Regulatória 2025-2028

Realizamos um acompanhamento sistemático do progresso de todos os temas contemplados em nossa Agenda Regulatória, garantindo a divulgação atualizada do status de cada ação. Qualquer revisão, inclusão ou alteração no planejamento original é registrada e justificada em detalhes, assegurando total transparência sobre nossa atuação normativa.

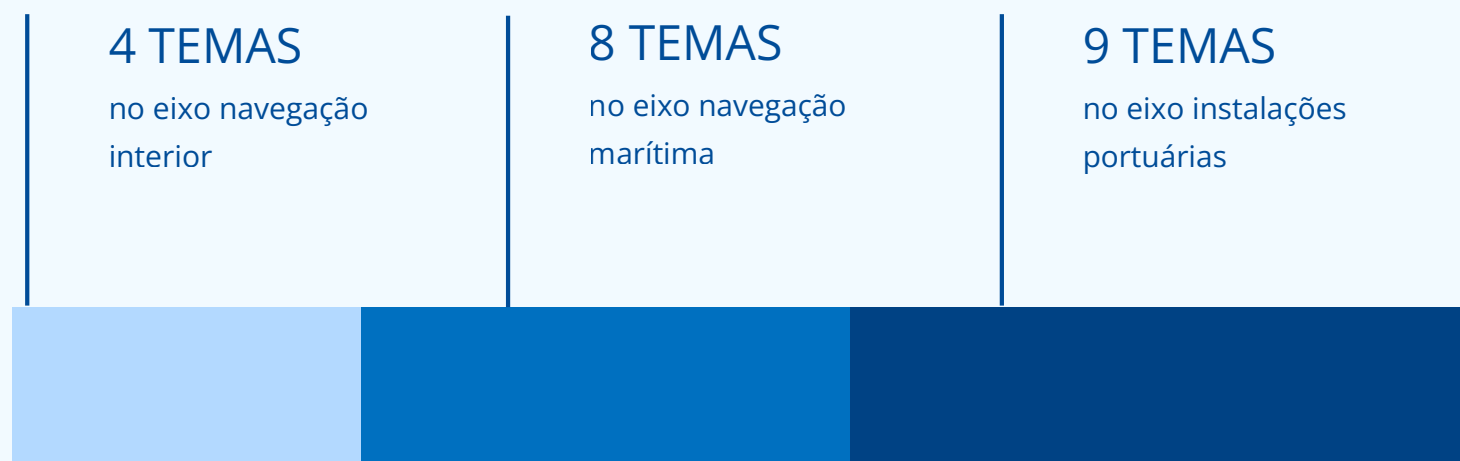
Esse monitoramento contínuo nos permite avaliar com precisão o nível de execução do planejamento regulatório, além de fortalecer a responsabilidade da Agência diante da sociedade e dos órgãos de controle. Ao disponibilizarmos esses dados, reafirmamos nosso compromisso com uma gestão responsável e aberta ao escrutínio público.

[Painel de temas regulatórios](#)

[Manual da Agenda Regulatória](#)


Agenda Regulatória 2025-2028

Distribuição técnica por eixo temático



Agenda Regulatória 2025-2028

Cronograma de implementação



Análise de Impacto Regulatório

Utilizamos a Análise de Impacto Regulatório (AIR) como o núcleo de nossa abordagem decisória, garantindo previsibilidade e segurança jurídica. Em estrita conformidade com o [Decreto nº 10.411, de 2020](#), a Lei de Liberdade Econômica ([Lei nº 13.874, de 2019](#)) e a Lei Geral das Agências Reguladoras ([Lei nº 13.848, de 2019](#)), e seguindo as diretrizes das melhores práticas da OCDE, estruturamos nosso processo normativo regulatório de maneira antecipada e transparente. Isso assegura que qualquer intervenção se baseie nos princípios de necessidade, proporcionalidade e evidência técnica.

Ao exigirmos a identificação rigorosa do problema regulatório e a análise exaustiva de alternativas — incluindo a opção de "não

agir" — tornamos explícitos os critérios que nos orientam antes da edição de qualquer norma. Este processo reduz a criação de encargos administrativos desnecessários e assegura que as soluções escolhidas gerem o máximo benefício líquido para a sociedade.

A realização e a ampla divulgação da AIR permitem que agentes regulados, usuários e demais interessados compreendam, previamente, as razões que motivam nossa atuação. Esse compartilhamento de evidências reduz assimetrias

informativas e incertezas quanto ao conteúdo e alcance das futuras decisões, ampliando a estabilidade do ambiente de negócios.

Além disso, a AIR protege o setor contra soluções abruptas ou inconsistentes, favorecendo decisões baseadas em dados e na avaliação proporcional de impactos. Reforçamos esse efeito por meio do engajamento das partes interessadas e da sociedade, promovendo o alinhamento de expectativas e fortalecendo a confiança dos agentes econômicos na integridade e na excelência técnica da Agência.

[Saiba mais sobre a AIR da Antaq](#)


Participação social nos processos regulatórios: consultas e audiências públicas

Contribuições sociais regulatórias

Durante a implementação de nossa Agenda Regulatória, garantimos total transparência nas etapas normativas ao divulgar estudos técnicos, análises de impacto regulatório e minutas de atos normativos. Realizamos consultas e audiências públicas para assegurar que a sociedade esteja sempre informada sobre nossas propostas. Essas iniciativas fortalecem a rastreabilidade de nossas decisões, diminuem as assimetrias de informação e consolidam a participação social como um pilar central da nossa regulação.

Nossas ações para abrir o processo decisório à sociedade incluem:

- Realização e divulgação de consultas e audiências públicas para coletar contribuições diretamente dos interessados;
- Publicação de relatórios detalhados que analisam as contribuições recebidas, apresentando justificativas técnicas para a aceitação ou rejeição de cada sugestão;
- Divulgação antecipada de nossas agendas regulatórias e cronogramas de discussão, permitindo que o setor se prepare adequadamente;
- Uso de canais digitais modernos para aumentar o alcance e facilitar a participação social em todo o país.

[Consulte as contribuições regulatórias](#)


Vista panorâmica da
costa de Aracaju (SE)

Transparência e previsibilidade do processo decisório

A transparência do processo decisório é garantida pela divulgação prévia do [calendário](#), [pautas](#) e [atas](#) das reuniões deliberativas do colegiado, proporcionando o conhecimento antecipado dos temas a serem discutidos. Além disso, as atas e os registros de deliberação são disponibilizados após as reuniões, permitindo o acompanhamento das decisões tomadas.

Adicionalmente, a [publicação dos votos e das decisões fundamentadas dos dirigentes](#), com a explicitação dos fundamentos técnicos, jurídicos e regulatórios, contribui para a previsibilidade da atuação regulatória e para o fortalecimento da confiança institucional.

A Agência também assegura a ampla publicidade dos atos decisórios por meio da publicação de resoluções, instruções normativas e demais atos normativos, com a disponibilização de textos consolidados e do histórico de alterações e versões, permitindo à sociedade e aos agentes regulados compreender a evolução normativa e os fundamentos das decisões adotadas.

Acesse o repositório de atos decisórios da Diretoria Colegiada



Assista as gravações das reuniões da Diretoria Colegiada



Processos decisórios

23

Reuniões Ordinárias de Diretoria

783

Processos deliberados, dentre 820 pautados.
Índice de eficiência de 95%

82

Atos editados ad referendum para os casos
nos quais se aplicavam a fumaça do bom
direito e o perigo da demora

32

Sustentações orais oportunizadas

861

Acórdãos

Participação social nos processos decisórios: consultas e audiências públicas

Relativas a licitações

No contexto dos procedimentos licitatórios que culminam nas sessões públicas de leilões portuários e hidroviários, as audiências e consultas públicas exercem papel central na oportunidade de contribuição da sociedade, o que gera incremento de governança e legitimidade aos processos licitatórios conduzidos pela Agência.

Ao incorporarmos as contribuições técnicas, jurídicas e econômicas antes da tomada de decisão final, as audiências públicas qualificam os leilões, reduzem assimetrias de informação e reforçam a transparência e a participação social. Dessa forma, asseguram que os empreendimentos portuários e hidroviários atendam não apenas a objetivos econômicos, mas também ao interesse público, à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional equilibrado.

Em 2025, submetemos à consulta e audiência públicas de projetos de arrendamentos portuários:

- Audiência Pública nº 02/2025-Antaq: Tecon Santos 10;
- [Audiência Pública nº 07/2025-Antaq](#): Porto de São Sebastião (SSB01);
- [Audiência Pública nº 05/2025- Antaq](#): Porto do Rio de Janeiro (RDJ06A);
- Audiência Pública nº 04/2025-Antaq: concessão Parcial dos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus;
- [Audiência Pública nº 01/2025-Antaq](#): Porto de Natal (NAT01).

Dentre as entregas, destacamos:

Pioneirismo nas hidrovias: marcamos a história do setor ao realizamos as primeiras duas audiências públicas de um projeto de concessão hidroviária do país ([Audiência Pública nº 15/2024](#)), referentes à concessão da Hidrovia do Paraguai, realizadas em fevereiro de 2025 em Brasília-DF e, em abril de 2025, em Corumbá-MS.

Responsividade e compromisso social: no arrendamento da área SSB01 no Porto de São Sebastião, demonstramos nosso compromisso com a qualidade regulatória ao autorizarmos uma segunda rodada de audiência pública. Identificamos que as contribuições recebidas inicialmente geraram alterações substanciais no projeto; por isso, decidimos submetê-lo novamente ao debate público para garantir o aprimoramento técnico e a transparência total, mesmo com o reinício de etapas processuais.

Projetos estratégicos dedicados a terminais de contêineres: submetemos à consulta e audiência públicas projetos estratégicos de arrendamentos dedicados a terminais de contêineres, com destaque para Tecon Santos 10 (+3,25 milhões TEU/ano) e área SSB01 no Porto de São Sebastião (+1,35 milhão TEU/ano).

Hidrovia Brasil-Uruguai: realizamos a [Tomada de Subsídios nº 01/2025-DG](#), cujo objetivo foi obter contribuições, subsídios e sugestões para o projeto de estruturação de concessão dos serviços de manutenção da Hidrovia Brasil-Uruguai (trecho Lagoa Mirim e Canal de São Gonçalo).

[Consulte as audiências públicas relativas a licitações de infraestrutura portuária e hidroviária](#)



Comunicação

Comunicação institucional

A comunicação institucional é um elemento fundamental para transmitir os valores públicos de confiança, previsibilidade e transparência. Ao longo do ano, utilizamos uma variedade de canais — como comunicados de imprensa, redes sociais, eventos públicos e outras iniciativas de divulgação institucional — para garantir que nossas políticas e atividades sejam bem compreendidas pelo setor aquaviário, pelos usuários e pela sociedade em geral, contribuindo para a previsibilidade regulatória e o fortalecimento da credibilidade institucional.

Nossa estratégia de comunicação não se limitou apenas a informar, mas também buscou fomentar um ambiente de diálogo e participação. Planejamos e realizamos ações que garantiram a transparência das agendas e decisões da Diretoria Colegiada, reforçando a segurança jurídica na regulação.

Presença digital

Nosso portal institucional se estabeleceu como a principal plataforma de serviços e informações. Em 2025, publicamos 236 matérias, aumentando a visibilidade das nossas atividades. As **redes sociais** se consolidaram como ferramentas estratégicas de comunicação, permitindo interação direta com os diversos públicos da Antaq tornando o acesso às informações mais democrático e acessível, além de aumentar a transparência e fortalecer o diálogo institucional.

Nas redes sociais, nosso foco foi na democratização da informação:

- **LinkedIn:** tornou-se nosso canal estratégico, alcançando a marca de 20 mil seguidores até dezembro de 2025;
- **Instagram:** registramos um aumento de 26,2% em relação a 2024.

As redes sociais ampliaram nosso alcance e fortaleceram nossa imagem como uma instituição transparente e acessível, comprometida com a comunicação clara e efetiva.

Eventos e diálogo institucional

Fomentamos o debate público e a transparência nas decisões através de **63 eventos institucionais**, que incluíram audiências públicas, reuniões da Diretoria Colegiada (23), workshops e leilões. Priorizamos o formato híbrido (52 eventos), permitindo alcançar um público estimado de **20.117 pessoas**, combinando a presença física com a amplitude do digital.



Responsabilidade fiscal e redimensionamento operacional

O ano de 2025 foi marcado por um impacto nas atividades administrativas de comunicação institucional devido ao contingenciamento orçamentário, especialmente a partir da metade do primeiro semestre. Isso exigiu a readequação do planejamento e a redução da execução de contratos com empresas especializadas. Embora o valor global contratado tenha totalizado aproximadamente **R\$ 1,82 milhão**, nossa execução orçamentária efetiva foi de **R\$ 742.131,87**, em conformidade com os limites orçamentários estabelecidos.

VALORES CONTRATUAIS EXECUTADOS EM 2025 para serviços de comunicação



Publicação e atualização de manuais

A confiança no ambiente regulatório está intrinsecamente ligada à clareza dos procedimentos e metodologias adotados pela Agência. Para que o setor regulado e a sociedade possam interagir de forma eficaz com a Antaq, dedicamos esforços contínuos à orientação e à instrução.

Em 2025, priorizamos a atualização e a publicação de guias técnicos que funcionam como ferramentas de transparência ativa, reduzindo assimetrias e garantindo que os agentes econômicos tenham plena segurança jurídica no fornecimento de dados e no cumprimento de suas obrigações.

Nesse contexto, consolidamos:

Clique no título das entregas para acessar os materiais

Manual da Metodologia do Estatístico Aquaviário: publicamos o detalhamento técnico do cálculo de nossos indicadores. Ao darmos transparência ao "como" os dados são processados, fortalecemos a integridade das estatísticas oficiais e permitimos que o mercado utilize essas informações com maior precisão para seus planejamentos logísticos.

Manual do Usuário Externo – SDNAP (Navegação de Apoio Portuário): atualizamos as orientações para o Sistema de Desempenho da Navegação de Apoio Portuário, facilitando o fluxo de informações das empresas de navegação e garantindo a fidedignidade dos dados sobre esse segmento essencial da logística marítima.

Atualização do Manual do Sistema de Desempenho Portuário (SDP): aprimoramos o guia do SDP para refletir as novas funcionalidades e exigências regulatórias, assegurando que as administrações portuárias e terminais privados possam reportar seu desempenho operacional com agilidade e menor índice de erros.

Manual do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP): como parte do marco histórico de monitoramento de preços, disponibilizamos o manual do Módulo APP. Esta ferramenta é vital para que os regulados compreendam os requisitos da Resolução nº 118/2024, garantindo uma transição suave para este novo patamar de transparência econômica.

Digitalização de documentos

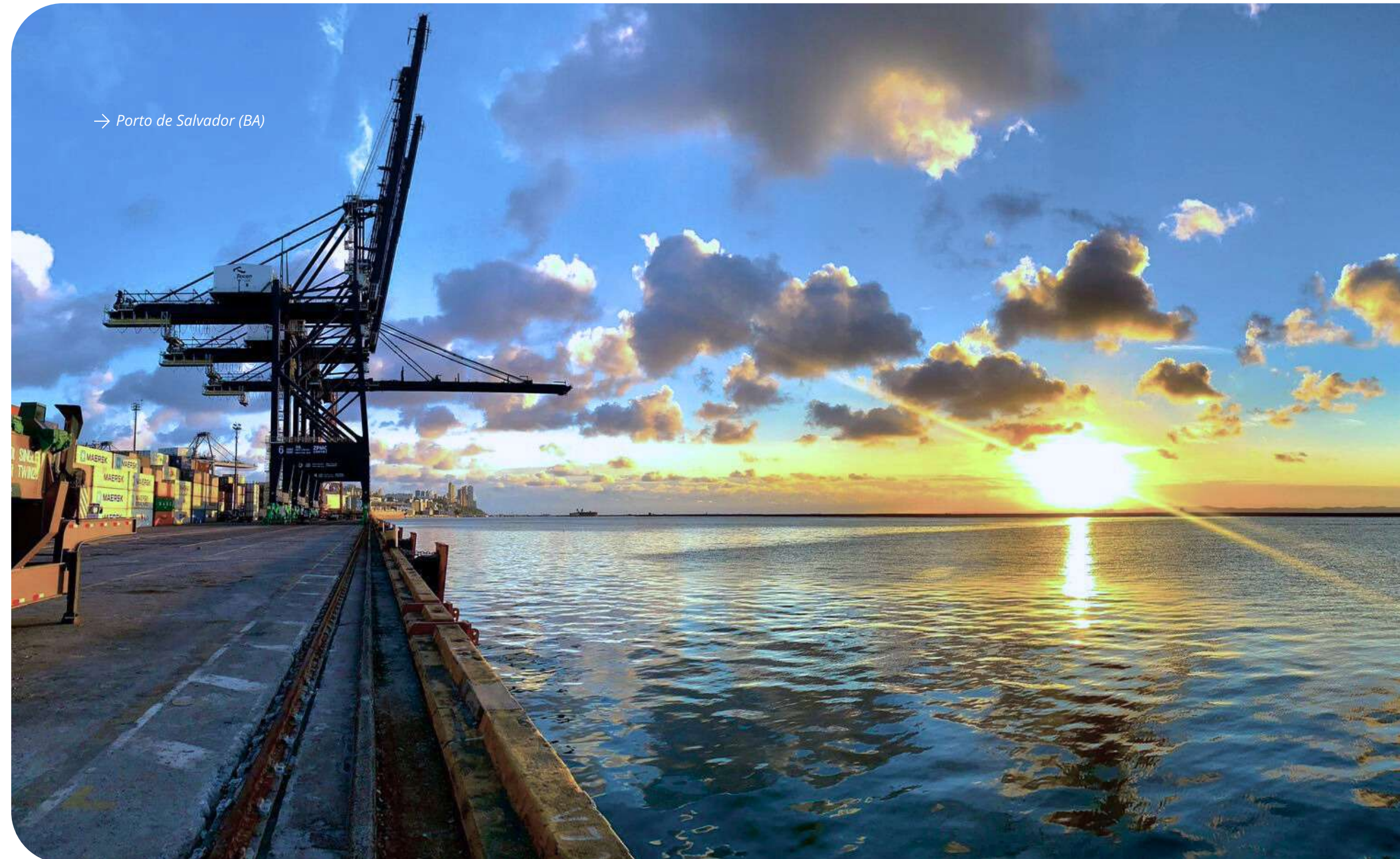
No âmbito da gestão documental, avançamos na digitalização dos documentos e procedimentos administrativos da Agência. Em 2025, atingimos cerca de **96% de processos digitalizados (ante 70% em 2024)**, evidenciando progresso na modernização dos fluxos de trabalho e na organização do acervo.

Esse resultado reforça a eficiência administrativa e amplia o acesso à informação, ao facilitar o compartilhamento de documentos. Além disso, a digitalização cria condições mais adequadas para a gestão da informação, preserva a memória institucional e otimiza o uso de espaços físicos, alinhando-se às diretrizes de modernização da administração pública.

Painéis de informações

Os painéis de *Business Intelligence* (BI) reforçam a governança da informação, a transparência e o suporte à decisão regulatória. Em 2025, ampliamos o portfólio para 52 painéis públicos, frente aos 37 em 2024, elevando nossa capacidade analítica.

Ainda, a Gerência de Tecnologia e Informação (GTGI) concluiu a migração dos painéis e processos de ETL para o Qlik Sense, adotada como padrão institucional para produção, análise e disponibilização de dados na Antaq. Essa migração garante maior estabilidade, escalabilidade, integração entre sistemas e melhor acesso às informações.



→ Porto de Salvador (BA)

[Acesse nossos painéis](#)



VALOR PÚBLICO

Mitigação de falhas de mercado e redução das assimetrias de informação

No setor aquaviário, falhas de mercado, como o exercício de poder econômico, barreiras à entrada e, principalmente, a assimetria de informações entre usuários, empresas reguladas e o poder público, representam obstáculos ao desenvolvimento logístico nacional. Cientes desse desafio, atuamos de forma preventiva e corretiva para reduzir esses desequilíbrios, utilizando instrumentos regulatórios e fiscalizatórios que aprimoram o funcionamento do mercado regulado.

Nossa atuação busca corrigir distorções e garantir que todos os agentes atuem sob condições isonômicas. Ao ampliarmos o acesso a informações, protegemos o usuário e fortalecemos a confiança no setor, criando um ambiente econômico mais eficiente e previsível para investimentos de longo prazo.

A redução das assimetrias de informação ocorre, principalmente, por meio da definição de regras claras e da disponibilização de orientações que permitam aos diferentes agentes compreender as condições de mercado, os direitos e deveres envolvidos e os parâmetros regulatórios aplicáveis. Esse esforço contribui para a promoção de decisões mais eficientes, o equilíbrio das relações entre prestadores e usuários e o fortalecimento da concorrência no setor aquaviário.

Em 2025, nossas entregas vinculadas a esse valor público concentraram-se nos seguintes eixos:

- **Normas e orientações:** apresenta os resultados e entregas que promovem a atualização e simplificação do arcabouço regulatório para maior clareza dos agentes;

- **Aprimoramento da eficiência econômica setorial:** apresenta os resultados e entregas de monitoramento e incentivo à competitividade do setor;
- **Governança e qualidade regulatória:** apresenta os resultados e entregas de aprimoramento de nossos processos internos de tomada de decisão;
- **Engajamento e diálogo setorial:** apresenta os resultados e entregas que permitem a ampliação da escuta ativa da sociedade e do mercado;
- **Resolução de conflitos:** apresenta os resultados e entregas que fortalecem a atuação célere no equilíbrio de interesses divergentes.

Normas e orientações

Elaboração, revisão e atualização de atos normativos que estabelecem regras de acesso à infraestrutura aquaviária

Os atos normativos de natureza regulatória visam estabelecer e revisar políticas e regras gerais que se aplicam aos setores sob a supervisão da Agência.

Esses instrumentos são essenciais para garantirmos que as demandas da sociedade e do mercado regulado sejam atendidas de forma eficiente, transparente e alinhada às melhores práticas regulatórias.

Além disso, a participação social desempenha papel central nesse processo. Ao incorporarmos as contribuições das partes interessadas, conseguimos uma compreensão mais abrangente do problema regulatório e o alinhamento das soluções propostas às efetivas necessidades do mercado e da sociedade.

Os atos normativos de caráter regulatório elaborados ao longo de 2025 estão apresentados a seguir, evidenciando nosso compromisso com a eficiência, a transparência e a qualidade regulatória.

Alteração de normativos de caráter regulatório

Resolução Antaq nº 126, de 8 de abril de 2025: regulamentação da revisão extraordinária dos contratos de concessão nos portos organizados, e altera a Resolução Antaq nº 61, de 1º de dezembro de 2021, para regulamentar o mecanismo de Proposta Apoiada

Resolução Antaq nº 128, de 16 de maio de 2025: altera a Resolução Antaq nº 57, de 17 de setembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos de transferência de controle societário ou de titularidade de contrato de concessão de porto organizado, de contrato de arrendamento de instalação portuária e contrato de adesão para exploração de instalação portuária.

Resolução Antaq nº 130, de 26 de junho de 2025: revoga o inciso VII do anexo I da Resolução Antaq nº 99, de 31 de maio de 2023, que regulamenta a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações em águas sob jurisdição nacional em portos públicos e nas instalações portuárias autorizadas pela Antaq.

Resolução Antaq nº 132, de 24 de novembro de 2025: a retomada da vigência plena dos dispositivos regulatórios da Resolução nº 72/2022 que tratam da matéria regulada nos artigos e parágrafos mencionados, por meio da revogação da medida cautelar de suspensão (Resolução nº 84/2022)

Novos normativos de caráter regulatório

Resolução Antaq nº 127, de 8 de abril de 2025: regulamenta a exploração de áreas e instalações portuárias delimitadas pela poligonal do porto organizado.

Resolução Antaq nº 129, de 6 de junho de 2025: estabelece os procedimentos e critérios para o afretamento de embarcação por Empresa Brasileira de Navegação – EBN nas navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso.

Resolução Antaq nº 131, de 18 de agosto de 2025: dispõe sobre o ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório) da Antaq.

Resolução Antaq nº 133, de 10 de dezembro de 2025: estabelece critérios e procedimentos para outorga na navegação marítima e disciplina o cadastro de Empresa Brasileira de Investimento na Navegação (EBIN).

Por fim, mantemos uma biblioteca eletrônica de atos normativos e de seus respectivos históricos de alterações.

Consulte a Biblioteca Antaq (Sophia)



Resolução Antaq nº 133/2025



A Resolução Antaq nº 133/2025 está alinhada ao Decreto nº 12.555, de 2025, que regulamenta dispositivos da Lei nº 14.301/2022 (Programa BR do Mar) e nos atribui competências para regular e fiscalizar o afretamento de embarcações estrangeiras, bem como para acompanhar o cumprimento das condições vinculadas à outorga. Nos termos do Decreto, cabe à Antaq disciplinar requisitos relativos à tonelagem, ao tipo de embarcação, aos prazos e às condições aplicáveis às Empresas Brasileiras de Investimento na Navegação (EBIN), sendo a autorização de afretamento condicionada à outorga concedida por esta Agência.

Com a Resolução, estabelecemos critérios claros e sistemáticos para o ingresso e a operação de empresas na navegação marítima e disciplinamos o cadastro de EBIN, reforçando a segurança jurídica, a previsibilidade regulatória e os mecanismos de fiscalização. Dessa forma, fortalecemos nosso papel regulador e contribuímos para um ambiente concorrencial mais transparente, seguro e alinhado às diretrizes do BR do Mar.

Interpretações normativas e orientação setorial

Um dos serviços fundamentais prestados pela Agência à sociedade e ao mercado é o atendimento às demandas de interpretação normativa. Esse serviço busca esclarecer entendimentos sobre questões complexas relacionadas às normas e legislações vigentes, evitando ambiguidades, interpretações contraditórias e potenciais conflitos na aplicação das regras.

As solicitações são analisadas pela equipe técnica da Superintendência de Regulação (SRG), que examina cuidadosamente cada caso à luz do arcabouço regulatório e das evidências disponíveis. Nos temas inéditos, controversos ou com potencial impacto sistêmico, os processos são submetidos à deliberação da Diretoria Colegiada, o que contribui para o estabelecimento de uma jurisprudência regulatória sólida e consistente.

Essa prática reforça a segurança jurídica, uniformiza entendimentos e aumenta a previsibilidade da atuação regulatória, fortalecendo o ambiente de negócios e contribuindo para o desenvolvimento ordenado do setor aquaviário.

No exercício de 2025, analisamos aproximadamente **45 processos de consultas regulatórias**, número que demonstra a relevância da orientação normativa como instrumento de transparência, estabilidade e alinhamento dos agentes regulados às expectativas regulatórias. Esse resultado reafirma nosso compromisso com a construção de um ambiente regulatório claro, acessível e baseado em evidências.



→ Porto de Paranaguá (PR)

Aprimoramento da eficiência econômica do setor aquaviário

Análise de resultado regulatório (ARR): mensurando o impacto de nossas normas

O ciclo regulatório não se encerra com a publicação de uma norma. Para garantir a eficiência econômica do setor e assegurar que nossas intervenções permaneçam adequadas ao longo do tempo, realizamos a Análise de Resultado Regulatório (ARR), um instrumento estratégico que permite avaliar, de forma técnica e baseada em evidências, se os objetivos inicialmente previstos foram alcançados e quais impactos concretos as normas produziram para o mercado e para a sociedade.

A ARR retroalimenta o ciclo regulatório ao identificar oportunidades de revisão, aperfeiçoamento ou simplificação do arcabouço vigente. Ao avaliar efeitos esperados e não previstos, custos regulatórios, benefícios gerados e eventuais distorções, esse instrumento fornece diagnósticos detalhados que sustentam decisões mais eficientes, proporcionais e coerentes com as necessidades do setor aquaviário.

Em 2025, avançamos de forma significativa no cronograma da Agenda de ARR 2023-2026, iniciando a avaliação de dois temas prioritários:

1

Resolução Normativa Antaq nº 5, de 23 de fevereiro de 2016 (art. 9º)

focada no aprimoramento das regras de prestação de serviços (anteriormente Resolução Antaq nº 133, de 10 de dezembro de 2025)



2

Resolução Antaq nº 7992, de 31 de agosto de 2020

voltada à análise dos impactos das normas vigentes sobre a operação portuária e de navegação



Essas análises reforçam nosso compromisso com a regulação orientada por resultados, que busca reduzir custos desnecessários, aprimorar a eficiência econômica e promover um ambiente mais propício aos investimentos no setor.

Regulação econômica: equilíbrio e proteção ao usuário

A atuação econômica da Agência busca equilibrar interesses públicos e privados para garantir um setor aquaviário eficiente, sustentável e justo, protegendo usuários e o patrimônio público. Em 2025, nossas ações se concentraram em três eixos principais: proteção do patrimônio da União, promoção da concorrência e estímulo ao dinamismo de mercado.

Tutela do patrimônio público

Para garantir que a infraestrutura pública fosse utilizada de forma adequada, eficiente e alinhada ao interesse coletivo, em 2025, deliberamos:

8 pedidos de **desincoperação de bens**

4 processos de bens móveis decididos pela **Superintendência de Regulação (SRG)**

4 processos de bens móveis decididos pela **Diretoria Colegiada**

Além disso, recebemos e auditamos os **inventários anuais de bens** das administrações portuárias e arrendatárias, assegurando a observância dos controles previstos no art. 34, §1º da [Resolução Antaq nº 43, de 31 de março de 2021](#). Essa atividade aprimora mecanismos de responsabilização e sustenta a integridade dos ativos públicos afetos ao serviço portuário.

Promoção da concorrência e dinamismo de mercado

A atuação concorrencial da Antaq visa ampliar a eficiência econômica e estimular o dinamismo do mercado, permitindo que operadores mais qualificados acessem e utilizem a infraestrutura aquaviária.

Em 2025, a SRG analisou aproximadamente

processos de transferências contratuais em portos organizados



Desse total, a Diretoria Colegiada já apreciou 15 casos, resultando em 10 aprovações definitivas e 5 encaminhamentos ao Poder Concedente. Esses processos são estratégicos, pois facilitam a entrada de novos operadores no setor, promovem locação mais eficiente de ativos públicos, estimulam investimentos privados, reduzem barreiras à entrada e asseguram que a infraestrutura portuária seja operada pelos agentes mais competitivos e tecnicamente capacitados.

Ao reforçar essas ações, promovemos mercados mais equilibrados, reduzimos riscos anticompetitivos e ampliamos a proteção ao usuário final.

Impacto direto ao cidadão: navegação interior

A regulação econômica da navegação interior tem impacto social imediato, especialmente nos serviços de travessias e nos percursos longitudinais que atendem populações ribeirinhas, comunidades isoladas e usuários que dependem do transporte

aquaviário em seu cotidiano. Cientes de que o preço do transporte influencia diretamente a mobilidade, o acesso a serviços e a qualidade de vida, adotamos avaliações tarifárias baseadas em critérios técnicos rigorosos.

Em 2025, concluímos



Em cada processo, examinamos detalhadamente a estrutura de mercado, nível de contestabilidade, custos operacionais, variações econômicas e riscos de práticas abusivas.

Esse rigor analítico certifica que os reajustes sejam proporcionais e compatíveis com os custos efetivos; a modicidade tarifária seja preservada; a sustentabilidade econômico-financeira dos operadores seja mantida e o usuário seja protegido contra aumentos injustificados.

Ao final de 2025, com 26 procedimentos de reajuste tarifário concluídos, reafirmamos nossa responsabilidade enquanto mediadores das relações de consumo no setor aquaviário. Cada decisão da Diretoria Colegiada foi precedida de avaliações técnicas que consideram, simultaneamente, a viabilidade das empresas e, principalmente, o impacto social sobre os usuários.

Aprimoramento da governança e da qualidade regulatória

Para o adequado desempenho de nosso papel institucional como agência reguladora e para a entrega dos benefícios esperados à sociedade, dedicamos atenção estratégica à concepção, estruturação e condução de nossos processos regulatórios. A governança regulatória constitui o alicerce que sustenta a promoção de uma regulação de excelência, funcionando como vetor de aprimoramento contínuo e garantindo coerência, transparência e previsibilidade às nossas decisões.

Em 2025, avançamos de maneira significativa com a elaboração e aprovação do **Programa de Qualidade Regulatória**, documento que apresenta um diagnóstico detalhado da nossa estrutura regulatória e estabelece diretrizes alinhadas às melhores práticas nacionais e internacionais. Esse programa orienta a evolução do nosso modelo decisório, promovendo maior consistência técnica, uso de evidências, avaliação contínua e participação social qualificada.

Complementarmente, aprovamos o **Plano Anual de Governança Regulatória 2026**, que atuará como o braço operacional dessa transformação, consolidando ações voltadas para o fortalecimento da qualidade regulatória. Com essas ferramentas, asseguramos que nossas decisões sejam cada vez mais técnicas, transparentes e alinhadas às referências mais modernas da regulação mundial.

Selo de Boas Práticas Regulatórias



Ainda em 2025, e pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o **Selo Ouro de Boas Práticas Regulatórias** do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O reconhecimento, divulgado em dezembro, evidencia a maturidade do nosso modelo de governança regulatória e demonstra que nossas práticas estão alinhadas aos referenciais mais avançados adotados por órgãos reguladores no Brasil e no exterior. Analisados 13 requisitos, a Antaq ainda foi agraciada com dois selos prata devido ao modo de identificação do agente responsável pela armazenagem adicional de carga nas instalações portuárias e os procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Agência.

[Acesse a matéria completa](#)



Engajamento regulatório e diálogo setorial

Para fortalecer a qualidade regulatória, ampliar a transparência e gerar valor público, promovemos iniciativas integradas de engajamento técnico e institucional, que aprimoraram o processo regulatório, ampliaram a participação social e reduziram assimetrias de informação no setor aquaviário.

Essas iniciativas fortalecem a governança regulatória ao promover a tomada de decisões baseada em evidências, estimular o diálogo estruturado com os agentes regulados, oferecer espaços qualificados para debates técnicos e construção conjunta de soluções, além de ampliar a previsibilidade e a transparência regulatória.

Como resultado, essas iniciativas fortalecem a confiança de usuários, operadores, entes públicos e da sociedade, ao mesmo tempo em que mitigam falhas de mercado e promovem a melhoria contínua do ambiente econômico-regulatório.

A confiança e a previsibilidade regulatória dependem não só de normas, mas também da proximidade e do diálogo contínuo com os agentes do setor. Nesse sentido, alcançamos, em 2025, um marco considerável com a realização do **32º Encontro do Sistema de Desempenho Portuário (SDP)**, em Navegantes/SC.

→ Evento na sede da
Antaq em Brasília (DF)



O evento se consolidou como o de maior participação na história da Agência, reunindo mais de 140 representantes de diversas instalações portuárias de todo o país. Isso fortaleceu o alinhamento institucional, a disseminação de informações e o uso de indicadores de desempenho como suporte à melhoria contínua da regulação e da gestão portuária.

Em outubro de 2025, promovemos um webinar técnico dedicado ao **aperfeiçoamento do estoque regulatório da navegação interior** para apresentar e debater as minutas de resolução que irão consolidar o arcabouço aplicável ao setor, marcando um passo relevante na modernização das normas. Esta iniciativa não se limitou a uma revisão formal, mas representou um esforço estratégico de aprimoramento da técnica legislativa e de alinhamento às inovações legais acumuladas nos últimos anos.

Com foco na simplificação administrativa, reorganizamos temas correlatos para facilitar a compreensão e a consulta por parte do mercado e da sociedade. O resultado prático dessa medida será a redução e otimização do estoque normativo: as 11 resoluções vigentes serão consolidadas em apenas seis novos instrumentos.

Reiteramos que, embora não tenham ocorrido alterações de mérito na essência da regulação, essa modernização é fundamental para reduzir custos de conformidade e conferir maior clareza jurídica, demonstrando nosso compromisso com um diálogo setorial transparente e uma governança regulatória orientada pela eficácia.

Resolução de conflitos de interesses

A harmonização dos conflitos de interesses entre os usuários e o setor regulado que promovemos representa um valor público intangível, mas que é concretamente alcançado através de processos estruturados e bem definidos. Nesse contexto, desempenhamos um papel fundamental ao realizarmos arbitragens regulatórias que envolvem as atividades de empresas do setor portuário e de navegação, atuando como um árbitro imparcial na busca de soluções que evitem a judicialização, proporcionando agilidade ao setor.

Em 2025, conduzimos com sucesso um procedimento de mediação entre a **Autoridade Portuária de Santos (APS)** e a **Petrobras**. O impasse envolvia obrigações de construção de infraestrutura no terminal STS-08A (berços de atracação ALA 05 e ALA 06) previstas no Contrato de Arrendamento nº 06/2022.

Pautados pela neutralidade e confidencialidade, mediamos o diálogo que resultou em um acordo histórico, homologado pela nossa Diretoria Colegiada em julho de 2025 (**Acórdão nº 476-2025-Antaq**). Este resultado demonstra a força da **Resolução Antaq nº 98/2023** como instrumento para desbloquear investimentos e assegurar a continuidade das operações setoriais de maneira consensual.

VALOR PÚBLICO

Oferta de serviços aquaviários eficientes e seguros, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável

Outorgas com foco na concorrência e no interesse público

As outorgas exercem papel central na promoção de um setor aquaviário eficiente, seguro e competitivo. Por meio delas, autorizamos e regulamos a exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, bem como a prestação de serviços de transporte aquaviário, assegurando que essas atividades sejam executadas em conformidade com o marco legal e regulatório vigente.

o definirmos direitos, deveres e condições operacionais, o processo de outorga contribui diretamente para o

A fortalecimento da segurança jurídica, a manutenção do equilíbrio concorrencial, a mitigação de falhas de mercado e o incentivo a investimentos públicos e privados de longo prazo.

Os resultados gerados pelo macroprocesso de outorga refletem nosso compromisso com uma regulação orientada à previsibilidade, com regras claras, análises técnicas consistentes processos estruturados que conferem estabilidade ao ambiente setorial. Essa previsibilidade é essencial para atrair

novos investimentos, ampliar a capacidade logística do país e promover serviços de transporte mais eficientes e seguros para a sociedade.

Ao assegurar a entrada de operadores qualificados e o uso racional da infraestrutura aquaviária, as outorgas reforçam a atuação da Agência como garantidora do interesse público, impulsionando o desenvolvimento econômico e contribuindo para uma matriz de transportes mais equilibrada, integrada e sustentável.

Investimentos em portos organizados

4 leilões
portuários

3 arrendamentos (RDJ11, RDJ07 e TMP-Maceió), além da concessão do canal de acesso do Porto de Paranaguá

R\$ **1,31**
bilhão **investimentos**
previstos nos leilões



R\$ **382,1**
milhões **arrecadação**
em valor de outorga

Investimentos em instalações privadas


R\$ **6,88**
bilhões **investimentos**
previstos nos terminais de
uso privado



Setor regulado 2025



Infraestrutura portuária

Outorga de portos organizados

Nos portos organizados, atuamos em duas frentes complementares: a condução de processos de reequilíbrio de contratos vigentes e a estruturação de novos arrendamentos e concessões. Em 2025, concentramos esforços para transformar essas ações em ganhos concretos de eficiência operacional, modernização e ampliação da capacidade logística nacional.

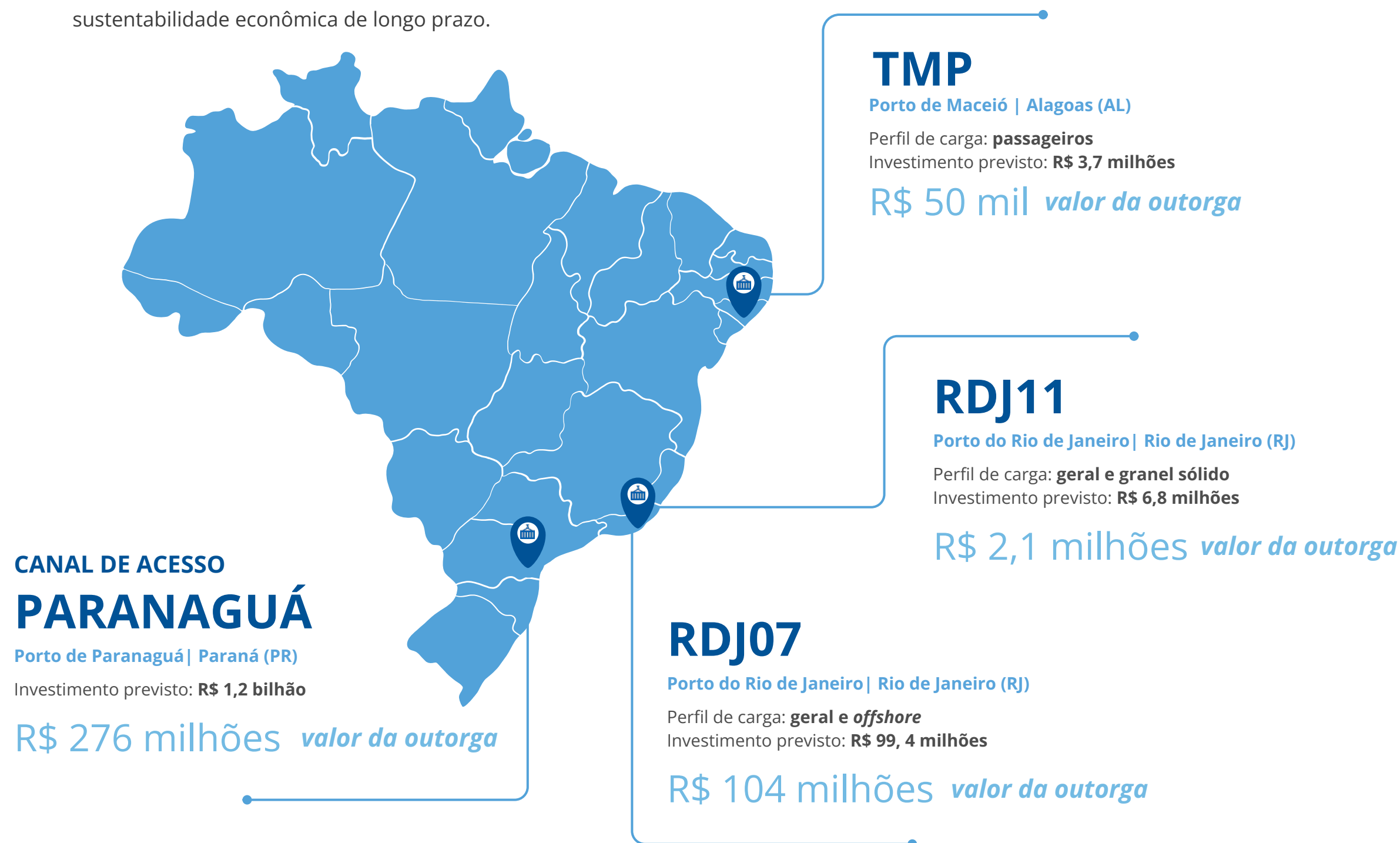
Tanto nos novos arrendamentos quanto nos reequilíbrios contratuais, nossa atuação busca impulsionar a economia brasileira por meio de aumento da eficiência e da produtividade portuária, ampliação e modernização da infraestrutura, estímulo à realização de novos investimentos privados, melhoria das operações e dos fluxos logísticos e expansão da capacidade de movimentação de cargas nos terminais.

Essas iniciativas contribuem diretamente para a redução dos custos logísticos, o que, por sua vez, aumenta a competitividade do país no comércio exterior e fortalece o papel dos portos como vetores de desenvolvimento econômico.

Os leilões portuários que conduzimos são instrumentos fundamentais para modernizar a infraestrutura existente e atrair operadores mais eficientes e capitalizados. Eles permitem que ativos estratégicos sejam administrados por agentes com capacidade técnica e financeira para maximizar sua performance e expandir a oferta de serviços.

Em 2025, realizamos **3 licitações de arrendamentos** nos portos do Rio de Janeiro e Maceió, além de **1 concessão parcial** no porto de Paranaguá, apresentados na figura a seguir. Esses projetos representam marcos relevantes na expansão da infraestrutura portuária nacional e demonstram nosso compromisso com uma regulação orientada ao interesse público, à eficiência e à sustentabilidade econômica de longo prazo.

Em conjunto, esses certames preveem aproximadamente **R\$ 1,3 bilhão** de investimentos ao longo dos contratos, além de arrecadarem **R\$ 382,1 milhões** em pagamentos de outorga para os cofres públicos.





Primeira concessão de canal de acesso no país

Um marco histórico em 2025 foi a concessão do **canal de acesso dos portos de Paranaguá e Antonina**. Inauguramos um modelo inédito no País, reduzindo a dependência de recursos públicos para dragagem e sinalização. Com investimentos privados contínuos, garantimos maior segurança à navegação e eficiência logística.

Além de reduzir gargalos históricos e custos para os usuários, o projeto fortalece a competitividade do complexo portuário de Paranaguá, essencial para o escoamento da produção agrícola brasileira, e sinaliza uma evolução institucional relevante na política portuária, com potencial de replicação em outros portos do país. Nos próximos anos, espera-se que os canais de acesso dos portos de Salvador, de Itajaí, de Santos e de Rio Grande também sejam licitados.

A agenda de arrendamentos e concessões portuárias prevista para 2026 será ainda mais ambiciosa e reforça a amplitude e complexidade da carteira de projetos sob nossa responsabilidade, o que reforça nosso papel estratégico na logística nacional:

- **Fevereiro de 2026:** leilão na B3 de 3 terminais, em Macapá (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS), com R\$ 226 milhões em investimentos previstos.
- **Porto de Santos:** prevemos o leilão do **Tecon Santos 10**, um dos maiores certames da nossa história (R\$ 6,4 bilhões), e a consulta pública para a concessão do canal de acesso do Porto de Santos.
- **Hidroviás:** esperamos realizar o primeiro leilão de concessão hidroviária do País (Rio Paraguai), um marco para a multimodalidade brasileira.
- **Expansão de canais de acesso portuário:** avançaremos com as concessões de Itajaí e do complexo Salvador/Aratu-Candeias/Ilhéus.

Para saber mais

[Concessões aquaviárias](#)

[Painel dos portos públicos](#)

[Normativos de concessões e arrendamentos](#)


→ Porto de Paranaguá (PR)

Outorga de instalações portuárias privadas

Por meio das autorizações, outorgarmos à iniciativa privada o direito de explorar instalações portuárias de forma regular, eficiente e em conformidade com o marco legal. Nossa atuação busca garantir segurança jurídica, previsibilidade e um ambiente favorável à atração de investimentos em terminais que desempenham papel estratégico para a economia brasileira.

As autorizações abrangem diferentes tipos de instalações portuárias privadas: os Terminais de Uso Privado (TUPs), voltados à movimentação e armazenagem de cargas; as Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), que promovem a integração logística entre diferentes modais; e as Instalações Portuárias de Turismo (IPTURs), que impulsionam o turismo aquaviário e o desenvolvimento regional.

Em 2025, os investimentos decorrentes das autorizações avançaram em ritmo expressivo. Aprovamos 9 novas outorgas, que preveem R\$ 6,8 bilhões em investimentos privados, fortalecendo a logística nacional e ampliando a competitividade do setor portuário.

Ainda em 2025, emitimos **7 Termos de Liberação de Operação (TLO)**, instrumento que autoriza o início da operação de instalações portuárias após a verificação do atendimento às condições técnicas, operacionais e regulatórias exigidas. No mesmo período, concedemos **4 Habilitações ao Tráfego Internacional (HTI)**, que permitem às instalações portuárias operar no comércio exterior, ampliando a capacidade logística do país e fortalecendo a inserção do Brasil nas rotas internacionais de transporte aquaviário.

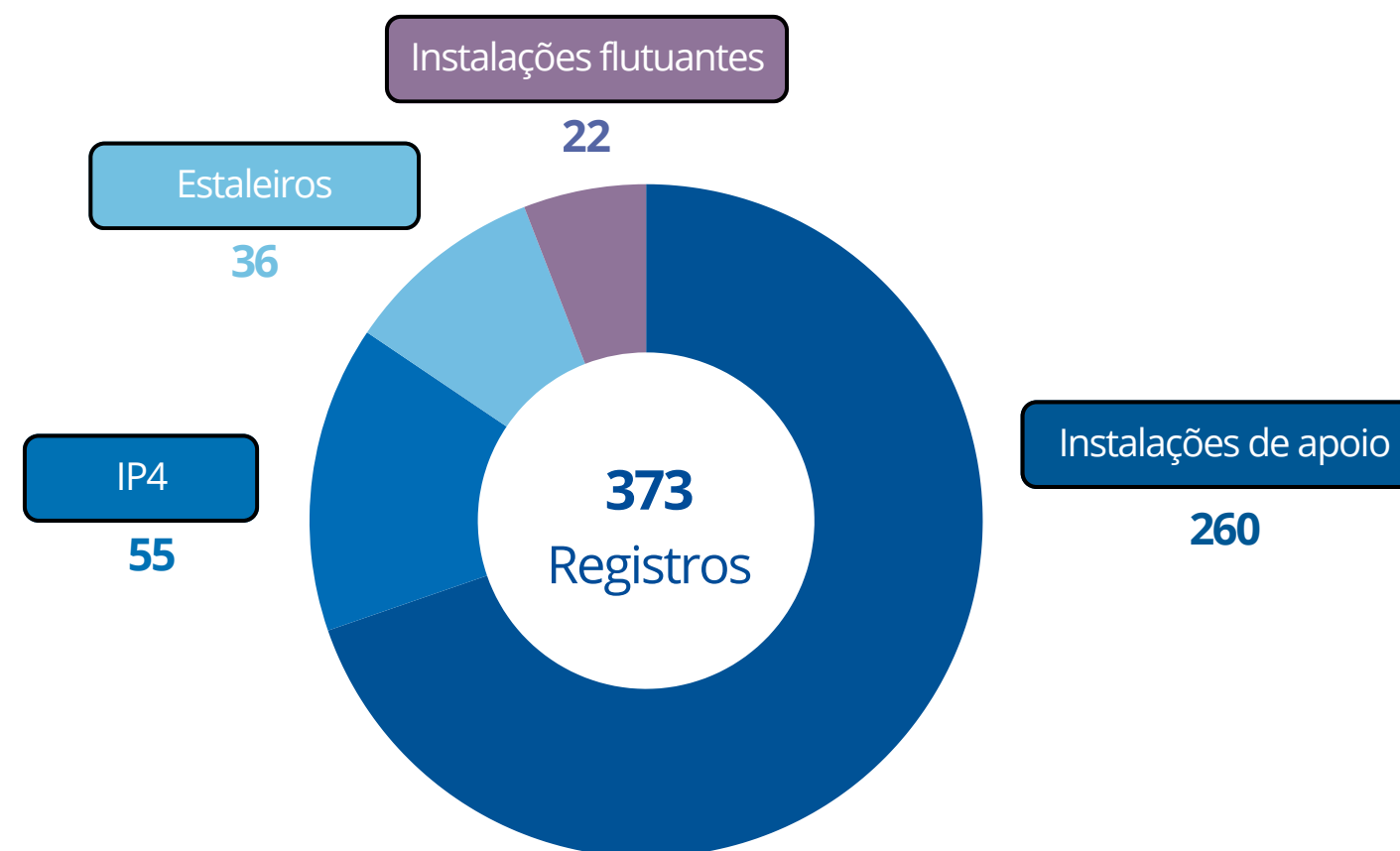
Registro de instalações de apoio

Os registros de infraestrutura de instalações de apoio ao transporte aquaviário complementam a atuação regulatória da Agência ao permitir formalizar e acompanhar as instalações essenciais ao funcionamento do setor, como as Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), os estaleiros e as instalações flutuantes, contribuindo para a segurança da navegação e a continuidade das operações.

De forma integrada, autorizações e registros permitem acompanhar a expansão da infraestrutura portuária privada, assegurar o cumprimento das normas vigentes e disponibilizar informações à sociedade, fortalecendo o planejamento setorial, a transparência e o desenvolvimento econômico e social.

[Informações sobre instalações privadas](#)


Distribuição das instalações registradas por tipo em 2025



Infraestrutura hidroviária

No âmbito da concessão de infraestrutura hidroviária, incluindo eclusas e demais dispositivos de transposição aquaviária, assumimos, como poder concedente das hidrovias federais, o desafio estratégico de valorizar o potencial natural dos rios brasileiros como corredores logísticos eficientes e sustentáveis. A diretriz é promover o aprimoramento das condições de navegação por meio de intervenções planejadas e compatíveis com a dinâmica fluvial, privilegiando abordagens modernas de engenharia e gestão hidroviária, como o conceito *work with nature*, que busca conciliar eficiência logística com a preservação dos processos ambientais.

Essa agenda envolve não apenas a realização de estudos técnicos e a estruturação de modelos contratuais adequados, mas também o fortalecimento da capacidade institucional, a articulação entre diferentes esferas de governo e a mobilização de elevado conhecimento técnico, de modo a assegurar que o desenvolvimento das hidrovias brasileiras ocorra de forma gradual, responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Nesse período, concentramos nossos esforços na elaboração de modelagens robustas e no estabelecimento de parcerias especializadas, essenciais para viabilizar o caráter inédito das concessões hidroviárias no Brasil.

Um dos principais marcos foi a entrega do Plano de Outorga Específico da Hidrovia do Rio Paraguai ao MPOR, aproximando o projeto de seu leilão e garantindo aderência aos parâmetros técnicos e regulatórios previstos no [Acórdão nº 443-2025-Antaq](#).

Paralelamente, conduzimos estudos para as hidrovias do Tapajós e do Tocantins junto ao BNDES e avançamos na concepção da “Hidrovia Verde”, composta por trechos do Rio Amazonas e sua foz (Barra Norte), em cooperação com a Infra S.A., a qual renovamos o **Acordo de Cooperação Técnica** para garantir continuidade e coordenação da agenda.

Reconhecendo o ineditismo dos projetos, fortalecemos nossa capacidade técnica institucional por meio da participação em fóruns especializados, como a *Smart River Conference*, e do diálogo técnico com o USACE e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Essas interlocuções permitiram incorporar boas práticas internacionais em engenharia, gestão de hidrovias e modelagem contratual, adaptando soluções avançadas às condições brasileiras.

Também investimos na capacitação direta de nossos especialistas. Em parceria com o USACE, realizamos o curso **“Projetos Conceituais de Canais em Hidrovias”**, importante instrumento para nivelamento técnico das equipes envolvidas nas modelagens. A capacitação, ministrada inclusive por instrutores da Agência, foi estendida à sociedade civil.

Tais iniciativas reiteram nossa autonomia técnica, reduzem a dependência de consultorias externas e garantem decisões regulatórias mais robustas e adequadas ao contexto brasileiro.

Assim, 2026 será um ano histórico para a política de hidrovias no Brasil. Prevemos assinar o primeiro contrato de concessão hidroviária do país, da Hidrovia do Rio Paraguai, e abrir à consulta pública os projetos do Tocantins e do Tapajós. Na área internacional, avançaremos na manutenção da Hidrovia Brasil–Uruguai, na Lagoa Mirim, integrada ao Canal de Acesso do Porto do Rio Grande e à Lagoa dos Patos, formando o Sistema Aquaviário Integrado do Sul e Lagoa Mirim (SAI Sul-Mirim).

Também iniciaremos a construção de um marco regulatório específico para as infraestruturas aquaviárias federais, a fim de padronizar procedimentos, reduzir assimetrias de informação e fortalecer a capacidade de gestão do setor.

[Acompanhe o andamento das concessões hidroviárias](#)



Navegação e serviços de transporte aquaviário

No âmbito da navegação e dos serviços de transporte aquaviário, atuamos como o centro regulador responsável por assegurar que a oferta de embarcações no País seja adequada, segura e capaz de atender às demandas do mercado com previsibilidade e eficiência. Isso envolve a autorização de operação de Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) e a gestão dos processos de afretamento e registro de frota, atividades essenciais para garantir a continuidade dos serviços e o bom funcionamento do setor.

Gestão de afretamentos e registro de frota

A autorização de afretamento de embarcações estrangeiras e o registro de afretamentos de embarcações brasileiras configuram instrumentos fundamentais para ajustar a oferta de frota às necessidades reais do mercado. Esses procedimentos permitem que operadores atendam aumentos sazonais de demanda, explorem novas rotas ou superem eventuais indisponibilidades de embarcações nacionais, sempre com rastreabilidade e aderência às normas vigentes.

As informações dessas autorizações são disponibilizadas no [Sistema de Informação Gerencial \(SIG\)](#), constantemente alimentado por dados enviados pelas EBNs e pela própria Agência, por meio do Sistema de Afretamento da Navegação Marítima (SAMA). A atualização contínua desses sistemas assegura total transparência e reforça a rastreabilidade de nossas decisões regulatórias.

Em 2025, processamos um volume significativo de solicitações, que demonstram a importância e a complexidade dessa atividade regulatória.

Solicitações no SAMA

11.123

Afretamentos processados

18.101

Registros processados

115

Registro Especial
Brasileiro (REB)

Na navegação interior, analisamos 2 pedidos de afretamento e registramos 449 operações, além de emitirmos 6 Registros de Embarcação Brasileira (REBs), instrumento que certifica a nacionalidade das embarcações e fortalece a composição da frota nacional.

No âmbito do controle de mercado, realizamos mais de 1.129 registros de NVOCCs (Non-Vessel Operating Common Carrier – Transportador Comum Não Proprietário de Embarcação) no sistema Mercante, assegurando maior organização, confiabilidade e integridade às informações do setor.

Nossa atuação também envolveu o monitoramento contínuo de riscos associados ao transporte aquaviário. Em meio a um fluxo superior a 1 milhão de processos tramitando no SEI, priorizamos aproximadamente 250 comunicações consideradas críticas, relacionadas a bandeira das embarcações ou a riscos operacionais relevantes. Essa triagem estratégica permitiu mitigar potenciais ameaças à segurança da navegação e garantir respostas ágeis e qualificadas a situações sensíveis.

Esse conjunto de ações demonstra nosso compromisso em garantir que a navegação brasileira opere com equilíbrio entre oferta e demanda, segurança regulatória e transparência. Por meio de uma gestão eficiente dos afretamentos, do fortalecimento da frota nacional e da supervisão rigorosa das condições operacionais, asseguramos que o transporte aquaviário continue sendo um pilar essencial da infraestrutura logística do País, contribuindo para a competitividade econômica e para a integração territorial.

Autorização de operação de Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs)

Em 2025 observamos uma redução das novas outorgas de navegação, sendo mais acentuada na navegação interior, com destaque para a travessia.

Tipo		Novas autorizações	
		2024	2025
Navegação marítima	Apoio marítimo	6	12
	Apoio portuário	51	30
	Cabotagem	8	3
	Longo curso	0	3
	Total	65	48
Navegação interior	Longitudinal de cargas	23	26
	Longitudinal de passageiros e misto	13	8
	Travessia	58	23
	Total	94	57

Empresas Brasileiras de Navegação de Investimento (EBNI)



Em 2025, concentramos nossos esforços na consolidação das diretrizes do programa BR do Mar (**Decreto nº 12.555, de julho de 2025**), que introduziu a figura das Empresas Brasileiras de Navegação de Investimento (EBNI). Com o novo marco, passamos a ter um papel mais voltado à viabilização de mercado e fiscalização de conformidade:

- **Habilitação e registro:** somos responsáveis por outorgar a autorização para que essas novas empresas (EBNIs) operem, garantindo que cumpram os requisitos do Decreto (como a dispensa de frota própria inicial, desde que haja o compromisso de investimento).
- **Monitoramento do investimento:** como a EBNI nascerá com a prerrogativa de afretar embarcações estrangeiras sem ter frota própria (em certos casos), nós atuaremos como guardião do compromisso de investimento: monitoraremos se a empresa está cumprindo os prazos de construção ou aquisição de embarcações brasileiras previstos no programa.
- **Equilíbrio concorrencial:** devemos zelar para que a entrada das EBNIs não gere desequilíbrios predatórios com as EBNs tradicionais, garantindo que a abertura do mercado resulte em aumento de oferta e redução de custos, e não apenas em substituição de bandeira.
- **Fiscalização operacional:** independentemente de ser EBN ou EBNI, é nossa competência a fiscalização da qualidade do serviço, segurança e cumprimento das normas de afretamento.

→ Porto de Tubarão (ES)

Revisão de contratos e instrumentos de outorga

A revisão de contratos e instrumentos de outorga é um resultado expressivo de nossa atuação regulatória, assegurando que a exploração da infraestrutura portuária siga o marco legal vigente. Esse esforço inclui iniciativas que promovem eficiência econômica e reduzem custos logísticos, com destaque para:

- Avaliação dos impactos concorrenciais associados às outorgas;
- Prevenção de práticas anticompetitivas;
- Estímulo à concorrência;
- Garantia de condições equânimes de acesso ao mercado.

Nesse cenário, a revisão contratual alinha os instrumentos firmados em períodos regulatórios anteriores às normas atuais, preservando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Em 2025, nossa atuação concentrou-se na manutenção da segurança jurídica e na continuidade dos investimentos:



Prorrogações contratuais

Concluimos **3 análises de prorrogação de arrendamentos**, garantindo a operação e os compromissos de investimento.

Reequilíbrios econômicos

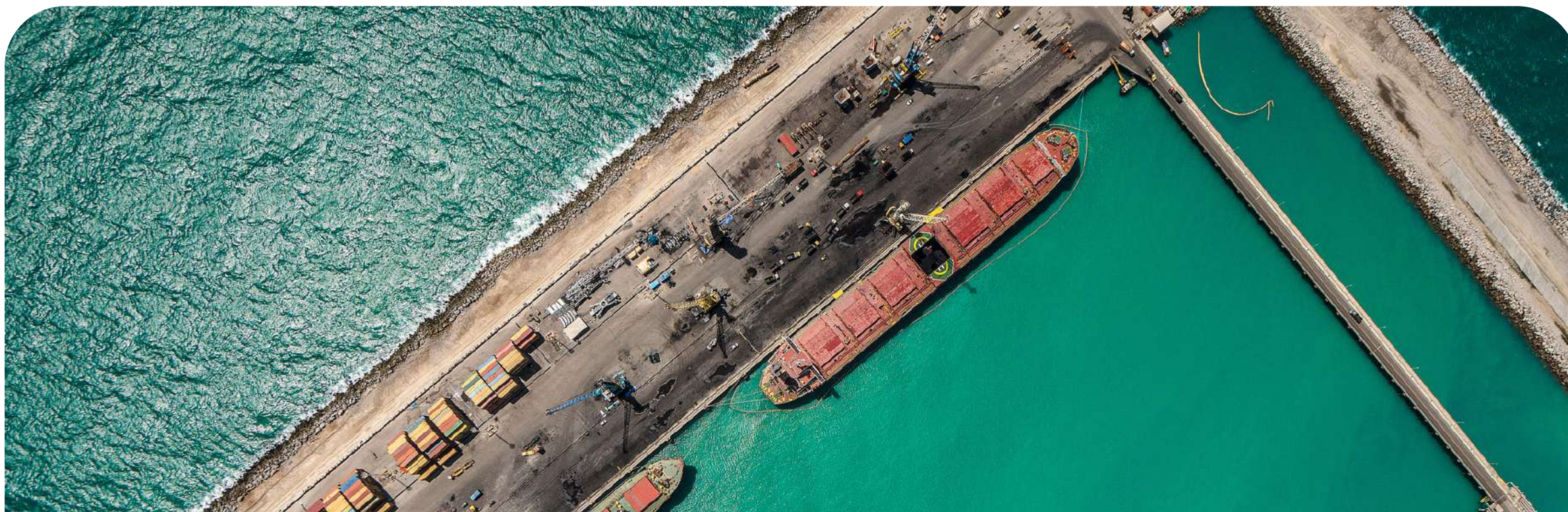
Realizamos **13 análises de reequilíbrio**, essenciais para restabelecer as condições originais dos contratos diante de eventos imprevistos, mantendo a saúde financeira dos projetos e o interesse público.

Promoção da conformidade regulatória: nossa atuação fiscalizatória

A conformidade regulatória é o principal valor público que entregamos à sociedade por meio da fiscalização. Nossa atuação busca garantir a melhoria contínua dos serviços de transporte aquaviário e da exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, verificando condições de higiene, conforto, continuidade, eficiência, regularidade, segurança, pontualidade, modicidade tarifária, cortesia no atendimento, entre outros. Esses parâmetros asseguram que a população e os agentes econômicos recebam serviços compatíveis com padrões adequados de qualidade.

Nosso escopo fiscalizatório é amplo. Alcança empresas de navegação interior e marítima autorizadas pela Agência, operações de afretamento, embarcações e instalações em construção, contratos de arrendamento portuário, TUPs, ETCS, IPTURs, instalações com benefício do REIDI, prorrogações contratuais com obrigações de investimento, operadores portuários e portos organizados — inclusive os concedidos. Em 2025, nosso universo regulado atingiu **2.412 prestadores de serviços aquaviários**, o que reforça a complexidade e a responsabilidade associadas às nossas ações.

→ Hub de hidrogênio do Porto de Pecém (CE)



Ações fiscalizadoras

Ao longo de 2025, realizamos 1.184 ações fiscalizatórias, das quais 674 foram extraordinárias (57%) e 510 programadas (43%). As fiscalizações programadas registraram o menor nível histórico, enquanto as extraordinárias mantiveram patamar elevado, impulsionadas principalmente pelas demandas encaminhadas pela sociedade.

Embora esse volume tenha diminuído 16% em relação ao ano anterior, ainda refletiu um controle social altamente ativo. As demandas da Ouvidoria desempenharam papel central nesse processo: das 963 manifestações encaminhadas à fiscalização, mais da metade estavam relacionadas à logística de contêineres,

tratadas pelo Grupo Especializado de Fiscalização de Contêineres (GEF Contêineres), criado em 2024.

O acompanhamento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) evidenciou elevada capacidade de execução, com o Indicador EPAF atingindo 96% — apenas 24 ações foram canceladas durante o ano. As fiscalizações de rotina, voltadas a inspeções semanais em áreas portuárias e de navegação interior, totalizaram 537, uma redução de 78% em relação a 2024, diretamente impactada pela diminuição da força de trabalho e pelo aumento das atividades extraordinárias.

Além dos resultados quantitativos, 2025 foi marcado por entregas qualitativas relevantes. Realizamos 240 audiências de

conciliação prévia sobre denúncias de cobrança de sobre-estadia de contêineres, que resultaram na celebração de 176 acordos — uma taxa de resolutividade de 73,3% — e economia aproximada de R\$ 23 milhões aos usuários.

O GEF Contêineres, atuando sobre gargalos estruturais da logística de contêineres, tratou mais de 500 denúncias e subsidiou o [Acórdão Antaq nº 521/2025](#), que consolidou novos entendimentos regulatórios e aprimoramentos na sistemática de resolução de conflitos. O grupo acompanhou 73 processos no primeiro semestre e 103 no segundo, assegurando controle mais rigoroso e homogêneo sobre a execução dos investimentos em terminais portuários.

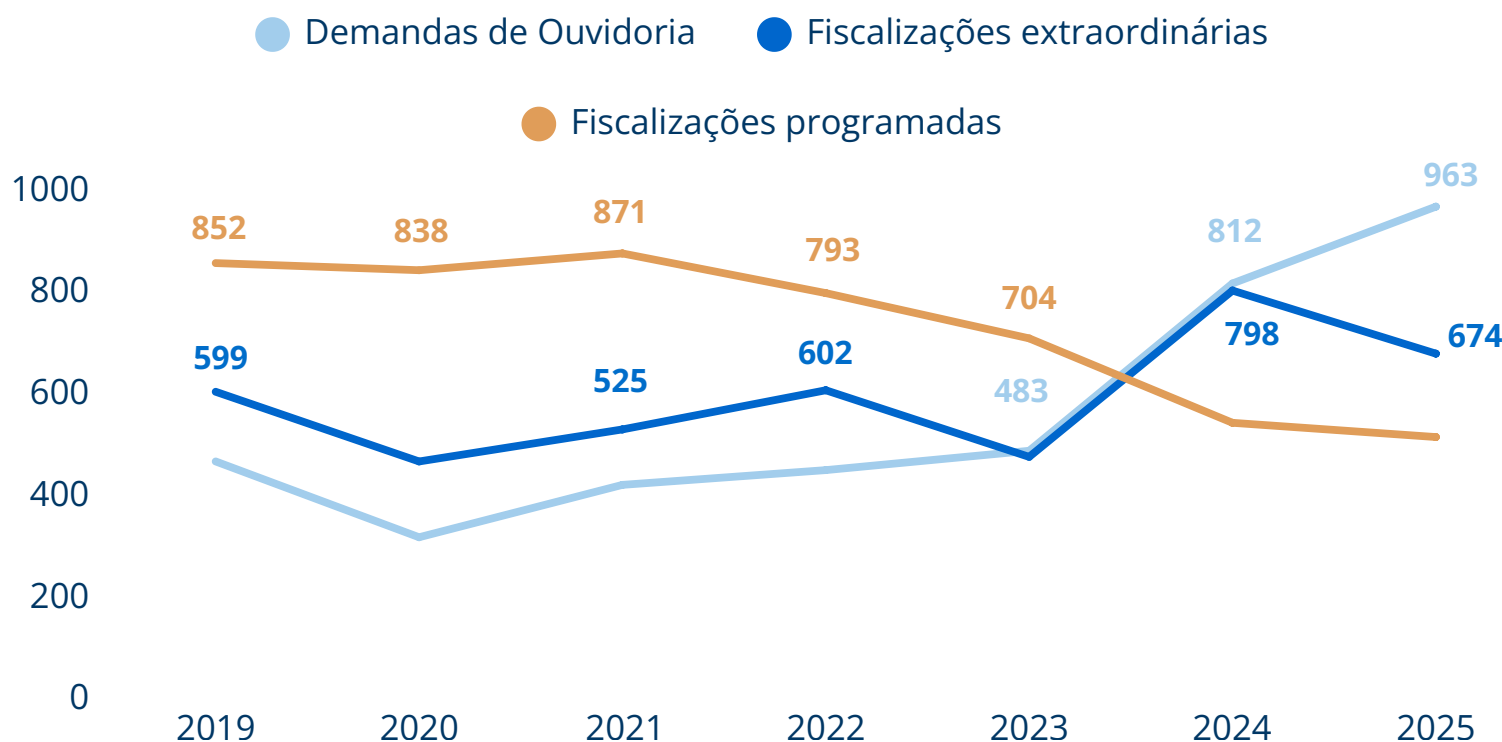
Aplicação de medidas corretivas e sancionatórias

Autos de infração e notificações de correção de irregularidade

Em 2025, lavramos 271 autos de infração, resultando na abertura de igual número de processos administrativos sancionadores — uma redução de 13% em relação a 2024. As Notificações de Correção de Irregularidade (NOCI) seguiram a mesma tendência, também com queda de 13% no período.

Ressaltamos que cada NOCI pode abranger um ou mais fatos infracionais, com prazos distintos para a regularização. Nossa atuação segue diretrizes internas rigorosas para garantir a eficácia da fiscalização: como regra, não emitimos uma nova NOCI para a mesma infração em um intervalo inferior a um ano, hipótese em que lavramos o Auto de Infração diretamente.

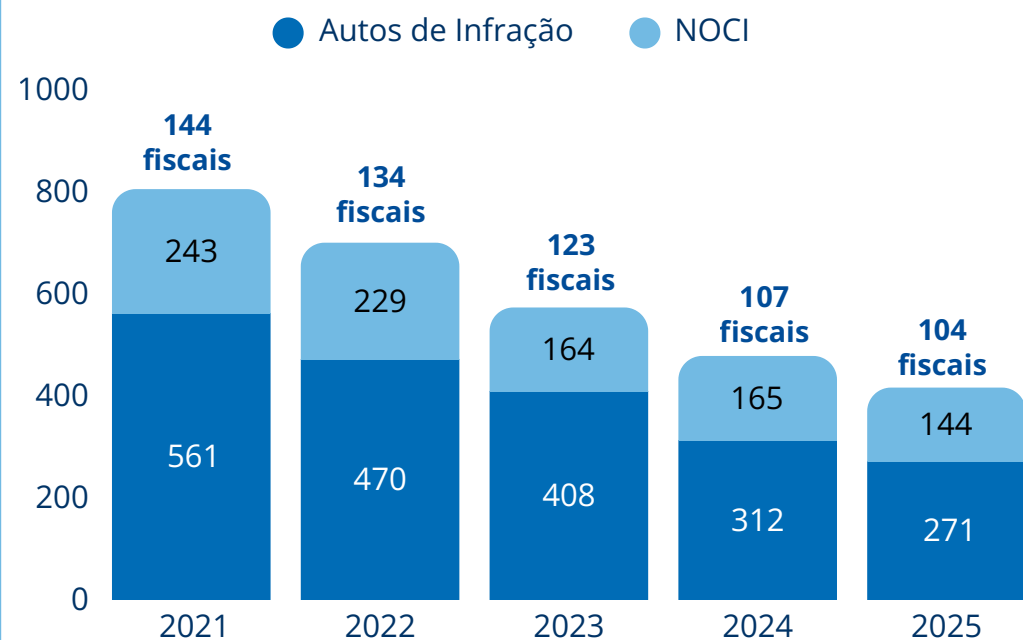
Execução de ações fiscalizadoras de 2019 a 2025



No entanto, priorizamos a resolutividade: permitimos que o fiscal, de forma motivada, emita uma nova notificação se identificar que essa medida garantirá maior celeridade à correção da falha, desde que não configure conduta protelatória por parte da empresa.

Essa estratégia reflete nosso compromisso com uma fiscalização responsiva, que busca a conformidade imediata do setor em benefício da eficiência operacional e da segurança jurídica.

Autos de Infração, NOCI e nº de fiscais*, por ano da ciência – 2019 e 2025



* Número de fiscais que atuam nas regionais

Acompanhamento dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)

Utilizamos o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como um instrumento estratégico de atuação corretiva e preventiva, servindo como uma alternativa eficaz à aplicação de penalidades pecuniárias em processos sancionadores. Por meio desse mecanismo, permitimos que o agente regulado assuma compromissos formais para corrigir irregularidades, adequar sua conduta às normas vigentes e previna reincidências. Essa abordagem promove maior efetividade regulatória e gera benefícios diretos à sociedade, priorizando a regularização do serviço sobre a simples arrecadação de multas.

Em 2025, em decorrência do julgamento de processos sancionadores, **celebramos 9 TACs**. Esse resultado reforça nossa aposta em soluções consensuais que privilegiam a melhoria contínua dos serviços aquaviários. Pautamos todos os procedimentos e critérios para a celebração desses termos na **Resolução Antaq nº 92, de 15 de dezembro de 2022**, o que nos garante transparência, segurança jurídica e isonomia em cada negociação.

[Acesse os TACs da Antaq](#)



Articulação e coordenação das ações de fiscalização

Nosso trabalho em 2025 exigiu forte capacidade de articulação com outros órgãos públicos. Atendemos cenários complexos, como o **Festival de Parintins**, no qual a população da cidade quase duplica e a navegação se intensifica de forma extraordinária. Atuamos garantindo segurança, organização operacional e fluidez no transporte de passageiros.

Também participamos de operações conjuntas em Belém, durante a preparação para a COP 30, acompanhando a atracação de navios-hotel em parceria com a Receita Federal, Marinha do Brasil e Polícia Federal. Esses casos demonstram nossa aptidão para atuar em contextos de alta demanda, risco elevado e necessidade de resposta coordenada.

Desafios enfrentados pela fiscalização

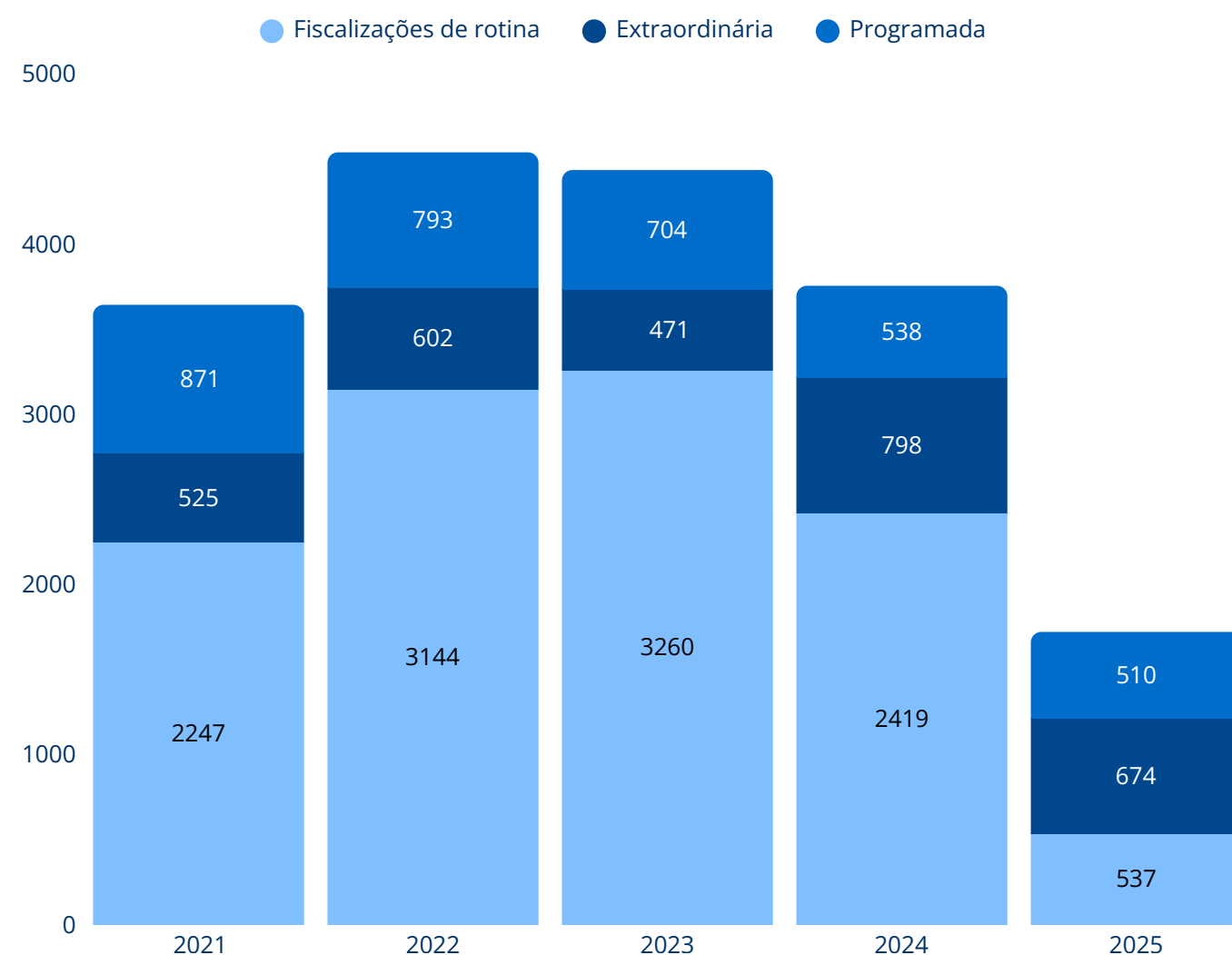
O ano também apresentou desafios expressivos. A Superintendência de Fiscalização (SFC) lidou com mais de 500 denúncias somente via Ouvidoria, em meio a uma trajetória de redução contínua de sua força de trabalho — 27% a menos desde 2021 — e à extinção de postos avançados por inviabilidade operacional, formalizada pelo **Acórdão nº 367/2025-Antaq**. Atualmente contamos apenas com 4 postos avançados: Cabedelo (PA-CAB), Paranaguá (PA-PNG), Aratu (PA-ARB) e Itajaí (PA-ITJ).

Embora o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2024) tenha trazido novos especialistas, todos foram alocados na sede

Apesar disso, reestruturamos nossas equipes e processos para manter a integridade das ações fiscalizatórias.

Para 2026, projetamos avanços importantes. Iniciaremos um novo rito fiscalizatório para 44 contratos de arrendamento, abrangendo um terço do setor já no primeiro ano.

Fiscalizações de rotina, extraordinária e programada – 2021 a 2025



Implementaremos mecanismos preventivos de monitoramento de investimentos, permitindo atuação antecipada diante de riscos de descumprimento contratual. Também modernizaremos o acompanhamento patrimonial via SisPAT e pelo novo Manual de Bens Reversíveis, fortalecendo o controle dos bens da União. Essas ações impulsionarão uma fiscalização mais inteligente, preventiva e resolutiva, consolidando a conformidade regulatória como base para a eficiência, segurança e competitividade do setor aquaviário.

→ Agente fiscal da Antaq no
Porto do Pecém (CE)



Desenvolvimento sustentável do setor aquaviário

O desenvolvimento sustentável do setor aquaviário exige equilibrar expansão da infraestrutura, eficiência dos serviços de transporte e proteção ao meio ambiente. Nesse contexto, a gestão da Agenda Ambiental da Agência integrou as dimensões ambiental, regulatória e operacional, orientando nossas ações rumo a um modelo baseado em critérios sustentáveis. Em 2025, a sustentabilidade, além de requisito de conformidade, passou a atuar como fator de competitividade, em linha com as boas práticas de ESG.

Gestão de nossa Agenda Ambiental

O biênio 2025–2026 marcou um avanço significativo nessa direção. Aprovamos a nova [Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária da Antaq 2025-2026 \(AASA 2025-2026\)](#), estruturada para fortalecer a incorporação de critérios ambientais tanto na regulação quanto na fiscalização dos serviços de transporte aquaviário e da exploração da infraestrutura aquaviária. A agenda organiza **8 projetos** e **11 ações** voltadas a promover o uso mais eficiente de recursos, ampliar a resiliência ambiental do setor e alinhar nossa atuação às melhores práticas internacionais de sustentabilidade.

O objetivo central é consolidar um setor aquaviário capaz de crescer sem comprometer a integridade ambiental, assegurando equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação dos ecossistemas.

Desempenho ambiental

Dada a implementação de políticas públicas, formuladas, sobretudo, pelo MPOR, compreendemos que o desenvolvimento do setor aquaviário ocorre concomitantemente com a proteção do meio ambiente, logo, nossa atuação regulatória e fiscalizadora está fundamentada por preceitos como a redução de poluição sonora, atmosférica e hídrica, a conservação de combustíveis e o uso racional dos recursos naturais.

No que se refere ao desempenho ambiental, progredimos na transição de um modelo de gestão ambiental para uma estratégia integrada de sustentabilidade. Nosso Planejamento Estratégico Institucional 2025–2028 foi alinhado aos ODS da ONU, reforçando o compromisso da Agência com metas globais. Iniciamos também reformas estruturais no Índice de Desempenho Ambiental (IDA), ferramenta essencial para avaliar, monitorar e induzir práticas sustentáveis no setor portuário e aquaviário.

Os resultados entregues à sociedade decorrem da sinergia entre dois macroprocessos de nossa cadeia de valor. No campo da regulação, reforçamos a inovação e a sustentabilidade como requisitos básicos para a operação do setor. Já na esfera da produção de conhecimento aquaviário, desenvolvemos estudos, consolidamos estatísticas e disponibilizamos informações qualificadas para subsidiar decisões públicas e privadas, ampliando a capacidade de gestão ambiental do setor como um todo.

Essa integração nos permite reduzir riscos ambientais associados às infraestruturas e aos serviços de transporte aquaviário, resultando em uma navegação mais segura, eficiente e ambientalmente responsável.

Resultados do ciclo de avaliação do IDA

O ciclo de avaliação do IDA, referente a 2024, abrangeu **31** Portos Organizados e **111** Terminais de Uso Privado (TUPs), e evidenciou forte recuperação e maior maturidade dos sistemas de gestão ambiental no país. Os números consolidam a evolução da gestão ambiental do setor aquaviário e demonstram que os instrumentos de regulação e de fiscalização da Agência vêm induzindo melhorias sucessivas nos padrões de sustentabilidade.

→ Apoio portuário do
Porto de Pecém (CE)



Portos organizados

No caso dos Portos Organizados, alcançamos uma média nacional de **78,37 pontos**, retomando o patamar histórico e superando a estabilidade observada nos últimos ciclos. Esse avanço reflete a crescente profissionalização das Autoridades Portuárias sob a supervisão da Agência e confirma a efetividade das diretrizes adotadas no monitoramento e na fiscalização.

O ranking de 2025 (ano-base 2024) destacou as instalações que operam na fronteira da excelência ambiental. O Porto de Suape reconquistou a liderança nacional com a expressiva pontuação de 99,74, desempenho que indica consistência máxima em suas políticas ambientais. Na sequência, observamos o elevado nível de maturidade dos portos de São Francisco do Sul (99,26) e Imbituba (98,71), que mantiveram posições de destaque no ranking. Completam o grupo das primeiras colocações os portos do Itaqui (97,30) e de Santos (96,95), evidenciando que alta produtividade e sustentabilidade avançam juntas nos maiores complexos portuários do país.

A divulgação desses resultados promove o **benchmarking setorial**, induzindo melhorias contínuas e estimulando que todas as instalações busquem padrões mais elevados de desempenho ambiental.

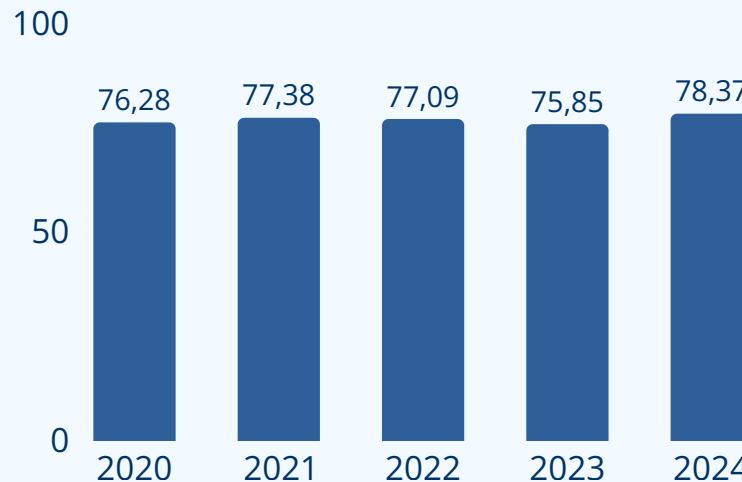
Terminais de uso privado (TUPs)

Nos Terminais de Uso Privado (TUPs), registramos um salto de desempenho: a média passou de 56,60 para **63,90** pontos, um aumento de 15% em apenas um ciclo. Esse crescimento demonstra que o setor privado respondeu de maneira consistente aos incentivos regulatórios, às demandas das cadeias globais e às expectativas por operações ambientalmente responsáveis. O nível de competitividade entre os terminais atingiu seu ponto mais alto desde a criação do IDA: quatro instalações alcançaram a pontuação máxima de 99,88: o Porto do Açu (Terminal de Minério), o Porto Itapoá, a Portonave e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. Logo na sequência, o Porto do Açu (Terminais TMULT e TCAR) completou a quinta posição, consolidando o complexo como referência nacional em sustentabilidade ambiental.

[Acesse o Painel do IDA](#)

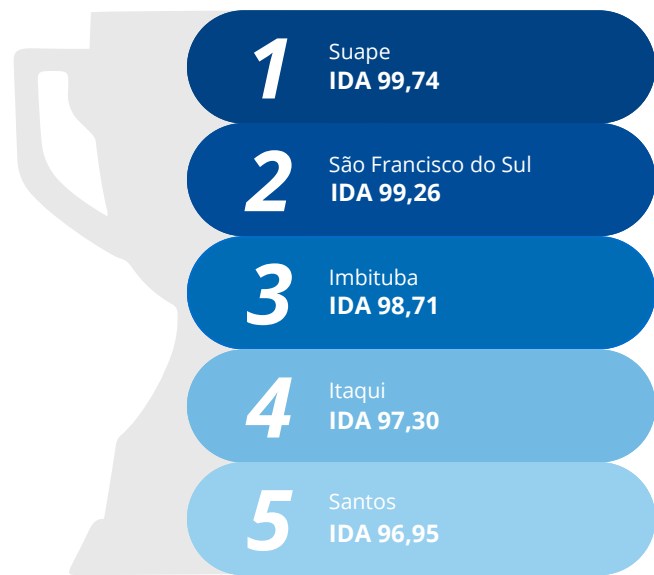

Média do IDA

Portos organizados



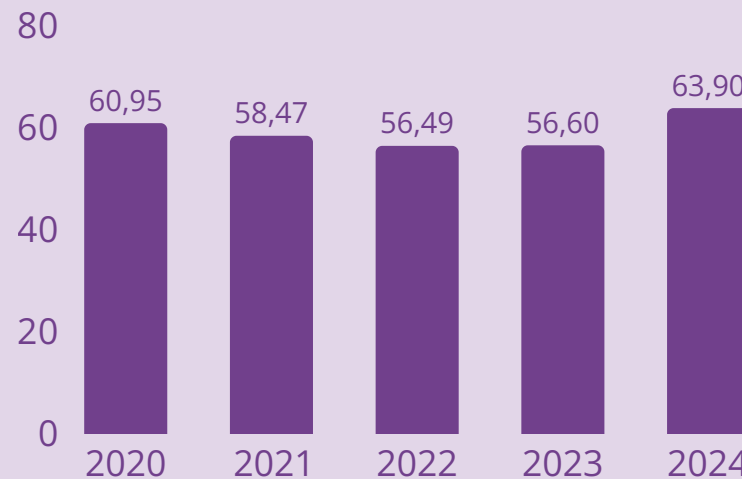
Classificação dos Portos Organizados

IDA (ano-base 2024)



Média do IDA

TUPs



Classificação dos TUPs

IDA (ano-base 2024)



Esses resultados evidenciam que a excelência ambiental é replicável em diferentes perfis de carga, contextos geográficos e modelos operacionais — e que o setor privado tem respondido de forma madura às diretrizes regulatórias da Agência. Ao monitorar e divulgar esses indicadores, estimulamos não apenas maior transparência, mas também uma competição regulatória virtuosa que eleva os padrões ambientais em toda a infraestrutura portuária brasileira.

O ciclo 2025/2024 do IDA reforça, assim, a incumbência da Agência como indutora de práticas sustentáveis, elucidando que o desempenho ambiental, para mais do que uma exigência normativa, propõe-se a ser um diferencial competitivo.

Fortalecimento do marco normativo

Em 2025, avançamos de forma decisiva no fortalecimento do marco normativo que sustenta o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), consolidando-o como um instrumento regulatório perene. A plena vigência da [Resolução Antaq nº 123/2024](#) e a implementação da [Portaria-DG nº 553/2025](#), tornaram o processo avaliativo mais racional e eficaz, ao estabelecerem a exigência de movimentação mínima de 100 mil toneladas anuais para que os TUPs sejam obrigatoriamente avaliados.

Essa medida otimiza o uso dos recursos técnicos e analíticos da Agência, concentrando esforços nas instalações em que o impacto ambiental é mais significativo, sem comprometer a capacidade de fiscalização responsiva naquelas de menor porte.

Evolução da metodologia

Simultaneamente ao fortalecimento normativo, começamos uma transformação na metodologia do IDA com a revisão completa dos critérios, pesos e dimensões avaliadas, com o escopo de projetar o futuro da regulação ambiental em portos e instalações portuárias do país. Para propiciar o mais alto rigor técnico e científico, firmamos o Termo de Execução Descentralizada (TED nº 6/2025) com a Universidade Federal Fluminense (UFF), contando também com o suporte especializado do LabPortos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), assegurando que a nova metodologia seja construída com base em evidências, boas práticas internacionais e integração multidisciplinar.

A modernização em voga integra a AASA 2025–2026 e constitui um dos resultados-chave do PEI 2025–2028, especificamente o KR 1.4: “Até 2026, implementar uma nova metodologia de aferição de critérios de sustentabilidade ambiental”, que reflete o compromisso desta Agência com a adoção dos mais avançados aparatos regulatórios.

A construção da nova metodologia tem como bússola a Agenda 2030 da ONU e os princípios ESG (Environmental, Social and Governance). Os diagnósticos produzidos pelos nossos estudos ofereceram os pilares vitais para a atualização, com destaque para: o **“Fortalecimento da relação porto-cidade para promoção e resiliência climática e sustentabilidade”** (identificado como o P39 de nossa Agenda Plurianual de Estudos 2025-2028); a publicação dos relatórios de estudo de caso e do

guia de boas práticas e recomendações relacionadas ao estudo **“Diagnóstico sobre Descarbonização no Setor Portuário Brasileiro”**; e o estudo **“Impactos e riscos da mudança do clima nos portos públicos costeiros brasileiros”**, desenvolvido em parceria com a agência alemã GIZ. A partir desse acervo, definimos três eixos estratégicos que serão fortalecidos no novo IDA:

- Mudanças climáticas, com foco em estratégias de adaptação e mitigação das infraestruturas portuárias;
- Economia circular e biodiversidade, promovendo o uso eficiente de recursos, o manejo sustentável de resíduos e a proteção de ecossistemas;
- Dimensão social e integração porto-cidade, enfatizando os impactos sociais e a necessidade de integração territorial e urbana.

O projeto inclui ainda a revisão da distribuição de pesos dos indicadores e prevê ampla participação dos interessados, o que avaliza um processo de construção colaborativo, transparente e alinhado às expectativas do setor.

Em síntese, no ano de 2025, a atualização normativa, o maior engajamento dos agentes regulados e a modernização metodológica do IDA consolidaram um ciclo virtuoso de melhoria da gestão ambiental em portos e terminais. Esses esforços atestam a competitividade do setor e fortalecem a resiliência ambiental e social da infraestrutura aquaviária, orientada pela responsabilidade socioambiental.

VALOR PÚBLICO

Conhecimento para o desenvolvimento do setor aquaviário

A produção e o uso estratégico de conhecimento são pilares essenciais para o adequado exercício da regulação, da supervisão e da harmonização dos interesses públicos, dos usuários e dos agentes econômicos do setor aquaviário. Para que a Agência possa intervir de forma eficiente, proporcional e orientada pelo interesse público, é indispensável deter informações atualizadas, diagnósticos precisos e análises robustas sobre o mercado, suas

dinâmicas operacionais, seus desafios estruturais e suas tendências de desenvolvimento.

Esse conhecimento técnico qualificado sustenta a formulação de políticas públicas, a elaboração e o aperfeiçoamento das normas regulatórias, as ações de fiscalização e o monitoramento das condições concorrenciais. Também amplia a transparência das

decisões, fortalece a previsibilidade regulatória e contribui para a construção de um ambiente setorial mais seguro, eficiente e resiliente. Dessa forma, a geração contínua de estudos, dados e pesquisas se converte em valor público ao reduzir assimetrias de informação e apoiar o desenvolvimento de serviços logísticos e de transporte de maior qualidade para a sociedade.

Estudos e pesquisas sobre o setor aquaviário

O desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o transporte aquaviário e a infraestrutura aquaviária constitui um instrumento fundamental para qualificar a intervenção regulatória. Trabalhamos para reduzir de forma sistemática as assimetrias de informação que historicamente afetam o setor, assegurando que nossas análises, decisões normativas, outorgas e fiscalizações sejam fundamentadas em evidências consistentes. A integridade e a robustez de nossas bases de dados constituem o alicerce da racionalidade decisória: quanto maior a confiabilidade dos diagnósticos produzidos pela Agência, mais eficiente e proporcional será nossa atuação regulatória.

Essa abordagem orientada por evidências permite ao País aprimorar seu planejamento logístico, minimizar distorções de mercado, fortalecer a competitividade e gerar segurança jurídica para investimentos públicos e privados.

Desempenho da Agenda Plurianual de Estudos

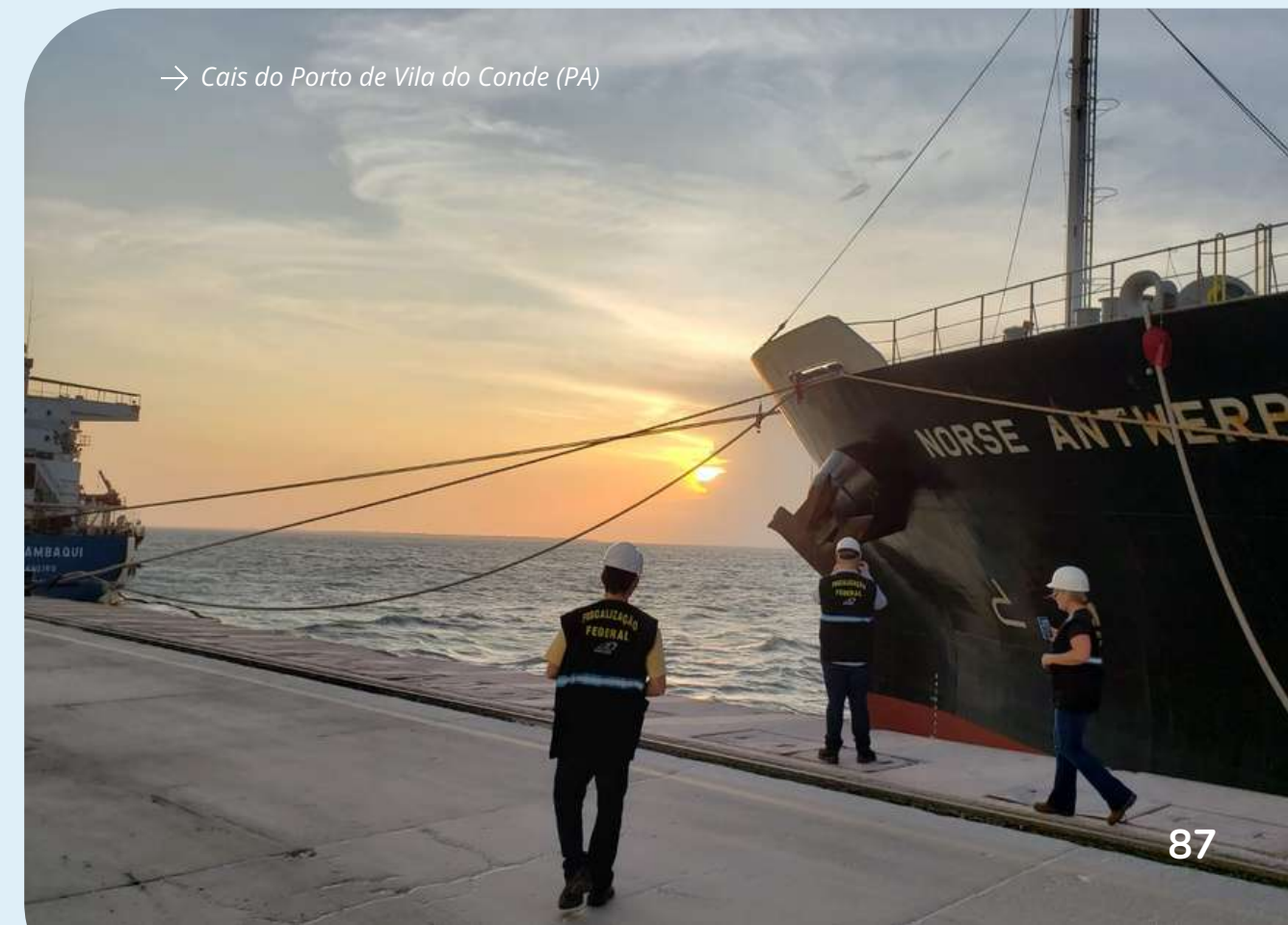
Em estrita observância à [Lei nº 10.233, de 2001](#), desenvolvemos estudos e pesquisas que, após aprovação da Diretoria Colegiada, são disponibilizados ao público no portal institucional da Agência e na Plataforma Sophia. Essas entregas compõem a [Agenda de Estudos Plurianual 2025-2028](#), aprovada pelo [Acórdão nº 782-2024-Antaq](#), que reúne os estudos prioritários do quadriênio e funciona como instrumento estratégico de planejamento, transparência e gestão do conhecimento.

Para 2025, nossa meta institucional era concluir **um estudo** previsto na Agenda Plurianual de Estudos 2025–2028, de um total de 28: P6 - “[Atualização das Vias Economicamente Navegadas \(ano-base 2024\)](#)”.

Além desse resultado, concluímos 4 estudos adicionais previstos na Agenda de Estudos 2021–2024, totalizando 5 estudos

entregues em 2025, superando nossa meta inicial e demonstrando a maturidade da política institucional de geração de conhecimento.

→ *Caís do Porto de Vila do Conde (PA)*



Estudos concluídos em 2025

[Acesse os estudos](#)


P6

Atualização das Vias Economicamente Navegadas (ano-base 2024)



APROVADO ACÓRDÃO Nº 665-2025-ANTAQ

Agenda Plurianual de Estudos

2025-2028

Acompanhamento de custos suportados pelas empresas nacionais relação ao uso de embarcações nacionais e estrangeiras



APROVADO ACÓRDÃO Nº 185-2025-ANTAQ

P38

Diagnóstico sobre descarbonização no setor portuário



APROVADO ACÓRDÃO Nº 669-2025-ANTAQ

P40

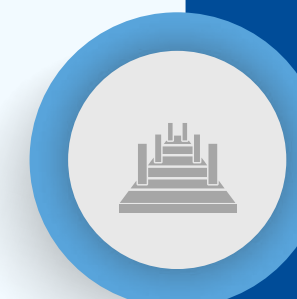
Diagnóstico sobre a implantação de terminais de uso privado



APROVADO ACÓRDÃO Nº 744-2025-ANTAQ

P39

Diagnóstico das ações realizadas pelos Portos Públicos e Terminais de Uso Privado para fortalecer a relação Porto-Cidade



APROVADO ACÓRDÃO Nº 524-2025-ANTAQ

Agenda Plurianual de Estudos

2021-2024

Desafios operacionais da Agenda Plurianual de Estudos 2025-2028

A execução da Agenda Plurianual de Estudos 2025–2028 (APE 2025-2028) enfrentou obstáculos operacionais significativos em 2025. A Gerência Especial de Estudos (GEE), unidade responsável pela coordenação e elaboração dos estudos basilares da Agência, operou sob condições severas de restrição de pessoal, o que têm colocado em risco a continuidade e a qualidade da política institucional de produção de conhecimento.

Atualmente, a viabilidade operacional da APE 2025-2028 se encontra sob intensa pressão, decorrente de uma estrutura de

pessoal extremamente reduzida: apenas quatro servidores e um gerente são responsáveis por gerir um portfólio de 28 estudos complexos, além de atender a demandas acessórias de elevada prioridade, como instruções processuais, consultas técnicas, apoio à Diretoria Colegiada e gestão de contratações de estudos especializados.

Essa desproporção entre o volume de entregas previstas e os recursos humanos disponíveis impõe riscos concretos à celeridade do trabalho, à continuidade das análises e à

consistência técnica das pesquisas. Também reduz nossa capacidade de incorporar estudos emergentes ou atender novas esse cenário evidencia que, embora a Agência tenha alcançado resultados expressivos em 2025, a sustentabilidade da Agenda Plurianual de Estudos depende da recomposição gradual da força de trabalho e da adoção de mecanismos complementares de apoio técnico, garantindo que a produção de conhecimento — um dos pilares da regulação moderna — continue atendendo ao nível de excelência exigido pelo setor aquaviário e pela sociedade.

Estudos e pesquisas sobre o setor aquaviário

A manutenção e a divulgação de dados estatísticos precisos constituem um dos pilares centrais de nossa governança regulatória. Em conformidade com as disposições da [Lei das Agências Reguladoras](#), que nos impõe o dever de assegurar transparência e reduzir as assimetrias de informação, operamos o **Estatístico Aquaviário**, que concentra dados sobre movimentação de cargas e desempenho portuário.

Essa plataforma funciona como um instrumento essencial de democratização do acesso a informações, permitindo que a sociedade, os agentes econômicos e os formuladores de políticas acompanhem, em tempo real, a dinâmica do setor. Com isso, contribuímos diretamente para:

- Mitigação de falhas de mercado, ao reduzir custos de transação e assimetrias informacionais, possibilitando que

usuários e investidores tomem decisões baseadas em dados confiáveis;

- Fomento à competitividade, ao dar visibilidade ao desempenho operacional das instalações e estimular ciclos virtuosos de benchmarking e eficiência, em consonância com os princípios da [Lei de Liberdade Econômica](#);
- Controle social efetivo, ao disponibilizar bases abertas e estruturadas que permitem a auditoria por órgãos de controle, academia, imprensa e sociedade civil.

Assim, a gestão estatística da Agência transcende a função de mera compilação de números: atua como um ativo regulatório essencial, capaz de conferir previsibilidade ao investidor e assegurar que o planejamento logístico do país seja orientado por uma base técnica sólida e confiável.

Uma inclusão relevante realizada no **Estatístico Aquaviário** em 2025 foi a possibilidade de consultar a movimentação de cargas nos portos organizados segundo a visão por áreas do porto. Essa inovação amplia a precisão das informações disponibilizadas e permite a obtenção da movimentação de cargas por arrendamentos, algo que anteriormente apresentava maior grau de dificuldade.

Em 2025, consolidamos o protagonismo do Brasil na agenda ambiental marítima global ao atualizarmos as informações de todos os portos e terminais regulados no Banco de Dados de Instalações Portuárias para Recepção de Resíduos (PRFD), integrante do GISIS, o Sistema Global Integrado de Informações sobre Marinha Mercante da Organização Marítima Internacional (IMO).

Para garantir precisão, integridade e transparência à entrega, implementamos uma solução tecnológica no Sistema de Desempenho Portuário (SDP), em estrito alinhamento à [Resolução Antaq nº 99/2023](#). Essa solução automatizou a coleta de dados sobre prestadores de serviço e operações de retirada de

resíduos de embarcações, ampliando nossa capacidade de monitoramento ambiental.

A atualização do PRFD/GISIS é fundamental para o cumprimento da Convenção MARPOL 73/78, especialmente seu Anexo V, que disciplina a prevenção à poluição por lixo proveniente de

embarcações. Ao mantermos esse banco atualizado, garantimos que a comunidade marítima internacional tenha acesso às instalações brasileiras de recepção e destinação adequada de resíduos, contribuindo para reduzir riscos ambientais e elevar o padrão de sustentabilidade da infraestrutura portuária nacional.

Módulo de Acompanhamento de Preços Portuários (APP): Inteligência e Equilíbrio de Mercado



Em 2025, atingimos um marco histórico para a Agência com a entrada em operação do Módulo APP. Esta entrega operacionaliza as diretrizes da Resolução nº 118/2024-Antaq e dota a Agência, pela primeira vez, de uma capacidade sistêmica para monitorar a composição de preços dos serviços portuários em todo o território nacional.

Desafios operacionais da produção de dados e informações do mercado regulado

Apesar dos avanços significativos obtidos em 2025 e da sofisticação crescente do nosso ecossistema de dados, enfrentamos desafios estruturais que impuseram limites à celeridade de nossa agenda estatística. Atuamos com foco na continuidade das entregas essenciais, priorizando a qualidade técnica mesmo diante de restrições operacionais.

O primeiro obstáculo decorreu de **restrições orçamentárias**, que exigiram o replanejamento tático de metas. O contingenciamento de recursos impôs a fragmentação do projeto de atualização das áreas dos portos organizados — fundamental para o planejamento territorial e logístico do país — que precisou ser redistribuído em um cronograma de dois anos. Embora necessária para manter a sustentabilidade financeira da Agência, essa medida adiou a consolidação das bases georreferenciadas referentes aos portos organizados.

O segundo desafio esteve associado ao déficit de capital humano especializado, agravado por saídas temporárias de servidores em licenças de interesse particular. A expansão de demandas qualificadas não foi acompanhada pela reposição proporcional de profissionais aptos a absorver o volume de

solicitações. A Gerência Especial de Estudos (GEE), que já atuava com quadro enxuto, enfrentou sobrecarga significativa, exigindo esforços da equipe remanescente para garantir a integridade das entregas e evitar comprometimentos técnicos.

Por fim, enfrentamos **limitações tecnológicas** decorrentes da obsolescência de sistemas legados, especialmente no Sistema de Desempenho Portuário (SDP). Por se tratar de uma plataforma antiga, o sistema apresenta restrições arquiteturais que dificultam a implementação de atualizações necessárias para captar novas informações dos regulados. Essas limitações retardam a modernização dos instrumentos de coleta de dados e evidenciam a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura tecnológica mais ágil, escalável e aderente às demandas atuais do setor.

Mesmo diante desse cenário, conseguimos manter a confiabilidade das nossas estatísticas, assegurando que a produção de dados continuasse atendendo às expectativas de robustez e precisão que a sociedade e o mercado demandam.

[Acesse os Boletins Estatísticos Aquaviários](#)





Estatísticas de 2025

movimentação nos portos brasileiros

Principais mercadorias

MINÉRIO DE FERRO



30,3%

é o que representa do total da movimentação

SOJA



14%

foi o crescimento na movimentação

FERTILIZANTE



A importação cresceu

6,9%

MILHO



A exportação cresceu

10,6%

PORTO PRIVADO

65%

↑ **7%**

2024-2025

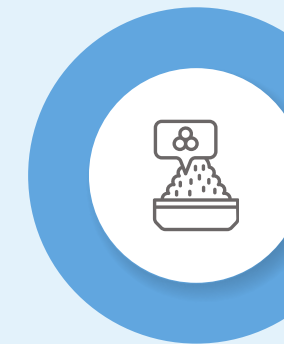
PORTO PÚBLICO

35%

↑ **4,5%**

2024-2025

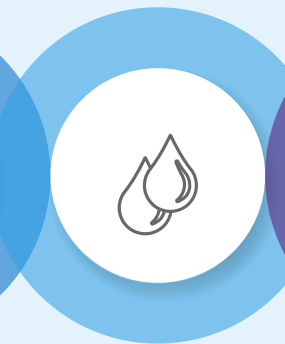
Perfis de carga



+6,3%

GRANEL SÓLIDO

Destaque para a soja, que *cresceu 10,5%* na exportação



+6,1%

GRANEL LÍQUIDO

Destaque para o óleo bruto, que *cresceu 9%*



+10,2%

CARGA CONTEINERIZADA

Destaque para a carne bovina congelada, que *cresceu 23%* na exportação



+0,8%

CARGA GERAL SOLTA

Destaque para a pasta de celulose, que *cresceu 7,1%* na exportação

1,403 bilhão de ton

movimentação total

↑ **6,1%**

em relação a 2024

Acesse o Estatístico Aquaviário

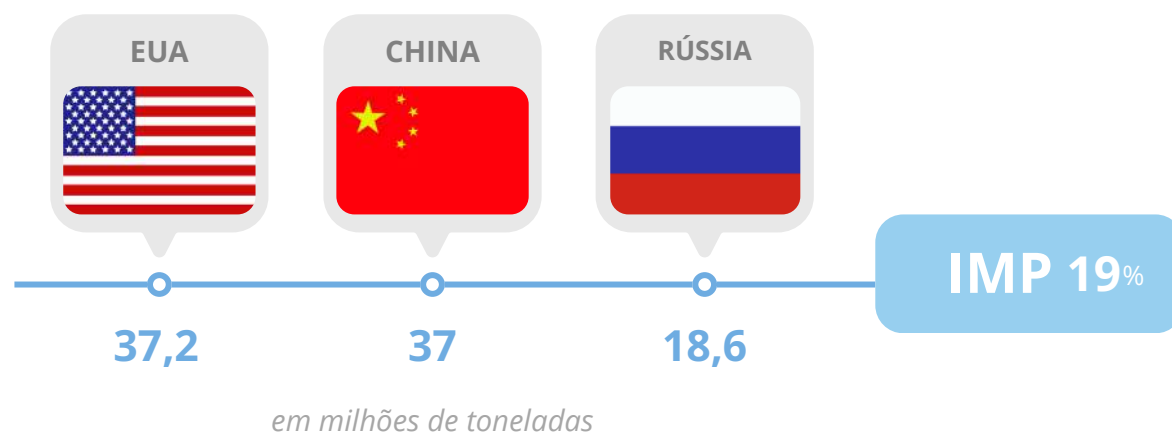
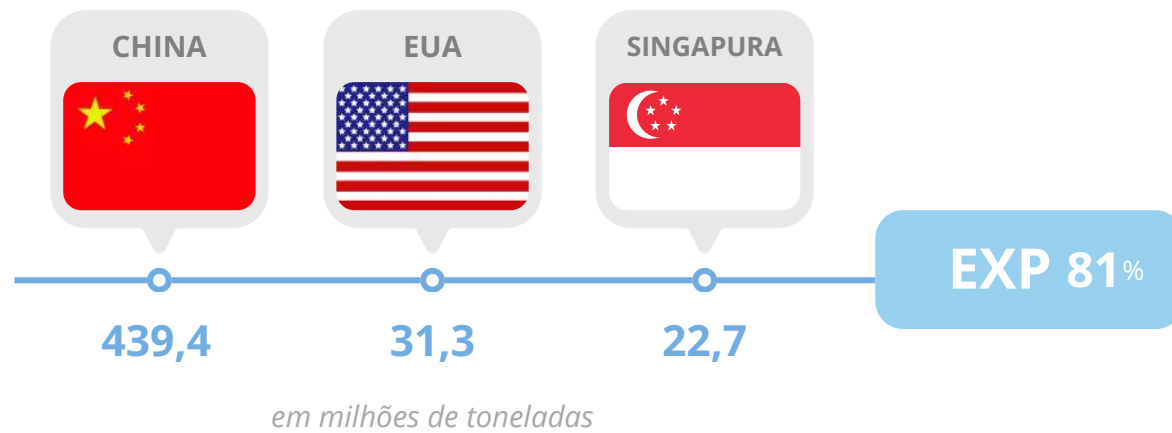


TIPOS DE NAVEGAÇÃO

panorama por categoria

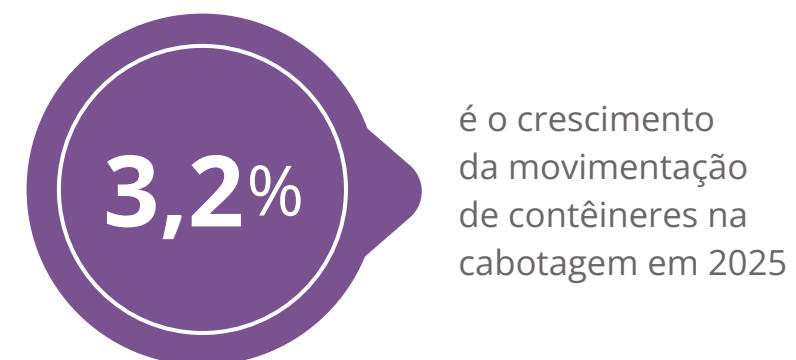
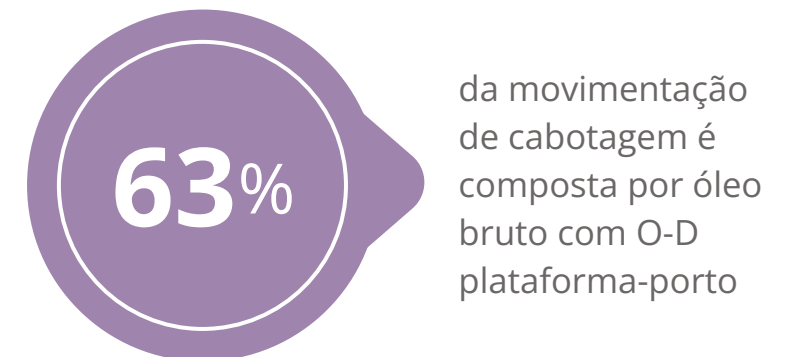
Longo curso

1,006 bilhão de ton



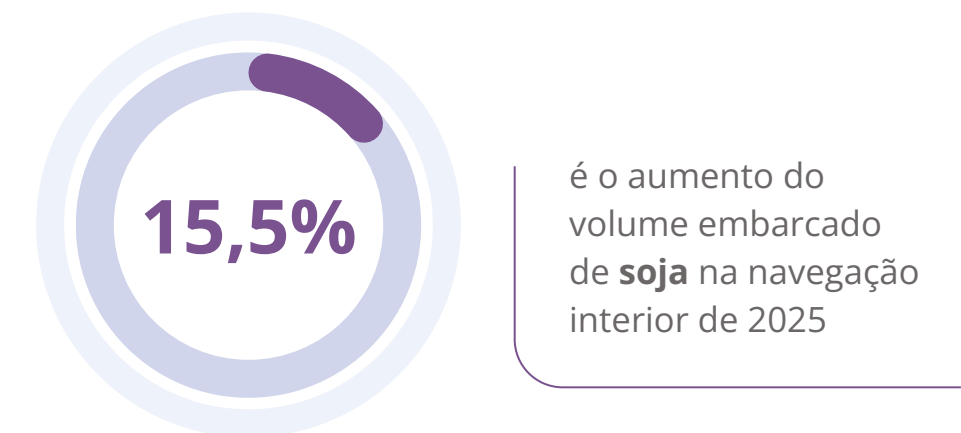
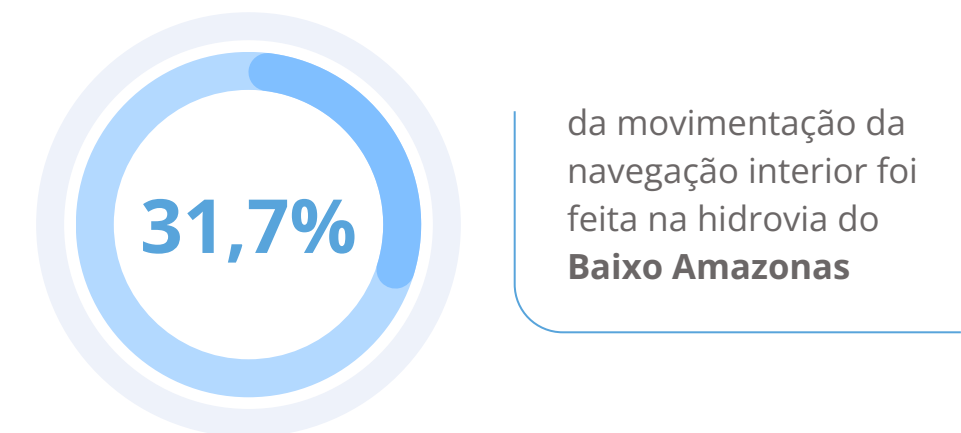
Cabotagem

222,9 milhões de ton



Interior

144,9 milhões de ton



Nossos recursos

NESTE CAPÍTULO, evidenciamos que, para cumprir nossas competências regulatórias e fiscalizatórias de forma eficiente e alinhada ao interesse público, dependemos de um conjunto estruturado de recursos humanos, orçamentários, tecnológicos e institucionais. Esses elementos sustentam a execução das atividades finalísticas e o funcionamento dos processos de governança e estratégia.



Pessoas: capital humano

As pessoas são nosso principal ativo. Entretanto, a disponibilidade, a alocação e a sustentabilidade da força de trabalho configuram riscos institucionais relevantes, sobretudo diante da expansão das competências e atribuições regulatórias da Agência. O adequado equilíbrio da estrutura de pessoal é determinante para garantir a qualidade técnica, a previsibilidade regulatória e a eficiência na prestação de serviços ao setor e à sociedade.

Nosso quadro de pessoal, em 31 de dezembro de 2025, era composto por 358 servidores, dos quais 299 tinham vínculo e estavam em exercício na Antaq, além de 9 redistribuídos, 46 servidores movimentados de outros órgãos e 8 servidores sem vínculo, totalizando assim um quadro com 358 servidores. Em 2025, 26 servidores estavam cedidos para outros órgãos e 10 licenciados.

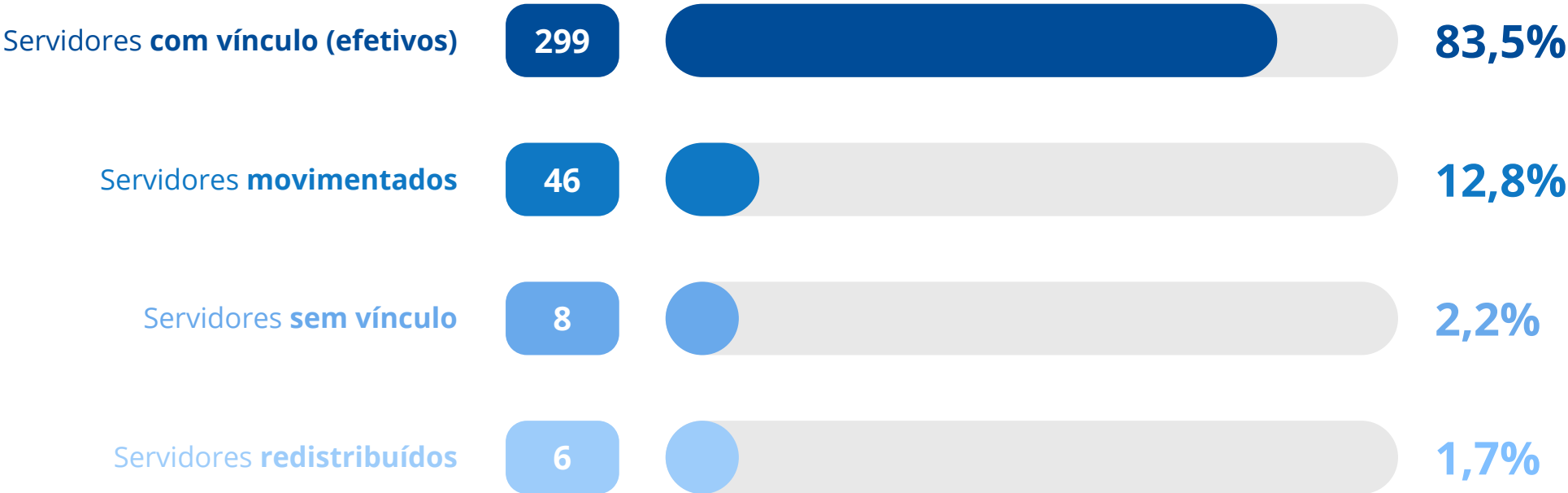
Adicionalmente, temos 230 colaboradores terceirizados que prestam serviços e 31 estagiários.

Em 2025, a distribuição racial de nosso corpo de 358 servidores concentra-se majoritariamente nos grupos branco (58,65%) e pardo (34,07%).

Sob a ótica da diversidade, a representatividade de servidores pretos é de 4,4%, seguidos por profissionais de ascendência amarela (2,5%) e indígena (0,3%)



QUADRO GERAL DE SERVIDORES



Definições

Para melhor compreender a distribuição dos servidores por categoria, bem como analisar de forma mais precisa a força de trabalho efetivamente disponível, apresentamos, a seguir, as definições de cada grupo.

Servidores **com vínculo**

Representam os servidores públicos titulares de cargos efetivos da Antaq integrantes das carreiras de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários (ERSTA), Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários (TRSTA), Analista Administrativo (AA) e Técnico Administrativo (TA)

Servidores **movimentados**

Representam os servidores que pertencem ao quadro de outro órgão ou entidade da Administração Pública e que são solicitados pela Antaq para exercerem atividades na Agência

Servidores **redistribuídos**

Representam os servidores de outro órgão federal cujos cargos foram deslocados permanentemente para o quadro de pessoal da Antaq. Diferente dos demais, o redistribuído passa a ser, para todos os efeitos, um servidor da casa, com vínculo definitivo na Agência

Servidores **sem vínculo**

Representam os profissionais que ocupam exclusivamente cargos em comissão ou de livre nomeação e exoneração. Não prestaram concurso público para a Agência e não possuem estabilidade, exercendo funções de direção, chefia ou assessoramento por tempo determinado

Servidores **cedidos para outros órgãos**

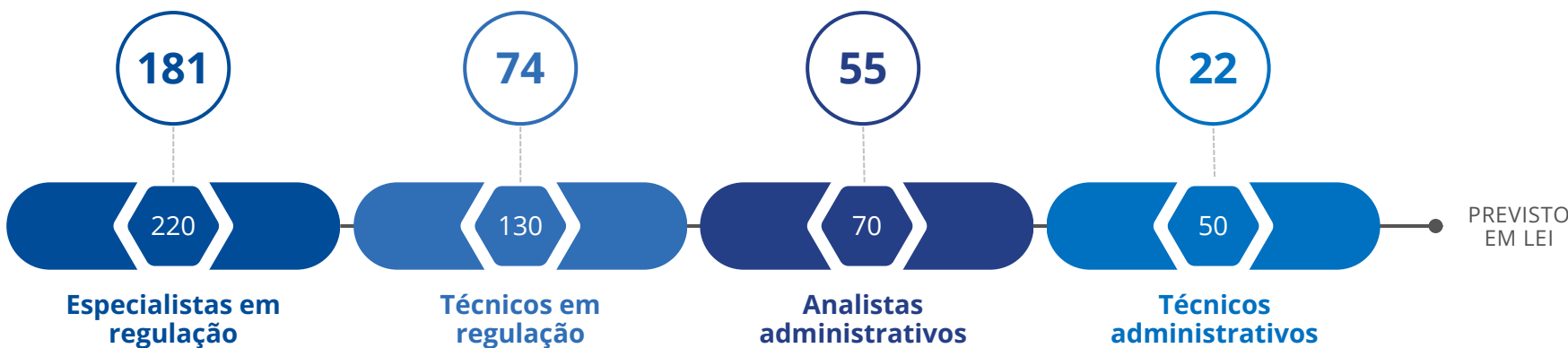
Representam os servidores da Antaq colocados à disposição de outros órgãos ou entidades

Servidores **licenciados**

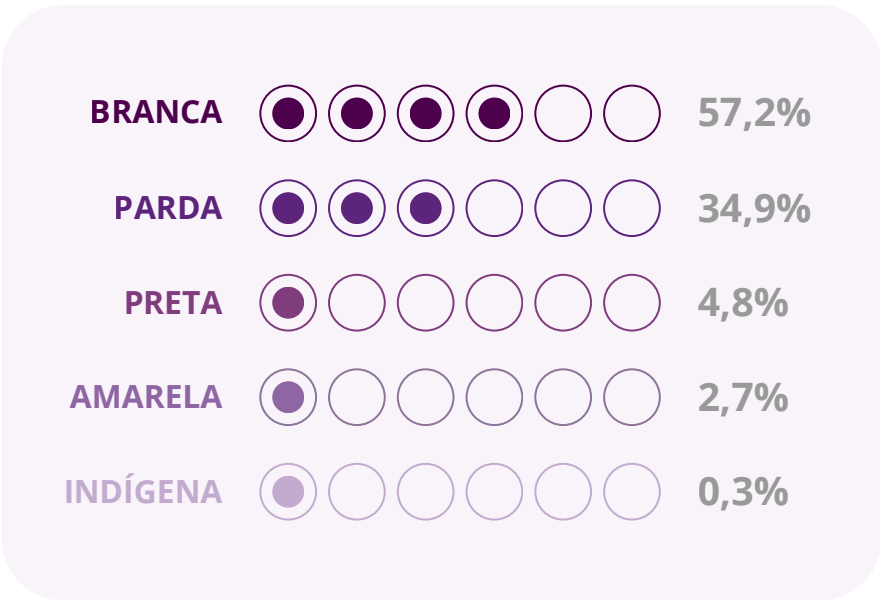
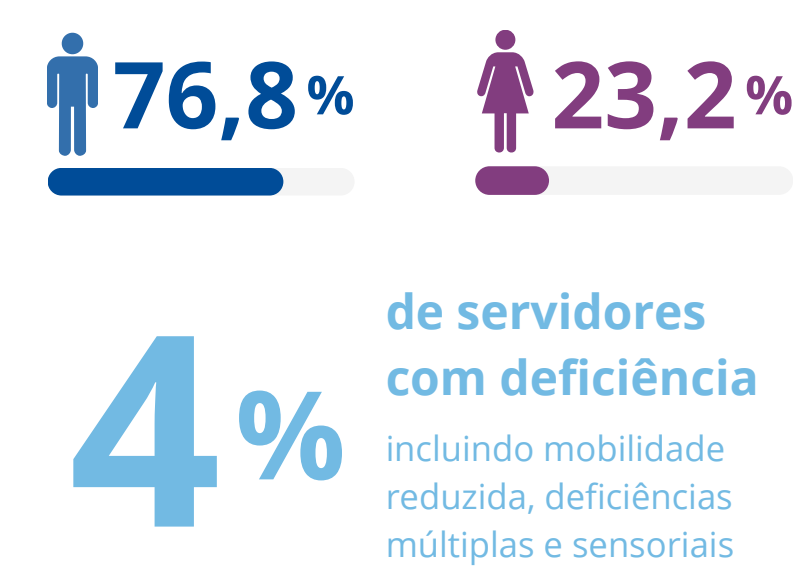
Refere-se ao servidor do quadro próprio da Antaq que se encontra legalmente afastado de suas atividades. Esse afastamento pode ocorrer por motivos previstos em lei, como para tratamento de saúde, capacitação, mandato eletivo ou para tratar de interesses particulares (sem remuneração)

Servidores efetivos

Dos 470 cargos efetivos previstos na Lei nº 10.871, de 2004, apenas 332 estão atualmente ocupados representando 70,64% da força de trabalho legalmente prevista, distribuídos da seguinte forma:



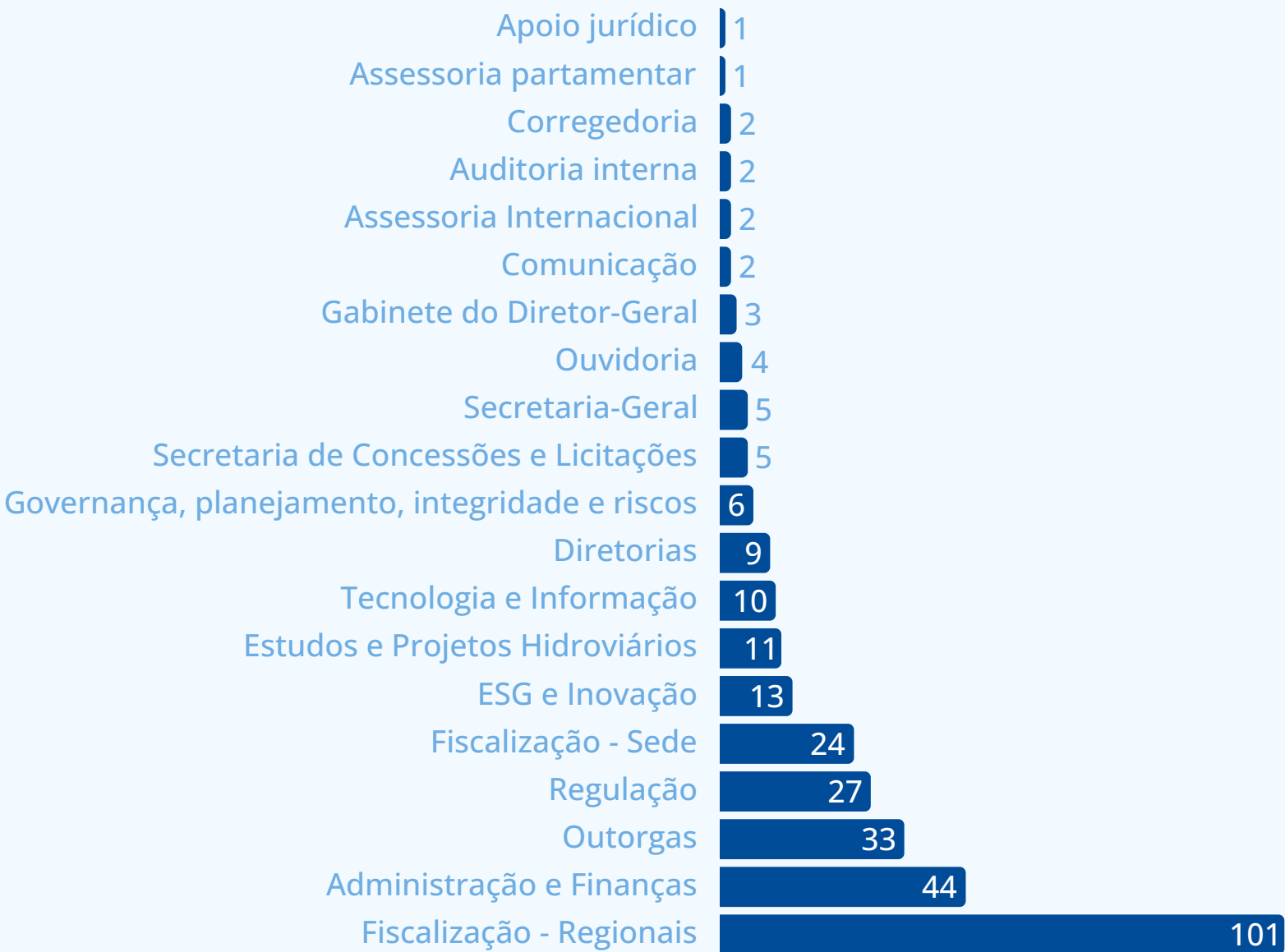
Dos 332 cargos ocupados, 26 servidores encontram-se cedidos para outros órgãos da administração pública e 10 encontram-se licenciados.



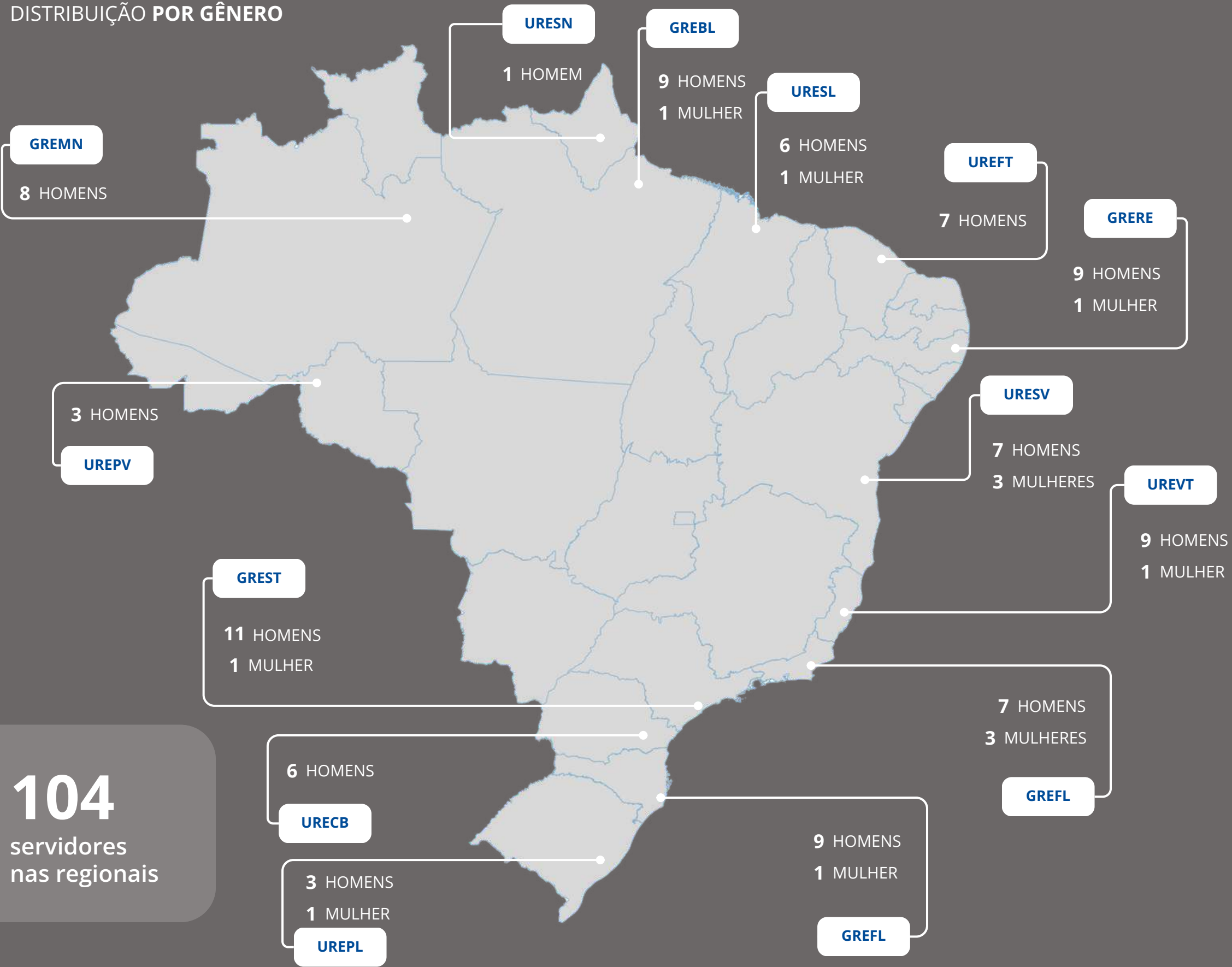
Servidores ativos

Em 2025, nosso quadro de servidores com vínculo, entre efetivos e servidores redistribuídos de órgãos extintos, era composto por **305 pessoas**

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS EM EXERCÍCIO NA ANTAQ



DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO



Servidores nas regionais

Em 2025, a maior parte de nossos servidores efetivos continua concentrada nas unidades regionais de fiscalização, totalizando 104 profissionais (sendo 99 efetivos, 4 redistribuídos e 1 cedido na URESN). Este grupo de 104 pessoas está distribuído em 6 gerências regionais, 8 unidades regionais e 4 postos avançados de fiscalização: Cabedelo (PA-CAB), Paranaguá (PA-PNG), Aratu (PA-ARB) e Itajaí (PA-ITJ). Isso reforça a importância e a centralidade dessa atividade na missão institucional.

O perfil de gênero nas regionais é ilustrado no mapa ao lado, onde os homens (91) correspondem a 87,5% dos servidores ativos nas unidades regionais, enquanto as mulheres (13) representam 12,5%.

Em 2025, a única unidade regional sob a liderança de uma mulher é a de Vitória (UREVT)

Recomposição de nosso quadro de pessoas

Em 2025, recebemos 26 novos Especialistas em Regulação (ERSTAs) aprovados na 1ª edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Destes, 23 tomaram posse e 20 permaneciam em exercício até dezembro. No segundo semestre do mesmo ano, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a criação adicional de 15 vagas para o cargo de ERSTA, resultando na convocação de 25 candidatos (10 da autorização inicial e 15 adicionais) para a 2ª turma do Curso de Formação, com início previsto para fevereiro de 2026.

Também participamos da 2ª edição do CPNU, destinada ao provimento de 30 vagas de Técnico em Regulação (TRSTA), com posse prevista para março de 2026. Ainda em 2026, está programada uma nova solicitação de autorização para concurso público, visando o preenchimento das vagas remanescentes, especialmente para os cargos de Analista e Técnico Administrativos, que são fundamentais no apoio às atividades de regulação. Esses cargos apresentam um déficit acumulado de 35,83% em relação ao número autorizado na [Lei nº 10.871, de 2004](#), que criou as carreiras da Antaq.

A recomposição da força de trabalho visa fortalecer e agilizar os procedimentos necessários para a realização das licitações de arrendamentos e concessões portuárias, além de concessões hidroviárias e reforçar o efetivo da Agência nas gerências, unidades regionais e postos avançados, estruturas essenciais para a fiscalização e implementação de novas competências regulatórias atribuídas à Agência.

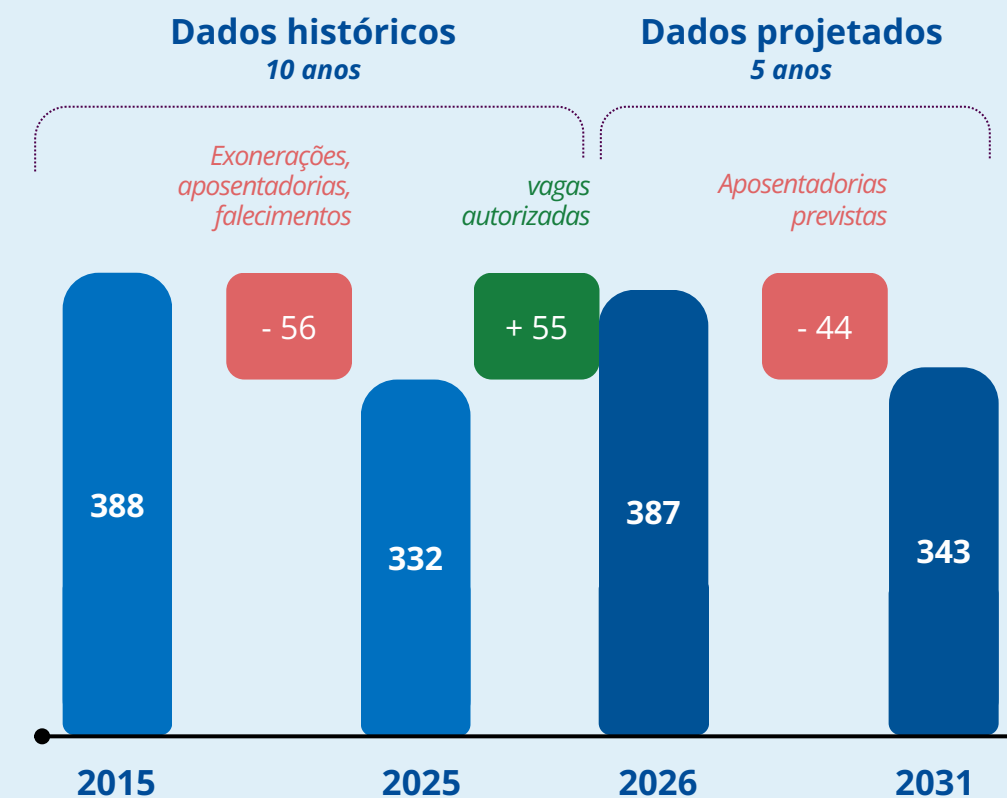
Apesar dos esforços realizados, a força de trabalho da Agência continua sendo estruturalmente insuficiente para atendimento das competências institucionais e demandas do MPOR, e com a previsão de novas atribuições dispostas no [Decreto nº 12.555, de julho de 2025](#). A [Lei nº 10.871, de 2004](#), prevê 470 cargos efetivos, dos quais apenas 332 estão ocupados, representando cerca de 70% da força de trabalho legalmente prevista. Estamos **atuando com 299 servidores**. Esse cenário é agravado pela alta rotatividade nas carreiras públicas, intensificada pelas regras do CPNU, e pela expectativa de **aposentadoria de 44 servidores** nos próximos cinco anos, considerando os quadros efetivo e específico.

Com base nos dados apresentados, concluímos que, mesmo considerando a entrada de 55 novos servidores em 2026 e supondo um cenário otimista sem novos desligamentos até 2031, a previsão de aposentadoria de 44 servidores nesse período limitará o crescimento do quadro efetivo.

Assim, a diferença entre a situação de 2025 (332 servidores efetivos) e a previsão para 2031 (de 343 servidores, considerando a nomeação dos 55 cargos autorizados e a aposentadoria de 44 servidores) resulta em um saldo positivo de apenas 11 servidores no período de 2025-2031, evidenciando que as reposições serão quase totalmente compensadas pelas saídas esperadas, o que comprometerá o atendimento das crescentes demandas institucionais.

Essa situação traz riscos significativos à continuidade operacional, à capacidade regulatória, à fiscalização descentralizada e à pontualidade nas entregas institucionais da Agência, exigindo o fortalecimento das estratégias de provimento, alocação territorial, retenção e planejamento da força de trabalho.

PROJEÇÃO ESTIMADA DO NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS

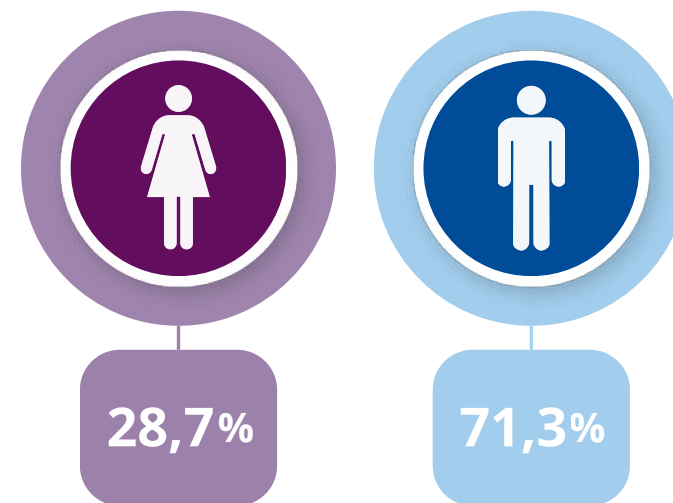
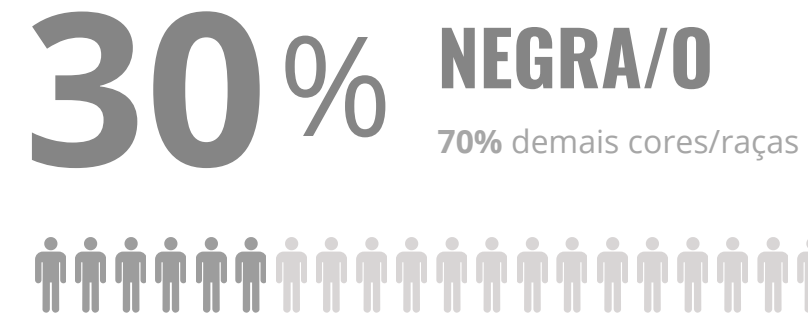


Perfil de nossa liderança

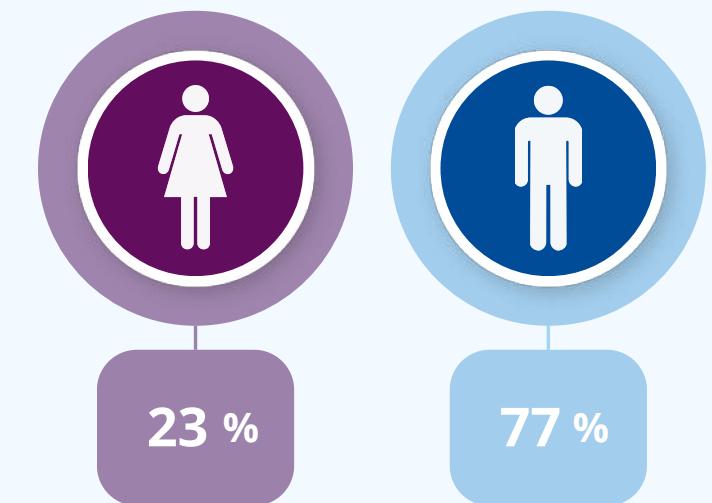
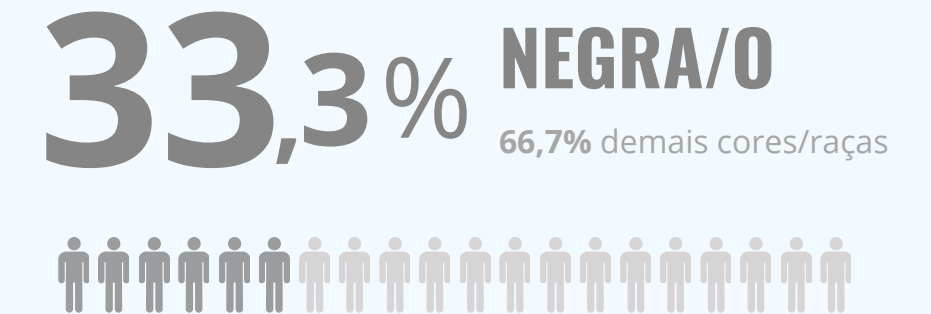
Quanto à representatividade étnico-racial em posições de liderança, atuamos em total consonância com o [Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023](#). Em 2025, alcançamos a meta legal de preenchimento de cargos com pessoas negras, registrando 30% de ocupação dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE) 1 a 12. Nas posições de alta liderança (níveis 13 a 17), superamos o índice mínimo ao atingirmos 33,3% de representação de servidores negros, frente a 66,7% das demais cores ou raças.

Sob o recorte de gênero nos cargos de alta gestão (níveis de 13 a 17), identificamos que 23% das posições são ocupadas por mulheres e 77% por homens. Esses indicadores são fundamentais para o nosso monitoramento estratégico, permitindo-nos alinhar a governança interna às melhores práticas de equidade e fortalecer o capital humano da Agência.

CCE/ FCE 1 A 12



CCE/ FCE 13 A 17



Gastos com o pessoal

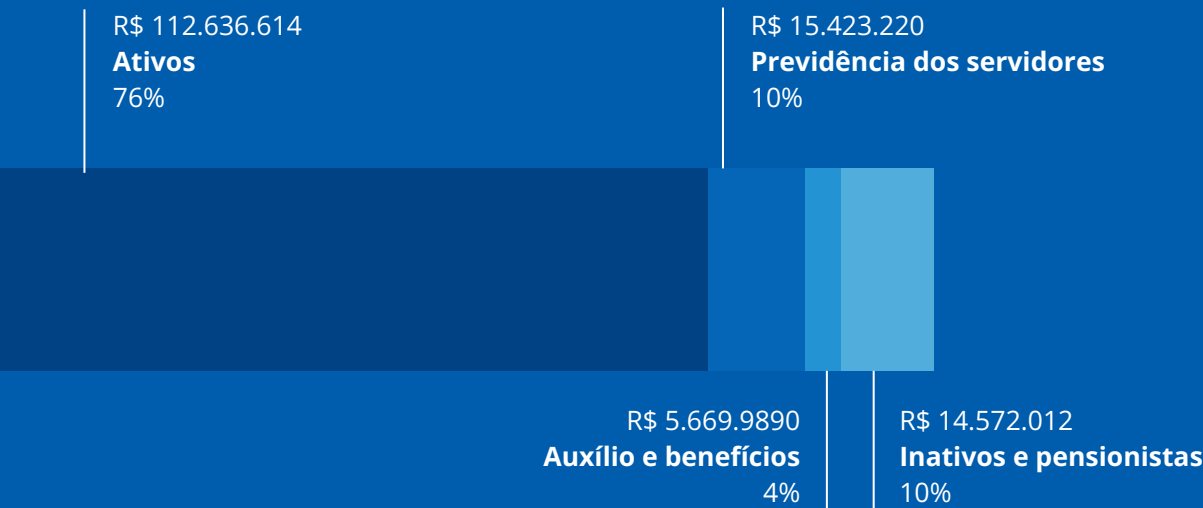
Em 2025, a despesa total com pessoal alcançou R\$ 148,3 milhões (valores empenhados), incluindo R\$ 5,7 milhões em benefícios obrigatórios, R\$ 15,4 milhões destinados à previdência dos servidores ativos e R\$ 14,5 milhões relativos a inativos e pensionistas.

Comparado a 2024, houve aumento de 16,3% nas despesas com inativos e pensionistas e acréscimo de 19% nas despesas com pessoal ativo, impulsionado pela posse dos novos servidores ERSTA em 2025.

No que se refere aos servidores ativos, os gastos passaram de R\$ 94,6 milhões em 2024 para R\$ 112,6 milhões em 2025. Esse movimento é decorrente, primordialmente, das atualizações salariais e reestruturações de carreira vigentes, fundamentais para a retenção de talentos e para a manutenção da excelência técnica nas atividades finalísticas.

Em paralelo, os dispêndios com inativos e pensionistas também apresentaram evolução, passando de R\$ 12,5 milhões para R\$ 14,5 milhões. Observamos que a gestão desses recursos é pautada pelo rigoroso cumprimento das obrigações previdenciárias e pela garantia dos direitos adquiridos, mantendo o equilíbrio entre a renovação do quadro de pessoal e o respeito ao histórico contributivo de nossos colaboradores.

DISTRIBUIÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL EM 2025



R\$ 148,3 MILHÕES
despesa total com pessoal

R\$ 94,6 MILHÕES
R\$ 112,6 MILHÕES

R\$ 12,5 MILHÕES

R\$ 14,5 MILHÕES

2024

2025

● ATIVOS
● INATIVOS E PENSIONISTAS

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Gestão da força de trabalho terceirizada e auxiliar

Nosso quadro de pessoal, em 31 de dezembro de 2025, contava também com 230 colaboradores terceirizados que prestam serviços e 31 estagiários.

A força de trabalho auxiliar é essencial para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais, permitindo que os servidores concentrem esforços nas funções típicas de Estado — regulação, fiscalização e outorga.

Em nossa estrutura de apoio logístico e administrativo, contamos com uma força de trabalho terceirizada composta por 209 profissionais (não incluindo os colaboradores de transporte e logística).

Ao analisarmos o perfil desse contingente, destacamos uma expressiva representatividade negra, que atinge 65% do total do quadro (136 colaboradores, entre pretos e pardos).

Essa pluralidade étnico-racial é acompanhada por uma forte presença feminina, uma vez que as mulheres representam 64% do nosso corpo técnico externo.

COLABORADORES
TERCEIRIZADOS

230

31

ESTAGIÁRIOS

Entre os homens, a representatividade negra é mais acentuada, totalizando 70% do grupo, com 47 pardos e 6 pretos, somados a 22 colaboradores brancos

40%



75

colaboradores

Nossa força de trabalho feminina é majoritariamente negra, contando com 65 mulheres pardas e 18 pretas (62% do grupo), além de 51 brancas

60%



134

colaboradoras

Contratos de terceirizados e colaboradores

Assistente Técnico Administrativo Superior (50 postos)
Esplanada Serviços Terceirizados Ltda
Processo nº 50300.001288/2022-47

Serviço de Apoio Administrativo – Nível Médio e Recepção (32 postos)
RCS Tecnologia LTDA
Processo nº 50300.012984/2020-17

82
postos

Apoio administrativo

Apoio técnico especializado

11
postos

Contador, economista e estatístico
Connector Engenharia Ltda
Processo nº 50300.006318/2023-92

Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra
Brasfort Administração e Serviços Ltda
Processo nº 50300.008807/2025-41

68
postos

Secretariado

Brigada (10 postos)
Cristal Terceirização de Serviços Ltda
Processo nº 50300.018038/2021-65

Vigilância sede (14 vigilantes)
Empresa: Vippim Segurança e Vigilância
Processo nº 50300.027205/2024-10

24
postos

Segurança e brigada

Transporte e logística

21
postos

Locação de veículos com motorista (nacional) (21 postos)
Empresa: Coopertran Cooperativa de Transporte Rodoviário Ltda
Processo nº 50300.011766/2023-16

Copeiragem e garçonomia (7 postos)
Master Engenharia e Segurança Patrimonial Ltda
Processo nº 50300.007769/2023-47

Manutenção predial (4 postos)
WS Engenharia Industrial Ltda
Processo nº 50300.009995/2024-43

Serviço de Limpeza da Sede da Antaq (13 postos)
Ágil Serviços Especiais LTDA
Processo nº 50300.020501/2020-58

24
postos

Limpeza e conservação

Capacitações

A capacitação da força de trabalho é um elemento estruturante e um fator crítico para assegurar a efetividade, a qualidade técnica e a tempestividade das ações regulatórias. No entanto, em 2025, nossa política de desenvolvimento de pessoas foi impactada pelas restrições orçamentárias, criando um cenário de risco para a eficiência operacional e para a resposta institucional diante da ampliação e da crescente complexidade de nossas competências legais.

O planejamento e a gestão das ações de capacitação foram orientados pelo Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), elaborado em conformidade com [Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019](#), e [Instrução Normativa SGP-ENAP/ SEDGG/ME nº 21/2021](#). Em 2025, executamos as ações do PDP vigente e priorizamos a elaboração do PDP 2026, que adotou abordagem metodológica mais estruturada para identificar necessidades alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional em um cenário de restrição fiscal.

Isto posto, adotamos iniciativas voltadas à racionalização de gastos e à maximização do retorno institucional das ações de desenvolvimento. Priorizamos cursos de curta e média duração contratados pela Agência e ampliamos o uso da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC).

Registramos investimento de R\$ 88.452,13 em GECC

O que permitiu aproveitar a expertise de servidores da própria Administração Pública, estimulando a disseminação interna do conhecimento, valorizando o corpo técnico e racionalizando o gasto público, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

Também incentivamos a participação em capacitações oferecidas gratuitamente por escolas de governo e instituições parceiras, que contribuíram para mitigar os efeitos das limitações orçamentárias, mantendo os processos de aprendizagem contínua.

Em 2025 executamos **35 ações educacionais nacionais**, com a oferta de 231 vagas, totalizando investimento de **R\$ 259.241,36** em capacitações com custo direto para a Agência. As ações abrangeram conteúdos técnicos, gerenciais e estratégicos, atendendo tanto às áreas finalísticas quanto às áreas de suporte, observadas as limitações orçamentárias do exercício. No que se refere às capacitações internacionais, adotamos uma estratégia pautada na seletividade, na aderência às prioridades institucionais e na minimização de impactos orçamentários. Priorizamos oportunidades sem custo direto ou com baixo impacto financeiro. Ainda, realizamos **10 capacitações internacionais**, com a participação de 12 servidores, totalizando investimento de **R\$ 192.412,51**.

Essas ações contemplaram experiências de aprendizado em gestão portuária, regulação e inovação tecnológica,

●
internacional

12
vagas

R\$ 192.412,51

R\$ 259.241,36

●
nacional

231
vagas

CAPACITAÇÕES

contribuindo para a atualização técnica e estratégica de nossa força de trabalho. As capacitações internacionais geraram retorno institucional por meio de seminários internos conduzidos por nossos próprios servidores, promovendo a internalização dos conteúdos adquiridos e o compartilhamento de boas práticas. Destacamos a participação no *IJA Global 2025 International Conference*, em Toronto, Canadá, e no *IT Symposium/Xpo* da Gartner, em Orlando, Estados Unidos.

Apesar dos avanços registrados, a manutenção da capacidade técnica permanece como um risco institucional relevante. O volume crescente de atribuições regulatórias, aliado às limitações orçamentárias, às lacunas no quadro de pessoal e à elevada demanda por conhecimentos especializados, exige que a Agência continue aprimorando seu modelo de desenvolvimento de pessoas, fortalecendo mecanismos de priorização, ampliando parcerias formativas e assegurando investimentos mínimos para sustentar sua capacidade regulatória de médio e longo prazo.



Capacitação e Inovação

Apostamos no desenvolvimento contínuo de nossa força de trabalho e na incorporação de novas tecnologias para elevar o padrão de nossas entregas. Em 2025, realizamos iniciativas que aliam o treinamento técnico à modernização das atividades de campo, garantindo agilidade e precisão regulatória.

Curso de Formação de Pilotos de Aeronaves Remotamente Pilotadas (drones) de Nível Intermediário

Com tal iniciativa, expandimos o uso de tecnologia aérea em nossas atividades de fiscalização, obtendo maior qualidade técnica (fotos e vídeos de alta resolução) e aumentando a segurança e a agilidade de nossos fiscais em campo. O curso promoveu valiosa troca de experiências, com nossos fiscais atuando como instrutores junto a representantes da Marinha, ANTT e Anatel, fortalecendo a visão integrada da fiscalização aérea.

Dia de Fiscal 2025

Realizamos no Porto de Santos o treinamento voltado especialmente para os novos servidores aprovados no CNU 2024. Proporcionamos uma imersão prática por meio de visitas técnicas a grandes terminais, como

Eldorado, Brasil Terminal Portuário e Suzano, e à Autoridade Portuária de Santos. Essa experiência permitiu que os novos integrantes da Agência conhecessem de perto as operações conduzidas por nossa Gerência Regional de Santos (GREST), acelerando a curva de aprendizado e a integração institucional.

Projetos Conceituais de Canais em Hidrovias

Resultado de uma colaboração estratégica entre instrutores da Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários (SEPH) e do Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE).

O curso foi aberto à sociedade civil e, ao promover a transferência de tecnologia de padrão global, garantimos a internalização de conhecimentos essenciais. Isso confere maior autonomia e robustez às nossas decisões regulatórias, diminuindo a dependência de consultorias externas e assegurando que o desenvolvimento das hidrovias brasileiras siga os mais rigorosos padrões mundiais de segurança e eficiência.

Workshop sobre temas correccionais

Ação inédita na Agência e fundamental para a disseminação de boas práticas e fortalecimento da conformidade interna.



→ Servidores participantes da primeira etapa do Curso de Formação de Pilotos de Aeronaves Remotamente Pilotadas (drones) de Nível Intermediário, que aconteceu em Brasília (DF)

Treinamento no sistema G-Riscos

Essa iniciativa buscou capacitar nossos gestores de risco no sistema, abordando a operacionalização do sistema e a importância do fortalecimento da cultura de gestão de riscos em toda a Agência.



Teletrabalho



27

trabalham **PRESENCIALMENTE**



148

atuam no modelo **HÍBRIDO**, comparecendo
presencialmente alguns dias da semana



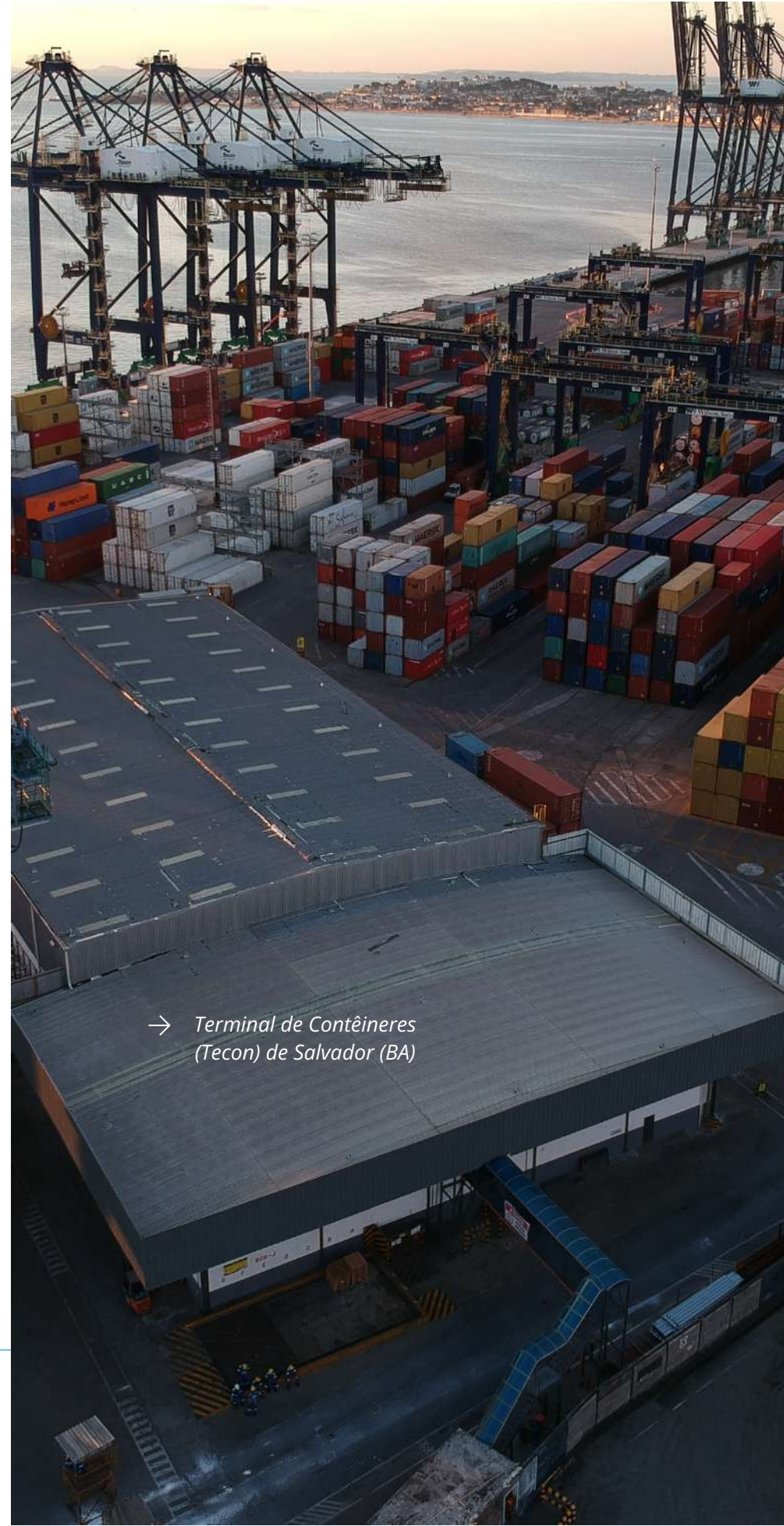
116

estão integralmente em **TELETRABALHO**



6

estão em teletrabalho **NO EXTERIOR**



→ Terminal de Contêineres
(Tecon) de Salvador (BA)

Programa de Gestão e Desempenho

Em 2025, avançamos de maneira consistente na maturidade do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), instituído em conformidade com as Instruções Normativas MGI nº 24 e nº 53/2023. O programa representa uma mudança estrutural no modelo de gestão da força de trabalho da Agência, ao substituir o controle tradicional de assiduidade por um sistema orientado para resultados. Com isso, fortalecemos a cultura de desempenho e alinhamos a atuação individual dos colaboradores aos objetivos estratégicos das unidades organizacionais e da Agência como um todo.

Desde janeiro de 2025, o PGD passou a ser operacionalizado por meio do Sistema Hefesto, plataforma que permite o monitoramento em tempo real das metas pactuadas. O sistema possui integração direta com os sistemas estruturantes do Governo Federal — Sigepe, Siape e SouGov — automatizando registros de afastamentos, férias e licenças. Essa integração reduz significativamente a carga administrativa das chefias, assegura maior confiabilidade aos dados e confere rastreabilidade aos processos de gestão de desempenho.

Ao reforçar a vinculação entre resultados individuais e metas institucionais, o PGD consolida-se como instrumento fundamental para a modernização da gestão pública, promovendo segurança, previsibilidade e eficiência na execução das atividades regulatórias e finalísticas da Agência.

Tecnologia da informação

Em 2025, avançamos na modernização da nossa infraestrutura de tecnologia da informação, fortalecendo a estabilidade, disponibilidade e segurança institucional, com destaque para a finalização de contratações de novos equipamentos, soluções de conectividade e serviços de sustentação. A implantação de uma solução corporativa de backup consolidou os avanços em segurança da informação e garantiu maior continuidade operacional e proteção dos dados.

Na gestão de dados, garantimos a sustentação das operações internas com suporte técnico eficiente, registrando cerca de 60 chamados no GLPI e índice de resolução próximo a 100% no primeiro atendimento. Também avançamos na integração de sistemas com a disponibilização de 12 APIs e iniciamos a avaliação de ferramentas de catalogação e governança de dados, o que contribuiu para a melhor organização das informações e para o aumento da maturidade institucional nesta área.

Quanto à análise e inteligência de dados, concluímos a migração de 40 painéis e processos de ETL para a governança centralizada na plataforma Qlik Sense, acompanhada do desenvolvimento de 10 novos painéis. Essas entregas ampliaram o suporte à tomada de decisão gerencial e às áreas finalísticas, ao consolidar práticas de padronização, elevar a confiabilidade dos dados e incentivar o uso estratégico das informações institucionais.

No que se refere ao desenvolvimento e sustentação de sistemas, atendemos 184 chamados distribuídos entre 19 sistemas corporativos, com maior concentração em soluções críticas ao negócio regulatório. Em paralelo, evoluímos no desenvolvimento da Plataforma Unificada de Regulação Aquaviária (PROA), solução estratégica de integração tecnológica da Agência. Nesse contexto, implantamos a Mesa de Trabalho como ponto único de acesso aos módulos do sistema e disponibilizamos o módulo TCR em ambiente de produção, em fase beta, marcando o início da adoção da nova arquitetura corporativa, iniciativas estratégicas dispostas em nosso PEI 2025-2028 e PGA 2025.

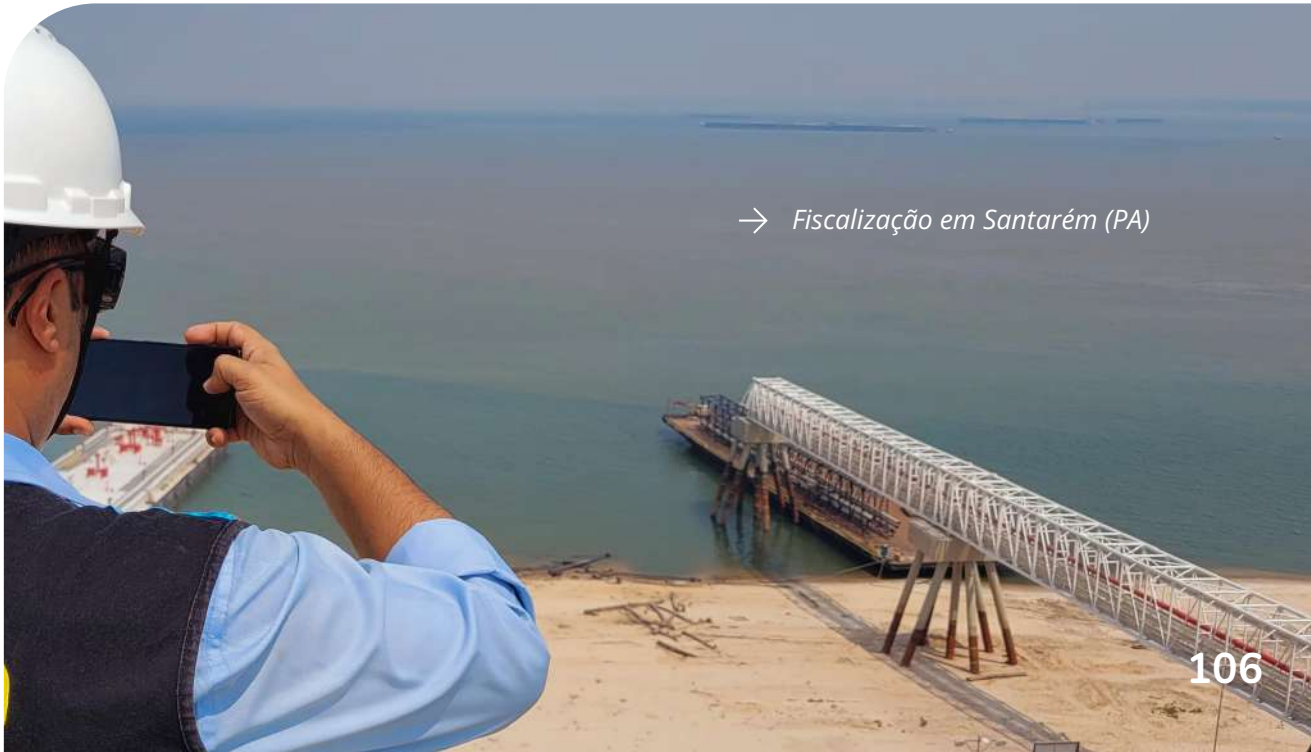
TIC CUSTEIO	R\$8.012.839,99
TIC INVESTIMENTO	R\$9.583.676,25
TOTAL	R\$17.596.516,24

Governança de tecnologia da informação

A Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação (GTGI) atestou a perenidade e a estabilidade dos serviços institucionais, ao passo que progrediu na modernização, integração e consolidação das soluções tecnológicas. Sua atuação manteve-se alinhada às diretrizes do governo federal, às orientações do MGI, às recomendações dos órgãos de controle e aos normativos internos da Agência.

Entre os principais instrumentos que nortearam nossa atuação, salientamos a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), a Política de Provimento e Gestão de Soluções de TI (PPGSTI) e a Política de Governança Digital e de Tecnologia da Informação (PGTI), que asseguram a aderência da Agência às melhores práticas de governança digital recomendadas pelo TCU e às exigências do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP/MGI).

Em 2025, foi elaborado o PDTIC 2025–2028, aprovado por meio do Acórdão nº 46/2025, em linha com o Plano PEI 2025–2028. O novo PDTIC reflete a remodelação e a integração das soluções tecnológicas da Agência, diante das diretrizes de modernização, transformação digital, segurança da informação, interoperabilidade, padronização de processos e fortalecimento da gestão de dados.





Base normativa da gestão de TI

Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019 de 4 de abril de 2019



Dispõe sobre governança digital e contratações de TI no âmbito da administração pública

Portaria nº 778 SGD/ME de 4 de abril de 2019



Estabelece diretrizes complementares às políticas de governança digital

Guia de PDTIC do SISP



Constitui metodologia oficial para planejamento e gestão de TI no governo federal

Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD)

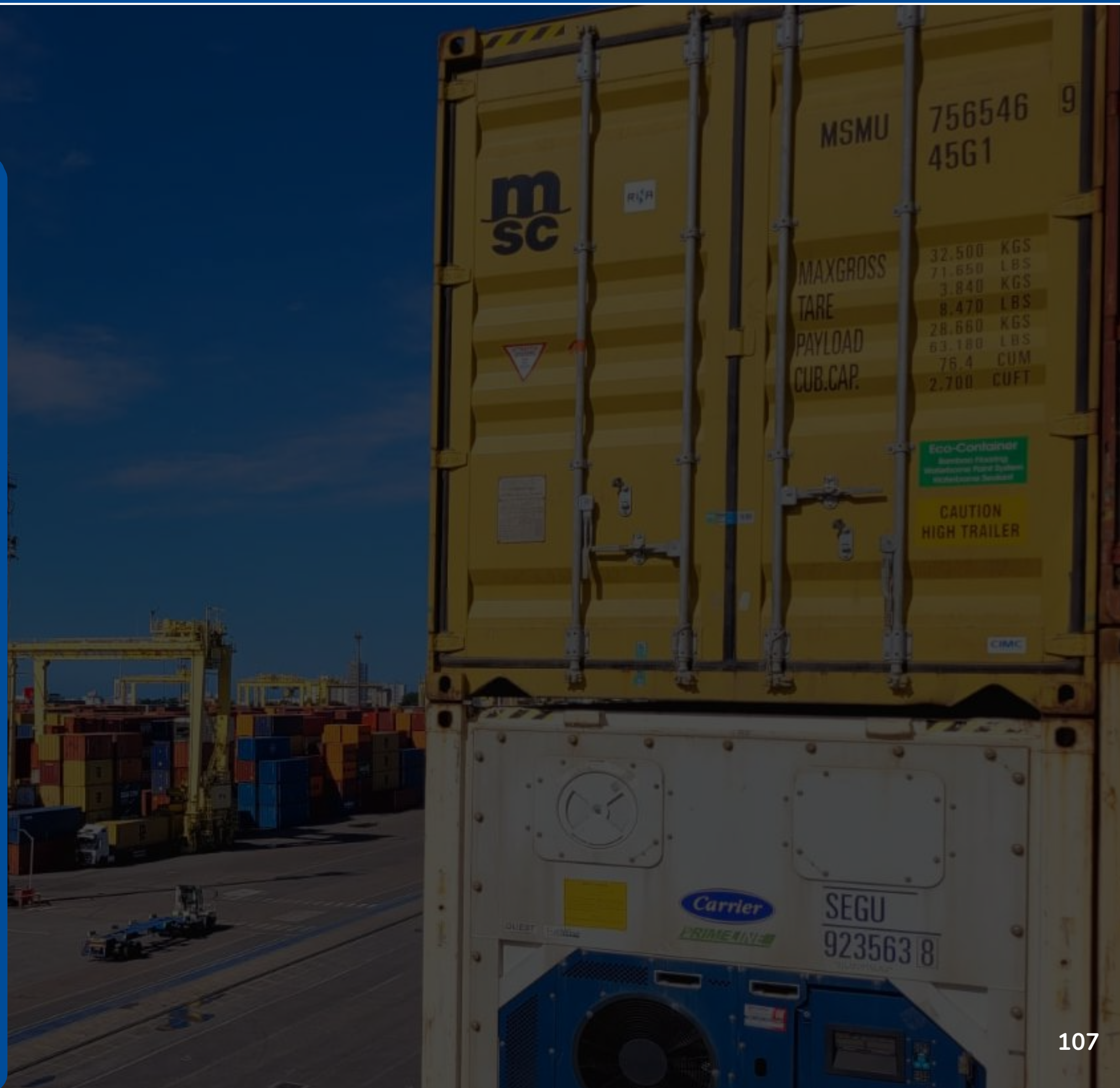


Prevista na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, orienta a transformação digital no setor público

Plano Estratégico Institucional 2025-2028 da Antaq



Integra tecnologia à estratégia institucional, assegurando alinhamento entre inovação, eficiência e valor público



Desafios enfrentados na tecnologia da informação em 2025

Apesar do progresso, a área de tecnologia da informação enfrentou desafios que impactaram nossa capacidade operacional, como o quadro reduzido de pessoal, a necessidade de maior especialização técnica e limitações estruturais — como insuficiência de equipamentos, ausência de garantias, aumento do volume de chamados e expansão da demanda por suporte técnico, que dificultaram o atendimento tempestivo às demandas crescentes por suporte, modernização tecnológica e governança da informação.

Também identificamos fragilidades na infraestrutura física e tecnológica, especialmente relacionadas à guarda e preservação

documental e à proteção das informações frente a riscos ambientais e operacionais.

Do ponto de vista de dados e sistemas, observamos limitações notáveis: a ausência de ferramentas adequadas de catalogação e integração de dados, a baixa maturidade institucional em governança da informação, a falta de documentação estruturada de bases legadas e a existência de significativa dívida técnica, resultante da heterogeneidade entre sistemas antigos e iniciativas recentes de modernização. Tal conjunto de fatores exigiu forte priorização de demandas e gestão contínua de riscos,

preservando a integridade das entregas essenciais mesmo em cenário adverso.

Sumariamente, 2025 representou um ano de melhorias na consolidação da infraestrutura tecnológica da Antaq, enquanto apontou a precisão de maior investimento em pessoal, modernização de sistemas e fortalecimento da governança da informação — pilares indispensáveis para sustentar a expansão regulatória e operacional nos próximos anos.

Prioridades para 2026 na tecnologia da informação

Para 2026, buscamos consolidar os avanços obtidos e ampliar a entrega de valor institucional com foco em modernização, segurança, governança e inovação. Na gestão documental, prevemos a conclusão de 100% da digitalização dos documentos até o primeiro trimestre, além da elaboração e implementação de instrumentos de avaliação e descarte documental, contribuindo para a racionalização do acervo físico e para a melhoria da gestão da informação.

No campo da infraestrutura de TI, priorizaremos a modernização do ambiente de rede, com a atualização de switches e soluções de Wi-Fi, a contratação de ferramentas de segurança da informação, o aprimoramento da conectividade institucional e

a implantação de um inventário corporativo de ativos. Também está previsto o recebimento e a distribuição dos notebooks contratados, ampliando a disponibilidade, a segurança e a confiabilidade dos serviços tecnológicos oferecidos às unidades internas.

No eixo de dados e analítica, daremos início à implantação de um catálogo de dados e à catalogação sistemática dos ativos informacionais. As prioridades incluem o fortalecimento da integração entre sistemas e APIs e a execução de projetos-piloto de Machine Learning e Inteligência Artificial Generativa, visando criar bases mais robustas para análises avançadas e oferecer suporte estratégico ao processo decisório da Agência.

Por fim, no desenvolvimento de sistemas, a prioridade será a evolução incremental do sistema PROA, com expansão de módulos, maior adesão das áreas usuárias e fortalecimento da governança do *roadmap* tecnológico. Permaneceremos empenhados na sustentação das soluções corporativas existentes, com especial atenção aos sistemas mais demandados e críticos para o negócio institucional.

Em síntese, 2026 será um ano marcado por iniciativas estruturantes que consolidarão os avanços de 2025 e reforçarão nossa capacidade de operar com infraestrutura tecnológica moderna, segura, integrada e alinhada às crescentes demandas regulatórias.

Orçamento e finanças

Dotação orçamentária

A dotação consignada à Antaq foi aprovada pela [Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025](#), que estabeleceu um orçamento inicial de R\$ 190.602.723, dos quais **R\$ 129.124.097** foram destinados às despesas obrigatórias e R\$ 61.478.626 às despesas discricionárias. Ao longo do exercício, houve uma suplementação de R\$ 20,6 milhões nas despesas obrigatórias e um cancelamento de R\$ 336 mil nas discricionárias, o que resultou em um acréscimo líquido de R\$ 20,2 milhões em relação à dotação inicial, totalizando **R\$ 210.853.983** ao final do ano.

A evolução orçamentária de 2025 evidencia a relevância das despesas obrigatórias, sobretudo daquelas associadas ao pagamento de pessoal e encargos, que constituem a espinha dorsal da continuidade institucional. Ao mesmo tempo, reflete a necessidade de um equilíbrio constante entre previsibilidade fiscal, capacidade de investimento e sustentação das funções regulatórias essenciais.

Mesmo contando com uma dotação relativamente reduzida, os recursos foram aplicados de forma prioritária, assegurando a execução de atividades finalísticas essenciais, a continuidade da fiscalização, o desenvolvimento de estudos, a modernização tecnológica e o cumprimento das metas institucionais.

VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM DESPESAS

em milhões

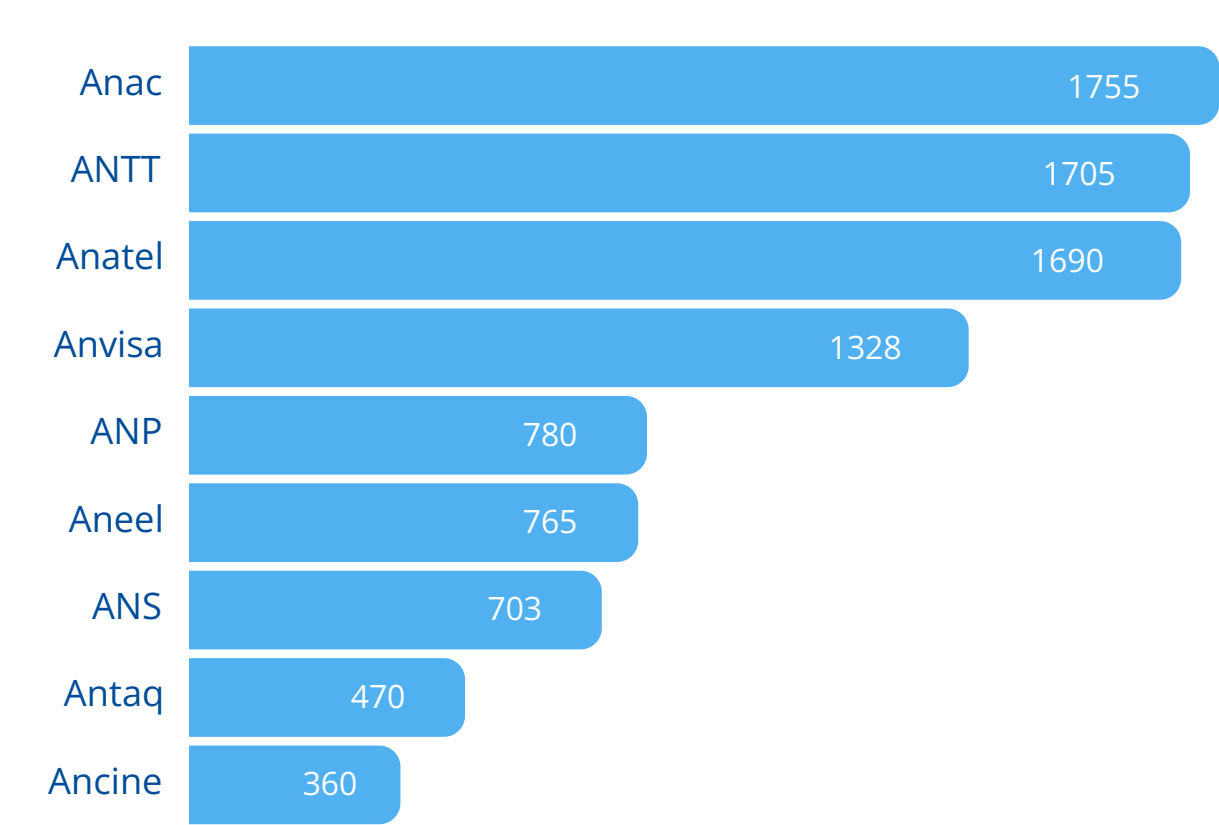
TIPO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	VARIAÇÃO
Obrigatórias	R\$129.124.097	R\$149.711.838	R\$20.587.741
Discricionárias	R\$61.478.626	R\$61.142.145	R\$ (336.481)
Total	R\$190.602.723	R\$210.853.983	R\$ (20.251.260)

R\$ 210,8
milhões

DOTAÇÃO
ATUAL

Ao compararmos a dotação orçamentária da Antaq com a das demais agências reguladoras federais, observa-se uma assimetria. Embora a Antaq e a ANTT tenham sido criadas pelo mesmo marco legal ([Lei nº 10.233, de 2001](#)), as estruturas de cargos e os orçamentos foram historicamente concebidos de forma distinta. Operamos, hoje, com 332 servidores dos 470 cargos previstos na lei, número bastante reduzido para uma agência responsável por regular toda a infraestrutura portuária e hidroviária do país, incluindo portos organizados, terminais portuários privados, navegação interior e marítima, hidrovias federais, concessões, arrendamentos e outorgas, fiscalização descentralizada em todo o território nacional.

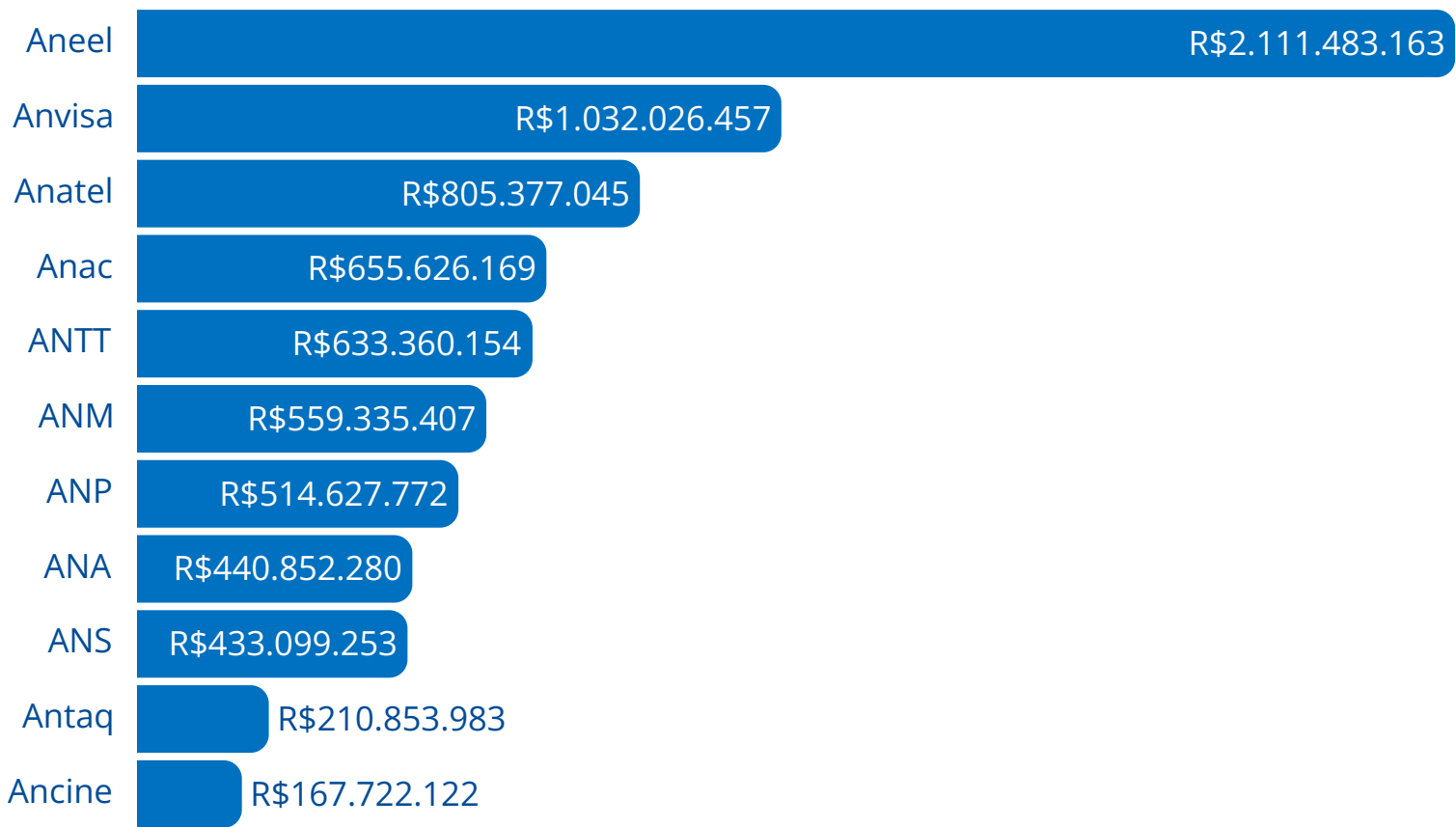
Nº DE CARGOS PREVISTOS LEI Nº 10.871/2004



Essa tendência também se reflete no campo orçamentário. Em 2025, com uma dotação atualizada de R\$ 210,8 milhões, a Antaq ocupou a 10ª posição entre as 11 agências reguladoras federais, situando-se entre as menores dotações de todo o sistema regulatório brasileiro.

A posição expõe o desafio de converter recursos orçamentários e de pessoal limitados em entregas regulatórias complexas, modernização tecnológica, fiscalização descentralizada, produção de dados, estudos estratégicos e atuação internacional, evidenciando a necessidade contínua de resiliência institucional, racionalização, priorização e forte governança financeira.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AGÊNCIAS REGULADORAS - 2025



Receitas institucionais

No exercício de 2025, arrecadamos receitas provenientes das concessões de arrendamentos portuários e das multas aplicadas em decorrência de infrações às normas regulatórias, totalizando **R\$ 126.437.475**, sendo 3,6% decorrente de multas previstas na legislação (fiscalização) e 96,4% da delegação para exploração da infraestrutura de transportes aquaviários. Todas essas receitas foram integralmente recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional, retornando à Agência conforme os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no respectivo cronograma de programação financeira.

A arrecadação de receitas de concessão pela Antaq em 2025 decorre majoritariamente de leilões de arrendamento realizados até 2019, cujas outorgas previam pagamento parcelado. Em 2025, parte expressiva da receita do exercício corresponde às parcelas finais desses contratos, o que indica uma redução natural desse tipo de arrecadação a partir de 2026, em razão do encerramento do ciclo contratual.

Os editais de arrendamento publicados a partir de 2020 passaram a direcionar as parcelas de outorga às Autoridades Portuárias (APs), como consequência de decisão de política pública voltada ao reinvestimento setorial. Essa alteração possui base legal na [Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020](#), que

modificou a [Lei nº 12.815, de 2013](#), reforçando a adoção do critério de maior valor de outorga.

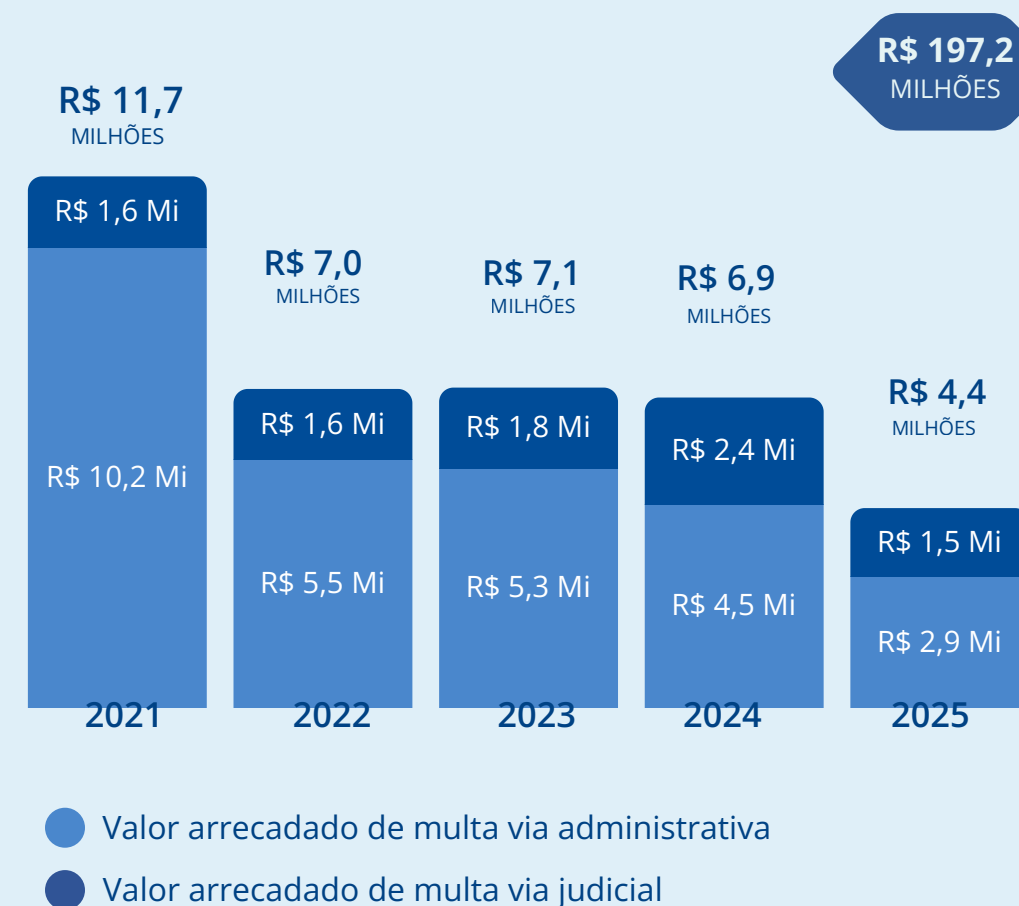
Nesse modelo, o valor de outorga passou a ser destinado às APs com o objetivo de fortalecer a infraestrutura portuária, por meio do reinvestimento direto em manutenção, modernização e expansão do setor portuário, alinhada aos objetivos da política pública estabelecida na Lei dos Portos.

Adicionalmente, em razão da Desvinculação de Receitas da União (DRU) — que determina a desvinculação de 30% da arrecadação conforme a Emenda Constitucional nº 93/2016 — parcela significativa das receitas de outorga permanece registrada apenas em conta de controle, impactando diretamente o montante efetivamente disponível na conta de receitas realizadas.

No tocante às receitas de multas, a arrecadação de 2025 atingiu R\$ 4.457.253, o que corresponde a 69,09% da estimativa prevista na LOA. Mantivemos uma política ativa de transparência por meio do Painel de Gestão de Multas, que consolida e divulga as informações demandadas por órgãos de controle e pela sociedade. Do total arrecadado no exercício.

[Painel de Gestão de Multas](#)


ARRECADÇÃO DE MULTAS (FISCALIZAÇÃO)



Esses resultados demonstram a efetividade das ações de cobrança e a solidez dos mecanismos de responsabilização previstos na atuação sancionadora da Agência. Em paralelo, avançamos de forma contínua na modernização do **Sistema Arrecadação**, com o objetivo de aprimorar os processos de cobrança, modernizar os meios de pagamento e fortalecer a integração com os sistemas corporativos da Antaq.

Entre os aperfeiçoamentos implementados, destacam-se a possibilidade de parcelamento de multas, a maior integração com o sistema de fiscalização e a adoção de meios eletrônicos de pagamento por meio do PagTeseouro, permitindo o recolhimento de multas via PIX ou cartão de crédito. Essas melhorias ampliam a celeridade e a segurança dos pagamentos, ao mesmo tempo em que elevam a eficiência operacional das rotinas de arrecadação.

Avançamos também na implantação do controle das empresas em débito, possibilitando que os próprios regulados realizem, diretamente no sistema Arrecadação, a gestão e a emissão mensal das Guias de Recolhimento da União (GRU) referentes aos parcelamentos. Essa funcionalidade reduz a intervenção operacional da Agência, aumenta a transparência e confere maior autonomia ao setor regulado.

Posteriormente, ampliamos os meios eletrônicos de pagamento para contemplar também as receitas de concessões e as demais receitas administradas pela Agência, de modo que, atualmente, 100% das receitas da Antaq são arrecadadas por meios digitais. Essa transformação assegura maior segurança, rastreabilidade, previsibilidade e eficiência na gestão financeira institucional.

Paralelamente, evoluímos na modernização estrutural do sistema Arrecadação, com o início dos trabalhos de levantamento de requisitos e desenvolvimento de sua nova versão, em ambiente tecnológico mais moderno e estável, representando uma iniciativa estratégica de nosso **PEI 2025-2028**. A solução está sendo construída em linguagem Apex, já em fase de produção, com foco em ampliar a robustez, a escalabilidade e a capacidade de integração sistêmica, alinhando-se às necessidades crescentes de gestão, controle e transparência da Agência.

Essas ações demonstram nosso compromisso com a transformação digital e com a modernização de seus instrumentos de arrecadação, garantindo maior eficiência administrativa, redução de riscos e transparência para o setor regulado e para a sociedade.



Execução orçamentária

A execução orçamentária observou integralmente o disposto no Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que estabeleceu a programação orçamentária, financeira e o cronograma mensal de desembolso do poder executivo federal. Em conformidade com a legislação vigente, a execução foi estruturada em duas

categorias principais de despesa: obrigatórias e discricionárias, cada uma com dinâmicas e impactos distintos sobre a gestão financeira da Agência.

O comparativo entre 2024 e 2025 revela um crescimento de 15,7% na execução orçamentária total, impulsionado principalmente pelo aumento de 17,8% nas despesas com

peçoal — decorrente da entrada de novos servidores — e pela expansão expressiva de 176,7% nos investimentos, resultado direto da implantação da nova Fábrica de Software, alinhada ao nosso Objetivo Estratégico de racionalização de processos por meio da transformação digital e da adoção de sistemas corporativos integrados.

2025						2024					
Despesa	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)	(k)=(b/g) -1) *100
Gastos com Pessoal	143.728.308	142.665.279	141.850.811	124.254.820	12.589.448	122.100.743	121.109.763	120.545.914	108.236.201	9.785.164	17,80%
Custeio	57.520.558	57.121.354	51.087.164	49.729.527	6.563.703	56.719.737	56.412.657	51.214.648	48.478.967	5.895.587	1,26%
Investimentos	9.605.117	9.605.117	4.280.007	4.194.011	1.682.062		3.471.168	2.298.948	1.989.464	1.005.559	176,71%
Total	210.853.983	209.391.750	197.217.983	178.178.358	20.835.213	182.291.648	180.993.588	174.059.510	158.704.632	16.686.310	15,69%

Processo de execução orçamentária

Durante a execução do orçamento, é necessária uma sequência de etapas para efetivar os pagamentos. Quando o governo planeja realizar uma despesa, ele emite primeiramente um empenho, que representa o compromisso de que aquele valor será utilizado para cobrir uma determinada despesa no futuro. Esse empenho atua como uma obrigação de pagamento ainda pendente.

Após a prestação do serviço ou entrega do produto, é essencial realizar a liquidação, que consiste na verificação dessa entrega. Nesta fase, o governo confirma se o serviço foi prestado ou se o produto foi entregue corretamente antes de autorizar o pagamento.

A figura ao lado ilustra os valores empenhados, liquidados e pagos pela Antaq, correspondentes ao orçamento de 2025, categorizados entre despesas financeiras, obrigatórias e discricionárias.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Execução orçamentária

DESPESAS OBRIGATÓRIAS

São determinadas por lei ou pela Constituição Federal e incluem compromissos cujo pagamento é impositivo. Corresponde a aproximadamente 71% da dotação orçamentária de 2025.

R\$ 149,7 milhões

A maior parcela desse grupo corresponde às despesas com pessoal e encargos, que somaram R\$ 142.665.279, refletindo a entrada de novos servidores e a necessidade de assegurar a continuidade de nossas atividades essenciais.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Englobam gastos que podem ser alocados de acordo com as prioridades governamentais e com os objetivos institucionais da Agência.

R\$ 61,1 milhões

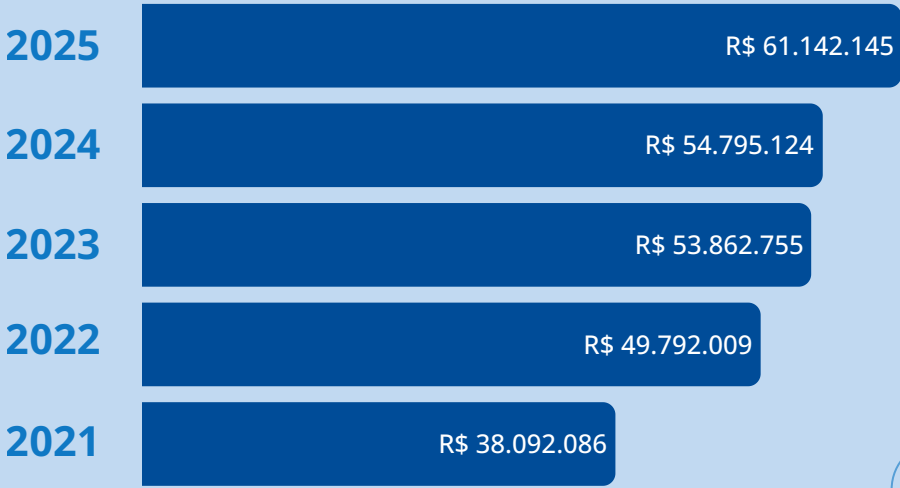
Essas despesas contemplam ações fundamentais, como execução do Plano Anual de Fiscalização (PAF); análise e concessão de outorgas; desenvolvimento de estudos técnicos; cumprimento da Agenda Regulatória;; custeio e investimentos na sede e unidades descentralizadas; capacitação e desenvolvimento de servidores.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação orçamentária é o montante de recursos autorizado em lei para atender a determinada despesa pública, constituindo limite legal para empenho, liquidação e pagamento no exercício financeiro

R\$ 210,8 milhões

A dotação é o pressuposto indispensável para a realização da despesa pública, sendo vedada a execução de qualquer gasto que não esteja previamente autorizado no orçamento.



Evolução das Despesas Discricionárias

Planos orçamentários

- Manutenção Administrativa **R\$ 52,0 milhões**
- Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes **R\$ 1,1 milhão**
- Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário **R\$ 6,9 milhões**
- Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário **R\$ 350 mil**
- Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação **R\$ 540,1 mil**
- Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos **R\$ 184,3 mil**
- Contribuição A Associação Mundial De Infraestrutura De Transportes Aquaviário - PIANC **R\$ 13,9 mil**

Distribuição por grupo e elemento de **despesas empenhadas**



Em 2025, do total das despesas empenhadas, que totalizaram R\$ 209.391.750, 70,8% corresponderam a **peessoal e encargos sociais**, evidenciando o peso estruturante dessa categoria para o funcionamento da Agência.

As **despesas de custeio** concentraram-se predominantemente em:

- Terceirização (48%), essencial para o suporte administrativo e operacional;
- Despesas prediais e utilidades (16%), necessárias para manutenção estrutural;
- Serviços de TI e locação de softwares (15%), estratégicos para sustentação e modernização tecnológica;
- Passagens, diárias e transporte de pessoal (10%), ligados à atuação regulatória descentralizada;
- Estudos, assessorias e consultorias (5%), voltados ao aprimoramento técnico-regulatório e à formulação de políticas públicas.

Quanto aos **investimentos**, verificou-se uma divisão equilibrada entre:

- 40% aplicados em ativos imobilizados, especialmente na aquisição de equipamentos de informática, fundamentais para melhoria da infraestrutura de trabalho;
- 60% destinados a ativos intangíveis, com ênfase no desenvolvimento, evolução e aquisição de sistemas e softwares essenciais ao desempenho das atividades finalísticas, à modernização dos processos internos e à ampliação da capacidade analítica da Agência.

Compras e contratações

Em 2025, avançamos de forma decisiva na consolidação da área de compras e contratações como um eixo estratégico da Agência. Ao longo do ano, buscamos transformar o modo como planejamos, priorizamos e executamos nossas aquisições, colocando a governança do processo no centro das decisões e aproximando cada contratação das reais necessidades da Agência.

Com a edição da [Portaria-DG nº 544/2025](#), inauguramos uma nova fase no planejamento do Plano de Compras Anual (PCA), definindo critérios mais claros, aprimorando a articulação com o PEI 2025-2028 e o PDTIC 2025-2028 e garantindo maior previsibilidade para o atendimento das demandas internas.

Essa mudança se refletiu nos resultados. A análise da execução do PCA 2025 por modalidade evidencia diferenças relevantes entre os valores estimados no planejamento e os valores efetivamente homologados, refletindo ajustes implementados ao longo do exercício.

EXECUÇÃO DO PCA 2025

	Considerando o valor constante no PCA (pesquisa de preço - simplificada)	Considerando o valor homologado da contratação (pesquisa de preço - IN65/21)
Total Estimado no PCA 2025	R\$60.962.336,93	R\$44.054.834,82
Total Executado no PCA 2025	R\$36.024.330,35	R\$42.533.054,00
Percentual de Execução em Relação ao Valor Estimado	59,09%	96,55%

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DO PCA 2025 E 2024

	2025	2024
Total Estimado no PCA (pesquisa simples)	R\$60.962.336,93	R\$62.507.662,69
Total Contratado (pesquisa IN65/2021 e negociação)	R\$42.533.054,00	R\$32.671.315,38
Percentual de Execução em Relação ao Valor Estimado	69,77%	52,27%

Perfil das contratações em 2025

32

↓ 15,8%
em relação a 2024

Contratações por **Inexigibilidade de Licitação** demonstraram maior previsibilidade das demandas

9

Contratações por **Dispensas de Licitação** indicando um controle na utilização desse instrumento excepcional e reforçando a priorização de outras modalidades

5

Em 2024 não tivemos nenhum processo desse tipo

Contratações por **Adesão à Ata de Registro de Preços** o que nos permitiu atender demandas urgentes com economia de escala e menor custo operacional

13

↓ 23%
em relação a 2024

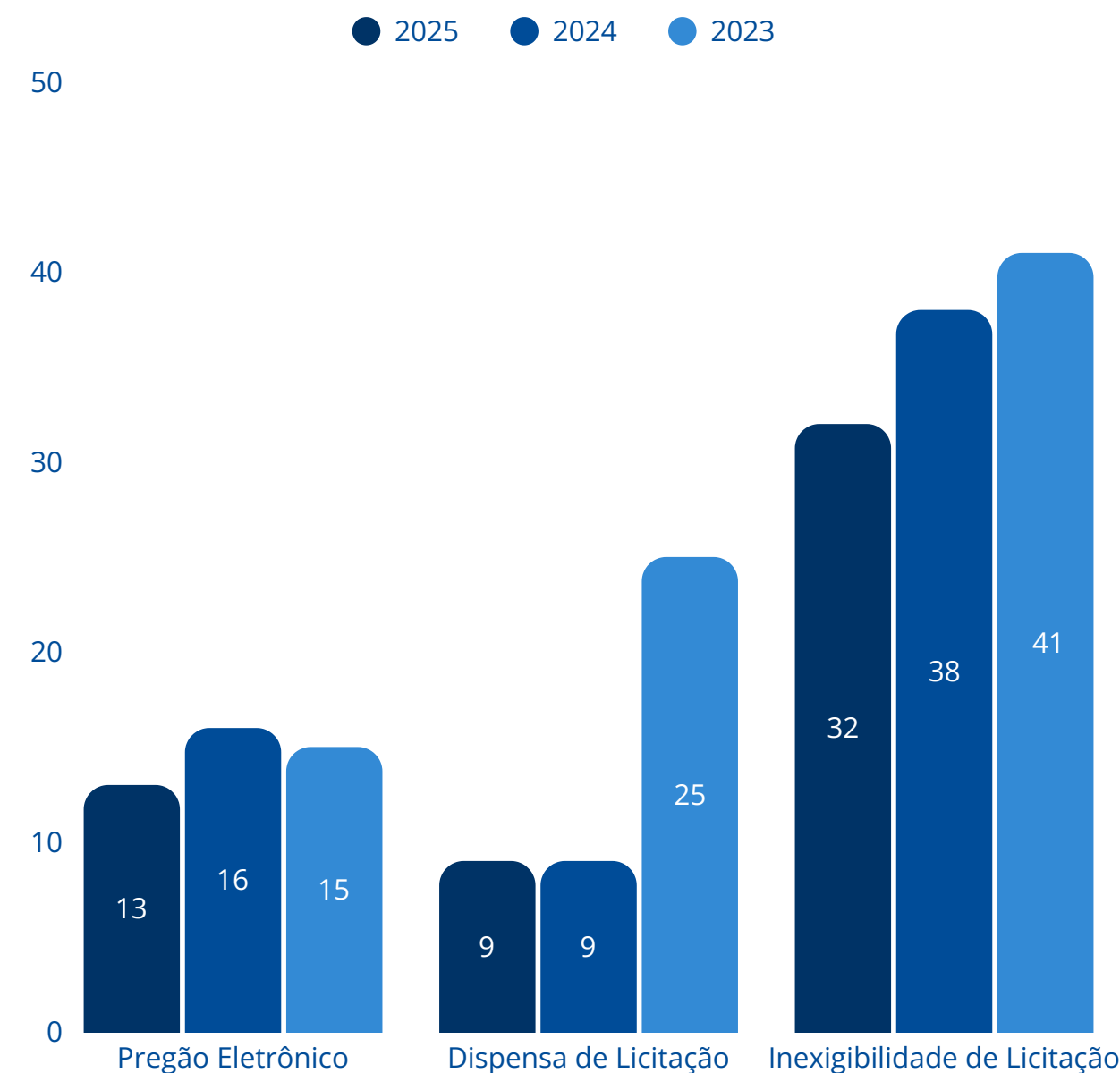
Contratações por **Pregão Eletrônico** o que sinaliza não uma retração, mas uma otimização e concentração de demandas em procedimentos competitivos

Ao todo, **conduzimos 59 processos de contratação**, movimentando **R\$ 57,1 milhões**. Mais do que números, esses processos traduzem a capacidade da Agência de sustentar suas operações, fortalecer sua atuação regulatória e apoiar o avanço tecnológico que 2025 exigiu.

De forma consolidada, os dados – que apontam uma redução do volume total de 64 processos em 2024 para 59 em 2025 – indicam fortalecimento do planejamento e da governança das contratações, com flexibilidade controlada para adequação às necessidades institucionais, sem prejuízo aos princípios da eficiência, economicidade e legalidade. Implementamos diretrizes que resultaram na redução significativa do uso de modalidades excepcionais, como a Inexigibilidade de Licitação, o que reflete o fortalecimento de nossas práticas e garante maior previsibilidade às nossas demandas.

Além disso, consolidamos estratégias de contratação mais ágeis e eficientes. Passamos a utilizar a Adesão à Ata de Registro de Preços — modalidade inexistente em exercícios anteriores — o que nos proporcionou maior celeridade processual, racionalização de esforços e potencial economia administrativa. Essa modalidade revelou-se fundamental para efetivar grandes aquisições e serviços de apoio contínuo ao longo do ano.

EVOLUÇÃO DO PERFIL DAS CONTRATAÇÕES - 2023 A 2025



Investimos expressivamente em soluções de TI que ampliaram nossa segurança digital, modernizaram nosso ambiente tecnológico e reforçaram a infraestrutura necessária para acompanhar o ritmo das transformações do setor aquaviário. Paralelamente, seguimos investindo na capacitação dos nossos servidores, o que se reflete no alto volume de contratações por inexigibilidade (32 processos), assegurando que as equipes envolvidas no ciclo de contratações e nas atividades finalísticas estivessem preparadas para lidar com desafios cada vez mais complexos.

Em 2025, nossas principais contratações concentraram-se em objetos estratégicos voltados à sustentação da infraestrutura administrativa, tecnológica e operacional da Agência. Investimos mais de R\$ 27,2 milhões em soluções de Tecnologia da Informação de alto impacto:

Infraestrutura e segurança: implementamos uma robusta solução de proteção de dados (backup) no valor de R\$ 12,5 milhões, além de renovarmos nosso parque de computadores e modernizarmos a rede sem fio (Wi-Fi) de forma a possibilitar que os novos notebooks que utilizam Windows 11 pudessem se conectar à rede sem fio.

Sistemas e dados: garantimos a sustentação da infraestrutura de TI, contratamos soluções de dados e mantivemos empresas-

especializadas em desenvolvimento e manutenção (fábrica de software), garantindo a continuidade e a segurança dos ambientes tecnológicos.

Nossas contratações também foram fundamentais para garantir a excelência no atendimento ao público e o pleno funcionamento administrativo da Agência. Realizamos investimentos expressivos em serviços continuados indispensáveis à nossa operação diária, abrangendo contratos de vigilância armada e desarmada, transporte de servidores, secretariado executivo e bilíngue, além de apoio de nível médio e recepção.

Com foco na qualidade do serviço prestado, promovemos uma valorização remuneratória nos contratos de secretariado, apoio e recepção. Essa medida estratégica visa reter os melhores talentos, valorizar quem atua diariamente na Agência e reduzir a rotatividade (turnover) das equipes, assegurando mais eficiência e continuidade na rotina administrativa.

Cabe contextualizar, ainda, que a atual ausência de concursos públicos voltados para a área-meio da Agência exige uma maior atuação de força de trabalho terceirizada. Diante dessa realidade estrutural, a ampliação planejada desses postos de apoio segue como uma medida necessária para dar suporte ao volume crescente de entregas institucionais da Agência.

Acesse aqui para saber mais sobre nossas licitações e contratos



PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES REALIZADAS EM 2025

Título da contratação	Valor Homologado	Modalidade de Licitação
Aquisição de solução de equipamentos de rede sem fio (WIFI)	R\$2.314.920,00	Pregão Eletrônico
Aquisição de Computadores (Desktops, Notebooks e Monitores) para a Antaq	R\$2.152.632,00	Adesão à Ata de Registro de Preços
Contratação de serviços de técnico secretariado, executivo e bilíngue	R\$7.770.882,48	Pregão Eletrônico
Contratação de serviços de vigilância armado letal e não letal na agência sede.	R\$1.346.147,28	Adesão à Ata de Registro de Preços
Serviço de Transporte de Servidores e colaboradores	R\$2.835.563,64	Pregão Eletrônico
Contratação de Serviço de apoio nível médio e recepção	R\$2.652.257,04	Adesão à Ata de Registro de Preços
Contratação de Serviços Especializados - Sustentação de Infraestrutura de TI	R\$1.423.000,00	Pregão Eletrônico
Contratação de solução de proteção de dados (backup) para Antaq	R\$12.500.545,00	Adesão à Ata de Registro de Preços
Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento, manutenção (FÁBRICA)	R\$7.419.073,56	Pregão Eletrônico
Solução de Dados	R\$1.423.000,00	Pregão Eletrônico

Custos das atividades finalísticas e administrativas

Tratamos a contabilidade de custos não apenas como um instrumento de governança e transparência, indo além da conformidade normativa. Observamos rigorosamente o arcabouço legal vigente, com destaque para a [Lei nº 4.320/64](#), [Decreto-Lei 200/1967](#), [Decreto 93.872/1986](#), [Lei Complementar nº 101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), [Lei nº 10.180/2002](#), [Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T SP 16](#), Portarias STN/MF nº 157/2011 e 716/2011, e [Portaria STN nº 518/2018](#) (Manual de Informações de Custos do Governo Federal - MIC).

Integramos o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) e figuramos no seleto grupo de órgãos que possuem um Centro de Custo plenamente implantado. Nossa metodologia, consolidada desde 2019, é diretamente vinculada à nossa cadeia de valor, permitindo a alocação de custos aos respectivos macroprocessos no exato momento da liquidação contábil no SIAFI, oferecendo uma visão fidedigna do esforço financeiro por trás de cada entrega institucional.

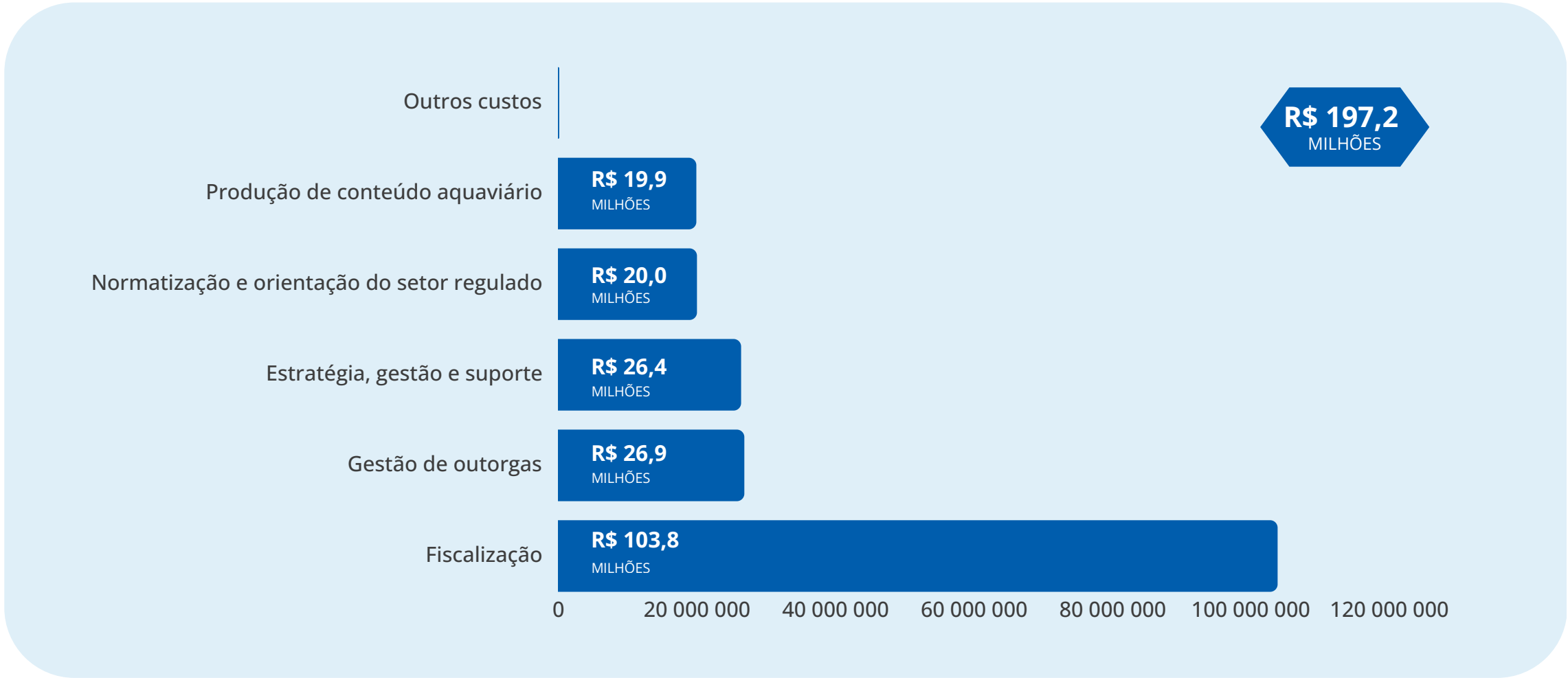
Em 2025, conquistamos o terceiro lugar no Ranking da Qualidade da Informação de Custos entre as agências federais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Ranking da Qualidade da Informação de Custos

Com o objetivo de manter essa estrutura alinhada à realidade administrativa, atualizamos nosso Centro de Custo em 2025 (Ofício Circular nº 36/2025/SAF/Antaq). Essa revisão, que passa a vigorar plenamente em 1º de janeiro de 2026, fortalece nossa governança e assegura a confiabilidade das informações gerenciais para os próximos ciclos.

Constatamos que 87% de nossos custos estão concentrados nos macroprocessos finalísticos — fiscalização, gestão de outorgas, normatização e produção de conteúdo – demonstrando que direcionamos a maior parte dos recursos para a ponta, ou seja, para as atividades que impactam o setor regulado e a sociedade, e mantemos uma estrutura de governança, estratégia e suporte extremamente enxuta, conforme detalhado no gráfico a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR



Informações contábeis

NESTE CAPÍTULO, publicizamos as informações técnicas relativas às Demonstrações Contábeis da Antaq, elaboradas a partir dos registros dos atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais referentes ao exercício de 2025, devidamente contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).



Conformidade Contábil

O informe contábil da Agência sustenta a confiabilidade dos dados apresentados neste documento e do processo de avaliação das demonstrações contábeis e viabiliza a identificação de incongruências que possam gerar distorções materiais capazes de comprometer a tomada de decisões e as análises delas decorrentes. De igual modo, nossa escrituração segue rigorosamente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e as diretrizes dos órgãos centrais de contabilidade da União, endossando registros íntegros, pontuais e em correspondência às exigências legais. Perante esse panorama, buscamos garantir a consistência informacional, o adequado reconhecimento das variações patrimoniais e a compatibilidade da estrutura conceitual básica da contabilidade.

As demonstrações contábeis são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e as Notas Explicativas, que detalham critérios, políticas e práticas aplicáveis ao exercício de 2025.

A **conformidade contábil das demonstrações da Antaq foi emitida sem restrições**, de acordo com os procedimentos previstos no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Internamente, todo o trâmite contábil é executado pela Divisão de Contabilidade (DCONT), que integra a estrutura da Gerência de Orçamento e Finanças (GOF), subordinada à Superintendência de Administração e Finanças (SAF). À DCONT compete, entre outras atribuições, efetuar os registros e escriturações contábeis, conciliar e analisar as contas e registros contábeis, efetuar a liquidação das despesas, elaborar e analisar os balancetes, o balanço geral e as demais demonstrações contábeis e apoiar a elaboração da prestação de contas anual.

Acesse as demonstrações contábeis da Antaq



ORGANOGRAMA Divisão de Contabilidade



ROBERTA MONTEIRO DOS SANTOS
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Bacharel em Ciências Contábeis
Ocupa a função na DCONT desde 2023

CARLOS AUGUSTO ANDRADE SILVA
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE SUBSTITUTO

Bacharel em Ciências Contábeis
Ocupa a função na DCONT desde 2023

ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA
ANALISTA ADMINISTRATIVO

Tecnólogo em Comunicação Institucional
Ocupa a função na DCONT desde 2019

DANIEL DE PAULA MENDONÇA
PROFISSIONAL DE SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS

Bacharel em Administração
Ocupa a função na DCONT desde 2023

VALNEY CARNEIRO OLIVEIRA
PROFISSIONAL DE SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS

Bacharel em Administração
Ocupa a função na DCONT desde 2023

ELISANGÊLA HARA NASCIMENTO
TÉCNICA EM CONTABILIDADE

Bacharel em Ciências Contábeis
Ocupa a função na DCONT desde 2021

SORARIA FERREIRA SERRÃO
TÉCNICA EM CONTABILIDADE

Bacharel em Ciências Contábeis
Ocupa a função na DCONT desde 2022

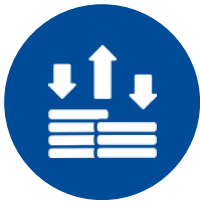
Situação patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade ao final do exercício, apresentando os bens, direitos, obrigações e atos potenciais registrados em contas de compensação, organizados nos grupos de ativos, passivos e patrimônio líquido.

A elaboração dos quadros demonstrativos segue o art. 105 da Lei nº 4.320/1964, que determina a apresentação do ativo e passivo financeiros, do ativo e passivo permanentes, do saldo patrimonial e das contas de compensação.

A análise da situação patrimonial permite avaliar a solvência, a liquidez e a saúde financeira da entidade, auxiliando na tomada de decisões e no cumprimento da responsabilidade fiscal.

A Antaq apresenta uma situação patrimonial positiva de R\$ 114,2 milhões, uma vez que o ativo total, no valor de R\$ 145,2 milhões, supera a soma dos passivos, que totalizam R\$ 30,9 milhões, conforme evidenciado na estrutura patrimonial.



Caixa e equivalentes de caixa	R\$19.208.033,26	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar curto prazo	R\$17.405.932,89
Créditos a curto prazo	R\$1.622.206,29	Fornecedores e contas a pagar curto prazo	R\$156.803,28
Estoques a curto prazo	R\$246.634,75	Demais obrigações de curto prazo	R\$13.383.453,70
VPDs pagas antecipadamente a curto prazo	R\$1.040.866,88		
Ativo realizável a longo prazo	R\$102.243.080,77	Passivo	R\$30.946.189,87
Imobilizado	R\$9.963.699,22	Patrimônio líquido	R\$114.229.152,31
Intangível	R\$1.085.082.101,00		
Ativo	R\$145.175.342,18	Total do passivo e patrimônio líquido	R\$145.175.342,18

Resultado patrimonial

O resultado patrimonial representa a variação na situação líquida patrimonial de uma entidade pública durante um período contábil. Ele reflete o impacto das operações da entidade sobre seu patrimônio líquido e pode ser:

↑ **SUPERAVIDÁRIO**

Quando as **receitas** patrimoniais **superam** as despesas

↓ **DEFICITÁRIO**

Quando as **despesas** patrimoniais **superam** as receitas

O resultado patrimonial é apresentado na **demonstração das variações patrimoniais (DVP)** e é essencial para avaliar a sustentabilidade fiscal e a eficiência da gestão de recursos públicos.

RESULTADO PATRIMONIAL

Fonte: SIAFI

	2025	2024
Variação patrimonial aumentativa	344.454.295,73	411.178.257,16
Variação patrimonial diminutiva	332.155.076,02	404.980.258,08
Resultado patrimonial	12.299.219,71	6.197.999,08



Registramos um **superávit patrimonial de R\$ 12,3 milhões**, impulsionado pelos seguintes fatores:

R\$ 205,7 milhões

Transferências e delegações recebidas

R\$ 134,7 milhões

Pessoal e encargos

R\$ 121,9 milhões

Exploração e venda de bens
serviços e direitos

R\$ 134,3 milhões

Transferências e delegações concedidas

R\$ 15,2 milhões

Outras variações patrimoniais
aumentativas

R\$ 47,7 milhões

Uso de bens, serviços e
consumo de capital fixo

Geração líquida de caixa

A geração líquida de caixa no setor público representa o saldo entre entradas e saídas de recursos financeiros em um determinado período.

Ela é apurada na demonstração dos fluxos de caixa (DFC) e reflete a capacidade de a entidade pública gerar caixa suficiente para cobrir suas despesas operacionais, investimentos e obrigações financeiras.

COMPONENTES

Saídas de caixa

Correspondem aos pagamentos da entidade. Resultado positivo indica aumento no saldo de caixa; negativo mostra que os pagamentos superaram as entradas, sugerindo necessidade de financiamento ou ajustes na gestão financeira

Ingresso de caixa

Recursos recebidos por meio de arrecadação de tributos, transferências, entre outros

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Fonte: SIAFI

	2025	2024
Atividades operacionais	7.213.876,11	7.883.993,39
Atividades de investimento	-5.876.072,66	-2.995.023,40
Atividades de financiamento	0,00	0,00
TOTAL	1.337.803,45	4.888.969,99



Aferimos uma **geração líquida de caixa superavitária de R\$ 1,3 milhões**, impulsionado pelos seguintes fatores:

R\$ 205,7 milhões

Transferências financeiras recebidas

R\$ 5,8 milhões

Aquisição de ativo não circulante

Resultado orçamentário

O resultado orçamentário representa a diferença entre receitas e despesas orçamentárias realizadas em um determinado período.

É apresentado no balanço orçamentário (BO) e reflete a eficiência na gestão dos recursos públicos, auxiliando no cumprimento das regras fiscais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele indica se a execução orçamentária resultou em superávit ou déficit.

POSSÍVEIS SITUAÇÕES

Superávit orçamentário

Quando as receitas arrecadadas superam as despesas executadas

Déficit orçamentário

Quando as despesas executadas superam as receitas arrecadadas

COMPONENTES

Receitas orçamentárias

Arrecadação prevista no orçamento, como tributos, transferências e operações de crédito

Despesas orçamentárias

Gastos autorizados no orçamento, como pessoal, custeio e investimentos

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Fonte: SIAFI

	2025	2024
Receitas orçamentárias realizadas	89.845.336	225.509.486
Despesas orçamentárias executadas	207.339.790	179.647.714
Resultado orçamentário	-117.494.453	45.861.772

Em 2025, houve um **déficit orçamentário de R\$ 117,5 milhões**, decorrentes de despesas com pessoal e encargos sociais e investimentos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro é apresentado no balanço financeiro (BF).

É composto pelo resultado orçamentário, somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ao resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo restos a pagar).

COMPONENTES

Transferências financeiras

Representam movimentações de recursos entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), sendo eliminadas na consolidação do Balanço Geral da União

Transferências recebidas

Correspondem, principalmente, às cotas financeiras liberadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para viabilizar o pagamento das despesas executadas pela instituição

RESULTADO FINANCEIRO

Fonte: SIAFI

	2025	2024
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-117.494.453	45.861.772
Receitas orçamentárias realizadas	89.845.336	225.509.486
Despesas orçamentárias executadas	207.339.790	179.647.714
RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	71.404.394	-50.659.987
Transferências financeiras recebidas	205.721.445	177.917.269
Transferências financeiras concedidas	134.317.051	228.577.256
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO	47.427.863	9.687.185
Recebimentos extraorçamentários	71.532.699	32.378.736
Pagamentos extraorçamentários	24.104.836	22.691.552
RESULTADO FINANCEIRO	1.337.803	4.888.970

O resultado financeiro da Antaq em 2025 foi **superavitário em R\$ 1,3 milhões**

Restos a pagar

Os restos a pagar representam despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, sendo transferidas para pagamento no exercício seguinte. São classificados em:

Restos a pagar não processados
Despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas

Restos a pagar processados
Despesas liquidadas, mas ainda não pagas



Permitem que despesas empenhadas em um exercício possam ser pagas no ano seguinte, assegurando a continuidade dos serviços e investimentos públicos, com monitoramento rigoroso para evitar acúmulo de obrigações sem cobertura financeira, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e com foco no equilíbrio fiscal e orçamentário.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		Inscritos exercícios anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes	Pessoal e encargos	0,00	563.849,56	279.735,84	279.735,84	284.113,72	-
	Outras despesas	400.199,37	4.826.486,30	3.430.095,95	3.430.095,95	1.796.589,72	-
	Subtotal	400.199,37	5.390.335,86	3.709.831,79	3.709.831,79	2.080.703,44	0,00
Despesa de capital	Investimentos	520.186,14	1.172.219,98	1.353.172,04	1.353.172,04	339.234,08	-
	Subtotal	520.186,14	1.172.219,98	1.353.172,04	1.353.172,04	339.234,08	-
TOTAL		920.385,51	6.562.555,84	5.063.003,83	5.063.003,83	2.419.937,52	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		Inscritos exercícios anteriores	Inscritos	Pagos	Outras despesas correntes	Saldo
Despesas correntes	Pessoal e encargos	-	12.309.712,51	12.309.712,51	0,08	-
	Outras despesas	-	2.709.249,82	2.709.249,74	-	-
	Subtotal	-	15.018.962,33	15.018.962,25	0,08	0,00
Despesa de capital	Investimentos	-	328.889,83	328.889,83	-	-
	Subtotal	-	328.889,83	328.889,83	-	-
TOTAL		-	15.347.852,16	15.347.852,08	0,08	-

Para saber mais sobre as informações contábeis da Antaq

Informações mais detalhadas podem ser obtidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas do exercício de 2025.

Nelas, os aspectos financeiros e contábeis são apresentados de forma detalhada, garantindo maior transparência e facilitando a compreensão dos dados apresentados.

[Clique aqui e acesse os dados](#)



